

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

LALESKA LETICIA FALICO

**MULTIVERSO DIGITAL: A EDUCAÇÃO INDÍGENA EM TEMPOS DE
PANDEMIA**

CÁCERES-MT

2023

LALESKA LETICIA FALICO

**MULTIVERSO DIGITAL: A EDUCAÇÃO INDÍGENA EM TEMPOS DE
PANDEMIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a) professor(a) Dr.(a) Rosely Aparecida Romanelli

CÁCERES-MT

2023

F189m FALICO, Laleska Leticia.
Multiverso Digital: A Educação Indígena em Tempos de
Pandemia / Laleska Leticia Falico - Cáceres, 2023.
132 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e
Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de
Mato Grosso, 2023.

Orientador: Dr. (A) Rosely Aparecida Romanelli

1. Educação Indígena. 2. Educação na Pandemia. 3. Mídias
e Tecnologias. I. Laleska Leticia Falico. II. Multiverso Digital: A
Educação Indígena em Tempos de Pandemia: .

CDU 376



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três às oito horas da manhã, horário local, realizou-se por meio de videoconferência do Programa de Pós-Graduação em Educação/UNEMAT a banca de defesa pública de dissertação de mestrado da aluna **Laleska Leticia Falico** intitulada “**MULTIVERSO DIGITAL: A EDUCAÇÃO INDÍGENA EM TEMPOS DE PANDEMIA**”. A Banca Examinadora foi constituída pelo Prof.^a Dr.^a Rosely Aparecida Romanelli (Orientadora), pela Prof.^a Dr.^a Tania Stoltz (Avaliadora Externa) e pelo Prof.^a Dr.^a Waldineia Antunes de Alcantara Ferreira (Avaliadora Interna). Após apresentação da discente e arguição dos membros da banca o trabalho foi considerado aprovado, devendo a mestranda proceder às adequações recomendadas pela banca. Ao final foi lavrada a presente ata, que segue assinada por mim, Prof.^a Dr.^a Rosely A. Romanelli e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Observações da Banca Examinadora: A mestranda deverá acatar as sugestões da banca, efetuando as adequações e publicando artigos e capítulos de livro.

Prof.^a Dr.^a Rosely A. Romanelli
Orientadora

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Prof.^a Dr.^a Tania Stoltz
Avaliadora Externa

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof.^a Dr.^a Waldineia Antunes de Alcantara Ferreira
Avaliadora Interna

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

*Dedico esse trabalho a todos aqueles que lutam por uma
educação emancipatória e libertadora.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade e a capacidade de ingressar no mestrado.

Agradeço a minha orientadora Dr^a Rosely Aparecida Romanelli por todo suporte durante os últimos meses para que fosse possível a concretização dessa dissertação.

Agradeço a todos os professores que contribuíram na minha formação ao longo desses anos, sem vocês eu não estaria concluindo um mestrado.

Agradeço a todos os entrevistados que participaram da pesquisa, foi muito boa a troca de experiência, sem vocês não seria possível a realização desse trabalho. E eu espero que através dessa pesquisa possamos dar visibilidade à educação indígena e lutar cada vez mais pelos direitos que por muito tempo foram anulados.

Agradeço a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT pelas oportunidades que recebi desde a graduação, meu eterno agradecimento a essa universidade que me proporcionou uma profissão.

Agradeço a Faculdade Intercultural Indígena - FAINDI por me receber de braços abertos para realizar a pesquisa de campo com os estudantes indígenas.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pelo incentivo acadêmico que me possibilitou continuar essa pesquisa.

Agradeço a todos que voluntariamente ou involuntariamente me ajudaram a prosseguir nessa trajetória do mestrado.

'Nunca fale sobre os limites do conhecimento humano, mas somente sobre o limite de seu próprio conhecimento''. (Rudolf Steiner)

RESUMO

Tendo em vista que estamos cada vez mais imersos no mundo tecnológico, se torna necessário pensar como esse processo digital interfere nos diferentes meios educacionais. Dessa forma, iremos propor um estudo com os estudantes indígenas da Faculdade Indígena Intercultural - FAINDI durante a pandemia da covid -19, estudando o acesso tecnológico desses estudantes durante o período do ensino remoto. Como objetivo central dessa pesquisa buscaremos compreender como é esse processo de interação das comunidades indígenas com a era digital. Para a realização da pesquisa optamos por uma abordagem fenomenológica para captar a essência do fenômeno estudado. Ademais foi realizada a pesquisa de campo através de entrevista no *Google Meet* e questionário no *Google Forms*. Dentre os autores utilizados para a realização do estudo temos: Brandão; Freire; Goethe; Husserl; Steiner, entre outros teóricos com estudos relacionados à problemática da pesquisa. A pesquisa transcende o conceito de democratizar a tecnologia para os estudos indígenas e demonstra a necessidade de pensar uma educação tecnológica diferenciada pautada na cultura indígena para a preservação dos valores e costumes desses povos. Esperamos que através dessa pesquisa seja possível ampliar os olhares sobre as necessidades de uma educação diferenciada indígena em relação à tecnologia.

Palavras-Chave: Educação indígena; Educação na pandemia; Mídias e tecnologias.

ABSTRACT

Considering that we are increasingly immersed in the technological world, it becomes necessary to think about how this digital process interferes in different educational environments. In this way, we will propose a study with the indigenous students of the Intercultural Indigenous Faculty - FAINDI during the covid-19 pandemic, studying the technological access of these students during the period of remote education. The main objective of this research is to understand how the indigenous communities interact with the digital age. To carry out the research we opted for a phenomenological approach to capture the essence of the studied phenomenon. In addition, field research was carried out through interviews using Google Meet and a questionnaire using Google Forms. Among the authors used to conduct the study are: Brandão; Freire; Goethe; Husserl; Steiner, among other theorists with studies related to the research problematic. The research transcends the concept of democratizing technology for indigenous studies and demonstrates the need to think about a differentiated technological education based on indigenous culture in order to preserve the values and customs of these people. We hope that through this research it will be possible to broaden the view of the needs of a differentiated indigenous education in relation to technology.

Key-words: Indigenous education; Education in the pandemic; Media and technology.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

FAINDI – Faculdade Indígena Intercultural

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

OMS - Organização Mundial da Saúde

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referente ao ano de ingresso-----	82
Tabela 2 - Tecnologias mais utilizadas -----	83
Tabela 3 - Acesso à internet-----	84
Tabela 4 - Frequência de acesso à Internet-----	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de pesquisas encontradas na plataforma da CAPES -----	23
Quadro 2 - Pesquisas selecionadas -----	24
Quadro 3 - Perguntas disponibilizadas no <i>Google Forms</i> -----	33
Quadro 4 - Perguntas abertas no questionário -----	85
Quadro 5 - Entrevistado 1 -----	85
Quadro 6 - Entrevistado 2 -----	85
Quadro 7 - Entrevistado 3 -----	86
Quadro 8 - Entrevistado 4 -----	86
Quadro 9 - Entrevistado 5 -----	87
Quadro 10 - Entrevistado 6-----	87
Quadro 11 - Entrevistado 7-----	88
Quadro 12 - Entrevistado 8-----	89
Quadro 13 - Entrevistado 9-----	89
Quadro 14 - Entrevistado 10 -----	89
Quadro 15 - Entrevistado 11 -----	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras	29
Figura 2 - O índio e a natureza.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
2.1 Conhecimento e métodos: o percurso da construção científica	18
2.2 Construção do referencial teórico	22
2.3 Instrumentos e análise de dados da pesquisa	30
2.4 Descrição do lócus da pesquisa de campo	35
3 A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL	39
3.1 Afinal, existe apenas um tipo de educação?	39
3.2 O percurso para a interculturalidade: a educação indígena	45
3.3 Diversidade indígena e a herança europeia no ser “índio”	53
3.4 Saberes indígenas e suas cosmovisões	55
4 CULTURA DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NO MODO DE ENSINAR E APRENDER	63
4.1 A era digital 4.0	64
4.2 A tecnologia e a alma humana	67
4.3 Tecnologia, sociedade e educação na era digital	70
4.4 Educação na pandemia: desafios e perspectivas	72
5 A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO ESPAÇO INDÍGENA: UM ESTUDO COM ESTUDANTES INDÍGENAS NO ESTADO DE MATO GROSSO	78
5.1 Dados da pesquisa	79
5.2 O dilema da inclusão da tecnologia no ambiente indígena	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
7 REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre o uso das tecnologias em diversos contextos educacionais é uma aspiração pessoal que acompanha a pesquisadora desde a graduação em Jornalismo. Tendo em vista que estamos cada vez mais imersos em um processo tecnológico, se faz necessário compreender como esse fenômeno afeta diretamente nossa sociedade e de que forma podemos lidar com essas modificações em nosso favor. A escolha por trabalhar com público indígena veio através da representatividade desses povos do Estado de Mato Grosso, surgindo assim o interesse em realizar uma pesquisa relacionando o contexto digital com a diversidade indígena, e compreender de que forma os povos indígenas estão lidando com essas transformações tecnológicas em nossa sociedade.

A proposta de trabalhar com as comunidades indígenas é um recorte do projeto “Cartografia sociocultural do estado de Mato Grosso – da diversidade cultural à sustentação econômica em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentamentos rurais”. A pesquisadora foi bolsista do PDPG-AMAZONIA-LEGAL (Programa de Apoio à Pós-graduação da Amazônia Legal) - 88887.620841/2021-00, - durante o mestrado. O projeto PDPG tem a iniciativa de ampliar o número de produções científicas e tecnológicas para amplificar a construção de recursos humanos para fortalecer o equilíbrio regional. Ao mesmo tempo, o projeto se insere no leque aberto pelo projeto de pesquisa da orientadora intitulado A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO IMAGINÁRIO E NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS E JOVENS., desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Waldorf, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e sob a certificação da UNEMAT.

A temática da pesquisa proposta favorece a diversidade sociocultural indígena no Estado de Mato Grosso e contribui para o conhecimento científico para avaliar os impactos das tecnologias, principalmente durante a pandemia de Covid-19. Outro aspecto de relevância social é por se tratar de um assunto recente e que necessita ser explorado para compreender os efeitos tecnológicos na pandemia para termos recursos científicos para lidar com era pós-pandemia.

E ainda, a escolha do tema do projeto veio através de uma necessidade de estudar os reflexos da tecnologia durante a pandemia. A motivação pela escolha dos povos indígenas reforçou-se pelos dados divulgados pelo Censo IBGE em 2010, que demonstram que no Brasil

existem mais de 240 povos indígenas, sendo que no Mato Grosso temos em média 43 desses povos. Com isso, se fazem necessárias pesquisas que valorizem a diversidade mato-grossense.

Em maio de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações referentes ao isolamento social como proposta para evitar a propagação do coronavírus. Desde então, com isolamento, os meios virtuais se tornaram ferramentas poderosas no processo de transmissão de informações. Na educação não foi diferente, o remoto substituiu o presencial, pois essa foi uma alternativa encontrada pelo Ministério da Educação (MEC), como uma forma de não prejudicar os estudantes do país. No entanto, o ensino remoto exige alguns requisitos e que nem sempre estão disponíveis para todos os estudantes do Brasil.

A pergunta de partida que delinea o núcleo da investigação da pesquisa se propõe a identificar as percepções da inclusão das tecnologias dentro da educação indígenas. Com vista a identificar o fenômeno a partir da seguinte problemática: qual foi o cenário da educação indígena no ensino remoto durante a pandemia de covid -19?

Tendo em vista a luta dos povos indígenas por uma educação que preserve sua cultura e proporcione a interculturalidade se tornam necessárias pesquisas que deem visibilidade e investiguem se as políticas públicas destinadas à educação diferenciada para indígenas estão sendo executadas e acompanhando as transformações sociais.

Quando usamos o termo de "descobrimento" do Brasil pelos Portugueses estamos reforçando uma cultura que inferioriza e tira a autonomia da cultura indígena, visto que quando os portugueses chegaram no Brasil, no país já havia moradores, os indígenas. Dessa forma, prefiro usar o termo "invasão" para se referir a morada dos europeus em terras brasileiras. Desde esse período de invasão portuguesa os indígenas foram colocados em posição de inferioridade e anulação identitária. Por muitos anos os índios foram classificados como selvagens e foram submetidos a viverem de acordo com as normas e costumes do homem branco. Após muita luta é que os povos indígenas tiveram seus direitos resguardados, no entanto essa é uma luta contínua, visto que todos os dias nos noticiários presenciamos as enormes barbaridades que os povos indígenas são submetidos até os dias atuais. Quando pensamos na educação indígena devemos atuar como cidadãos fiscalizadores para garantir os direitos educacionais dos povos originários do nosso país.

A ideia de utilizar o termo "multiverso digital" que é um conceito desenvolvido pela DC Comics para se referir a infinitos universos cada qual com sua própria versão, foi através da percepção da cultura indígena e do homem branco, cada qual contém suas próprias realidades, e podemos observar isso na educação mesmo, cada grupo desses mencionados contém suas

próprias práticas, como podemos observar na própria legislação educacional que proporciona uma educação diferenciada para os indígenas, tendo em vista a necessidade de recuperar memórias históricas e conhecimento dos povos indígenas.

A elaboração dessa pesquisa foi esquematizada da seguinte forma: inicialmente no primeiro capítulo discorreremos sobre o percurso da construção científica, englobando os elementos que fazem parte do objeto de pesquisa construídos ao longo do mestrado, incluindo referencial teórico adquirido através de materiais do Grupo de Estudo e Pesquisas em Pedagogia Waldorf, de estudos realizados durante as disciplinas e também através da elaboração de artigos científicos que auxiliaram na construção da seleção dos autores que compõem esse trabalho.

No segundo capítulo abordaremos de modo mais geral a educação e de como ela se reflete em várias esferas. Também relacionamos a educação indígena ao longo dos anos e de como esta vem sendo amparada pelos moldes da educação indígena diferenciada, além do mais, já nesse segundo capítulo iniciamos os estudos propostos por Steiner em relação a sua cosmovisão e os saberes indígenas partindo também dos estudos de Goethe e Brandão.

No capítulo posterior trabalharemos com a cultura digital dentro dos aspectos educacionais partindo do pressuposto da evolução digital durante a Revolução Industrial até os dias atuais. Ainda mais, apresentaremos os elementos do ensino remoto na pandemia da Covid-19 e de como essa era digital refletiu na educação desse período. E por fim nesse mesmo capítulo, abordaremos Steiner propondo a relação entre a tecnologia e a alma humana de como esse reflexo digital interfere na construção do indivíduo e da cultura indígena.

No quinto capítulo deste trabalho iremos trabalhar com a apresentação e análise dos dados coletados na pesquisa de campo, realizando um paralelo entre os dados e o referencial teórico trabalhado nos capítulos anteriores.

E por fim, traremos as considerações finais referentes ao trabalho.

Após o conhecimento das etapas que irão orientar a produção dessa dissertação, seguiremos para elaboração dos capítulos teóricos, e posteriormente iremos apresentar análise dos dados coletados na pesquisa de campo. Esperamos que através dessa pesquisa seja possível evidenciar os efeitos da pandemia e do acesso tecnológico na vida dos estudantes, e no caso aqui em especial, na vida dos estudantes indígenas.

O principal objetivo dessa pesquisa é compreender o processo de interação das comunidades indígenas com a era digital durante a pandemia. Dentre os objetivos específicos buscaremos identificar a relação entre o indígena e a tecnologia, compreender como foi o acesso

tecnológico dos estudantes indígenas durante a pandemia e apresentar os principais pontos que orientam a dimensão indígena as questões tecnológicas.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O homem é, por natureza, um animal curioso. Desde que nasce interage com a natureza e os objetos à sua volta, interpretando o universo a partir das referências sociais e culturais do meio em que vive. Apropria-se do conhecimento através das sensações, que os seres e os fenômenos lhe transmitem. (FONSECA, 2002, p. 10).

Nesse capítulo, iremos abordar o processo metodológico da dissertação. A metodologia consiste na apresentação dos caminhos percorridos na elaboração do trabalho científico, levando em consideração todas as etapas que compõem a produção da pesquisa. Diante disso, nesta etapa iremos apresentar os principais métodos escolhidos e as principais características desses instrumentos utilizados na construção da pesquisa. Para melhor compreensão desse capítulo da dissertação, iremos apresentar alguns conceitos em relação à construção do conhecimento e posteriormente iremos apontar os principais métodos e ferramentas de coleta e análise de dados escolhidos pela pesquisadora. E por fim, serão apresentados os dados obtidos e a análise desses dados coletados pela pesquisadora durante a pesquisa de campo.

2.1 Conhecimento e métodos: o percurso da construção científica

As concepções e os métodos epistemológicos são de suma importância para a construção do conhecimento, sendo que é através deles que conseguimos constituir o rigor científico para se chegar à reflexão teórica sobre a produção do próprio conhecimento. A construção do saber é uma prática que necessita colocar em discussão as dimensões do saber. Na prática pedagógica o educador tem que estar atento aos conceitos teóricos epistemológicos para que seja possível associar a prática em sala de aula. Um bom educador é um bom pesquisador, por isso é necessário compreender as concepções do conhecimento aplicadas na educação.

A epistemologia de modo geral se refere aos conhecimentos, aprendizagens e habilidades de desenvolver e adquirir saberes. Silveira (2005) esclarece o sentido da epistemologia:

O primeiro sentido de epistemologia é de uma teoria do conhecimento, onde buscamos a natureza, as etapas e os limites do conhecimento, o que leva a estudar, inclusive os

processos cognitivos individuais (psicologia cognitiva) e sociais (a formação e a validade das ciências). Procura responder as perguntas: o que é conhecer? O que podemos conhecer? Como podemos conhecer?. (SILVEIRA, 2005, p. 1)

Desse modo, o conhecimento se refere a capacidade de interpretar e explicar a natureza, o ser humano, a sociedade, as crenças e todos os fenômenos que norteiam o ser humano e o mundo em que ele vive. Nesse sentido, temos o conhecimento científico que é a busca através de métodos e de procedimentos planejados para identificar, problematizar e investigar elementos que compõem a veracidade dos fatos. O objetivo desse tipo de conhecimento é estabelecer teorias concretas para explicar o funcionamento dos fenômenos e de desenvolver soluções para determinadas questões que norteiam o universo, como por exemplo a produção de vacinas para o vírus covid-19 que são resultantes desse conhecimento.

Segundo Oliveira (2000, p. 77), “o conhecimento científico não é superior ao conhecimento comum em todas as instâncias da vida: ambos resolvem problemas nos campos do existir que lhes são próprios”. Relacionado com a afirmação de Aranha e Martins (1993, p. 127), “a Ciência precisou se posicionar muitas vezes contra as “evidências” do senso comum, mas não há como desprezar essa forma de conhecimento tão universal”. Com isso, podemos perceber que todos os tipos de conhecimentos são úteis para o ser humano dependendo de cada situação do cotidiano.

Dentro do conhecimento científico temos os mais variados métodos para construir a pesquisa científica. Na pesquisa educacional as mais utilizadas para construção metodológica científica temos como abordagens: positivismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, materialismo histórico-dialético e o método fenomenológico, que é o método utilizado para a realização dessa pesquisa de dissertação de mestrado. Dessa forma, iremos focar na definição e nos instrumentos da fenomenologia aplicada a pesquisa educacional, e principalmente no objeto de estudo dessa pesquisa.

Assim, para a realização da pesquisa optamos por uma abordagem fenomenológica, pois, a pesquisa educacional nos moldes da fenomenologia contribui para ampliação de métodos de pesquisa que permitem que o pesquisador percorra novos caminhos através de olhares e movimentos dentro do fenômeno educativo. Segundo Gil “Trata-se de uma pesquisa que busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.” (2010, p. 39). A pesquisa fenomenológica vai além da aparência externa do fenômeno, ela busca entender todo o contexto social que norteia a situação estudada, e, com isso, traz à tona a compreensão do sentido real desse fenômeno.

A fenomenologia é uma metodologia que tem como objetivo estudar os fenômenos como eles se manifestam em sua realidade. O principal estudioso dessa corrente de pensamento foi Edmund Husserl durante o século XX.

A Pesquisa Fenomenológica, portanto, parte da compreensão de nosso viver - não de definições ou conceitos - da compreensão que orienta a atenção para aquilo que se vai investigar. Ao percebermos novas características do fenômeno, ou ao encontrarmos outras interpretações, ou compreensões diferentes, surge para nós uma nova interpretação que levará a outra compreensão. (FAZENDA, 1989, p. 63).

Já os métodos da fenomenologia acontecem das seguintes formas:

O método fenomenológico não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação (tarefa da Hermenêutica) que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes, os que o fenômeno tem de mais fundamental. (MASINI, 1989 *apud* FAZENDA, 1989, p. 63).

[...] caracteriza-se, antes de tudo, por uma preocupação em dar uma descrição pura [...] do fenômeno. O fenômeno é aquilo que se oferece ao olhar intelectual [...]. É preciso orientar-se para as próprias coisas, interrogá-las na sua própria maneira de se oferecerem ao pensamento. (HUSSERL, 1994 *apud* ENGERS, 1994, p. 76).

Dentre as características principais desse método, temos a questão da intencionalidade que é a investigação acerca da consciência de forma pura. “A ideia fundamental, básica, da fenomenologia, é a noção de *intencionalidade*. Esta intencionalidade é da consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isto tende a reconhecer o princípio de que não existe objeto sem sujeito.” (TRIVIÑOS, 1987, p.42-43).

A fenomenologia está relacionada ao dualismo platônico (mundo sensível e inteligível), sendo assim, tende para o transcendentalismo. Um pesquisador deve neutralizar suas crenças, para que seja possível alcançar a essência das coisas. A busca pela essência tem como objetivo libertar o conhecimento das teorias anteriores. Portanto, esse método não é uma ciência dos fatos, mas das essências.

O autor Triviños (1987), ainda ressalta que essa essência dos fatos se manifesta de forma pura:

A busca da essência, isto é, o que o fenômeno verdadeiramente é, depois de sofrer um isolamento total, uma redução, eliminando o eu que vivencia e o mundo com seus valores, cultura etc., carece de toda referência que não seja a de sua pureza como fenômeno, de modo que o componente histórico que tão pouco interessava ao positivismo, não é tarefa que preocupe o pesquisador que se movimenta orientado pelos princípios da fenomenologia. (TRIVIÑOS, 1987, p. 47)

Em suma, esse tipo de estudo contribui para ampliação de métodos de pesquisa que permitem que o pesquisador percorra novos caminhos através de olhares e movimentos dentro

do fenômeno educativo. Segundo Gil “Trata-se de uma pesquisa que busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.” (2010, p. 39). A pesquisa fenomenológica vai além da aparência externa do fenômeno, ela busca entender todo o contexto social que norteia o fenômeno estudado, e, com isso, vai trazendo à tona a compreensão do sentido real do fenômeno.

Os sujeitos da pesquisa foram estudantes de graduação da universidade, tendo como foco aqueles ingressos desde o início da pandemia.

Diante da proposta do trabalho, devemos mencionar o tratamento ético da pesquisa científica. Relacionando a ética com a ciência, devemos ressaltar a importância de a ética conduzir todas as ações da pesquisa para evitar qualquer tipo de transtornos para as partes envolvidas, ou seja, o pesquisador e o participante. Nesse sentido, Cooper e Schindler (2003), analisam que a ética exige de todos os profissionais envolvidos a integridade pessoal. Além do mais, os autores estabelecem um código de ética com padrões que o pesquisador deve seguir, para a proteção dos interesses públicos, protegendo a autonomia e dignidade dos indivíduos participantes da pesquisa. Dessa forma, buscaremos apresentar uma pesquisa de relevância social que contribui de forma significativa para os sujeitos envolvidos, promovendo o desenvolvimento sócio humanitário.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o trabalho foi planejado de maneira que atendesse e respeitasse todas as normas éticas científicas. Dessa forma, o trabalho durante a fase inicial, e também anterior a iniciação da coleta dos dados de campo, foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em pesquisa (CEP).

O CEP tem a responsabilidade de informar e orientar membros da comunidade científica sobre procedimentos e normas para realizar pesquisas envolvendo seres humanos para promover a preservação dos direitos dos indivíduos participantes. O trabalho também foi submetido e aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), por se tratar de uma temática especial envolvendo comunidades indígenas.

Outrossim, a ética permeará todas as fases da pesquisa desse trabalho, tendo em vista, a importância da valorização da veracidade e da responsabilidade científica em nossa sociedade. Proporcionando também os devidos créditos a toda pesquisa utilizada e mencionada para construção desse trabalho, evitando qualquer tipo de apropriação intelectual indevida. Sendo assim, desde a construção teórica e até a pesquisa de campo buscamos atuar eticamente para

promover uma sociedade cada vez mais democrática e que valorize ainda mais a importância do fazer científico em nossa sociedade.

2.2 Construção do referencial teórico

A construção de uma pesquisa científica se inicia antes mesmo do pesquisador digitar a primeira linha no *word* sobre suas principais ideias e problemáticas. A pesquisa se inicia através uma observação do cotidiano pelo pesquisador, algum elemento que lhe chama atenção e desperta a necessidade da investigação para compreender tal fenômeno. A investigação é uma característica presente no ser humano desde o início dos tempos. Desse modo, uma pesquisa de dissertação nasce antes do acadêmico ingressar em um programa de mestrado, pois ela é fruto de uma ideia, de leituras, de conversas, de observações e de um conjunto de outros conhecimentos que constroem o pensamento científico.

Dessa forma, o amadurecimento e o desenvolvimento de uma pesquisa de campo são construídos através do contato e compreensão que o pesquisador tem com assunto estudado.

A pesquisa em desenvolvimento é resultado de observações que a pesquisadora coletou desde o início da vida acadêmica, partindo do interesse pessoal em investigar os efeitos da tecnologia e da mídia em diversas esferas sociais, para buscar a compreensão de como a era digital tem influenciado os diversos modos de viver, pensar e agir da sociedade.

A proposta de trabalhar os efeitos dessa tecnologia com a comunidade indígena surgiu após o ingresso da pesquisadora no mestrado ao ser contemplada com uma bolsa do PDPG-AMAZONIA-LEGAL (Programa de Apoio à Pós-graduação da Amazônia Legal). Diante da adaptação do projeto de dissertação para a temática diversidade que atendessem a demanda temática da bolsa, a pesquisadora buscou através de estudos pessoais compreender mais sobre os elementos que atendessem à diversidade no Estado de Mato Grosso.

No segundo semestre de 2021, no caso 2021/2, mesmo a mestranda pertencendo a Linha de pesquisa: formação de professores, políticas e práticas pedagógicas, participou da disciplina optativa "Educação, Diversidade e Interculturalidade" ministrada pela linha de pesquisa: Educação e Diversidade. Através da disciplina, do contato com os textos e das experiências da professora, a pesquisadora conheceu a Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI) ligada a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

Através da aquisição de conhecimentos pela pesquisadora sobre a temática indígena, surgiu a proposta de trabalhar com a pesquisa sobre o uso das tecnologias digitais por estudantes

indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso, um recorte do projeto desenvolvido pela orientadora Dr.^a Rosely Aparecida Romanelli, sobre a influência das mídias. Por envolver uma temática recente, até o momento estão sendo necessárias leituras, pesquisas, interpretações, para compreender o fenômeno da pandemia e também da educação indígena.

Dentre as produções científicas sobre o tema desta pesquisa podemos ressaltar dois artigos científicos produzidos pela pesquisadora. O primeiro trabalho se trata de um balanço de produção tendo como foco a análise de artigos produzidos e publicados no periódico Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)¹ da plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir de 2020 contemplando a temática da educação em tempos de pandemia e também do acesso tecnológico das comunidades indígenas.

O balanço de produção teve como objetivo apresentar um levantamento de produções científicas como uma etapa prévia para auxiliar no processo de produção teórica da dissertação. Buscando estabelecer a compreensão sobre o acesso das tecnologias digitais por indígenas durante a pandemia. Ao longo da pesquisa fomos filtrando os descritores e partindo do geral para o específico com a finalidade de encontrar trabalhos com maior aproximação do projeto de pesquisa. Neste sentido, utilizamos 3 (três) descritores. Foram encontrados 88 (oitenta e oito) artigos que faziam referências aos seguintes descritores: Educação Indígena na pandemia. Covid-19; Ensino remoto; Indígena. Acesso tecnológico por Indígenas.

QUADRO 1 – QUANTIDADE DE PESQUISAS ENCONTRADAS NA PLATAFORMA DA CAPES

Descritores	Total de trabalhos
Educação Indígena na pandemia	55
Covid-19; Ensino remoto; Indígena.	10
Acesso tecnológico por Indígenas.	23
	88

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora com dados da pesquisa

¹A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é um programa em conjunto com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que integra diversas instituições de ensino e pesquisa brasileira a partir da integração da base de dados.

Para chegarmos aos dados da tabela filtramos trabalhos publicados entre 2020 e 2022, produzidos por universidades brasileiras, pois no nosso trabalho pretendemos verificar o acesso tecnológico por estudantes indígenas brasileiras/os. Após a leitura do título de cada trabalho, selecionamos 10 (dez) trabalhos cuja temática se torna mais relevante para o objeto de pesquisa estudado para fazer uma breve descrição das pesquisas. Para realização desse balanço de produção foram utilizados apenas artigos, artigos produzidos antes de 2020 foram descartados tendo em vista que o objetivo central do balanço de produção era reunir artigos produzidos entre 2020 e 2022, e que tinham como palavras-chave educação indígena.

QUADRO 2 – PESQUISAS SELECIONADAS

TEMA	AUTOR	ANO
A doença do mundo: xamanismo baniwa contra a pandemia.	Vianna, João; Fontes, Afonso; Cardoso, Ilda da Silva	2022
A inserção dos conhecimentos indígenas na escola: possibilidades por meio de um blog	Fabício Gurkewicz Ferreira; Lediane Fani Felzke	2021
Fronteiras da educação: alunos indígenas e imigrantes em tempos de aulas remotas, um olhar reflexivo ao projeto “@prendendoemcasabv.”	Elândia Gomes Araújo; Enia Maria Ferst; e Alessandra de Souza Santos	2021
Relações Multi/interculturais em Tempos de Pandemia: Reflexões Identitárias com Acadêmicos Indígenas no Ambiente Universitário	José Francisco Sarmento Nogueira; Júlia Arruda da Fonseca Palmiere	2021
Educação Escolar Indígena Em Mato Grosso Do Sul Em Tempos De Pandemia: Estratégias, Dificuldades E Possibilidades.	Patrícia Graciela da Rocha; Tania Milene Nugoli Moraes	2021
A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia	Gersem José dos Santos Luciano	2021

Povos Indígenas E Educação No Semiárido Pernambucano Em Tempos Da Pandemia Do Coronavírus: Desafios E Perspectivas."	Edson Silva	2020
A Inclusão Educacional dos povos indígenas pelo Ensino Superior à Distância: a contribuição da tecnologia para a democratização da Educação.	Taissa Vieira Lozano Burci e Maria Luisa Furlan Costa	2020
In(formação), interculturalidade e a Covid-19 em territórios indígenas de Mato Grosso do Sul	Andreia Sangalli e Neimar Machado de Sousa	2020
Educação indígena no Brasil: Entre legislações, formação docente e tecnologias	Dener Guedes Mendonça; Ramony Maria da Silva Reis Oliveira	2020

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa

O artigo intitulado "**A doença do mundo**": xamanismo baniwa contra a pandemia" apesar de não tratar especificamente sobre a questão tecnológica traz um importante estudo sobre o modo de vida e costumes indígenas no antropoceno. Os pesquisadores exploram as práticas ligadas aos conhecimentos dos cosmos, do mundo mítico e atual para formular questões contra o coronavírus. Dessa forma, o estudo traz a questão do benzimento que é passado de gerações em gerações e se relaciona com as questões espirituais. Dentre os pontos que fazem essa pesquisa se aproximar com o objeto de estudo dessa dissertação são os conhecimentos indígenas, o artigo traz questões específicas sobre a importância da questão tecnológica para os costumes dos povos indígenas, portanto o artigo contribui para a construção do referencial teórico dessa pesquisa de mestrado.

A pesquisa intitulada "**A inserção dos conhecimentos indígenas na escola: possibilidades por meio de um blog**" é um artigo desenvolvido pelos autores Fabrício Gurkewicz Ferreira e Lediane Fani Felzke. O objetivo central do trabalho é realizar um estudo sobre a viabilização de um blog como ferramenta para inserção de conhecimentos indígenas na questão corporal, educacional e tecnológica. O blog investigado faz parte de um projeto de desenvolvimento tecnológico. Em suma, através da pesquisa os autores analisam as contribuições do blog para a prática pedagógica corporal que propicia a construção de práticas educativas significativas que valorizam a diversidade cultural. Essa pesquisa é de grande importância para a temática pesquisada na dissertação, tendo em vista que trabalha com a

tecnologia e os conhecimentos indígenas como uma forma de ampliar o desenvolvimento tecnológico.

No artigo intitulado **“Fronteiras da educação: alunos indígenas e imigrantes em tempos de aulas remotas, um olhar reflexivo ao projeto “@aprendendoemcasabv.”** As autoras produziram o artigo através do material do projeto aprendendo em casa BV, da Secretaria Municipal de Boa Vista - SMEC, um projeto voltado para o ensino da Língua Portuguesa para estudantes indígenas. A partir do início do isolamento e das aulas remotas, as pesquisadoras identificaram que para manter as aulas remotas do projeto "Aprendendo em Casa BV" - foi necessário utilizar as tecnologias e metodologias que conseguissem atender os alunos do projeto. Porém, mesmo com a utilização de recursos tecnológicos, grupos no WhatsApp e da utilização de outras redes sociais, as pesquisadoras indagam se toda a sociedade indígena tem conseguido acompanhar as atividades por meio de ferramentas tecnológicas e Internet e também levanta um assunto extremamente necessário que é a inclusão, visto que, há comunidades indígenas que ainda não tem acesso à internet, portanto nesses casos nem todos os alunos conseguem acompanhar as aulas. Diante do artigo, podemos observar que mesmo como as adaptações tecnológicas e didáticas para atender os estudantes indígenas ainda faltaram recursos de acessibilidade por parte dos alunos. O artigo serve como referencial teórico para ser trabalhado nessa pesquisa dissertação, visto que os autores analisam os efeitos das aulas remotas na educação indígena.

Nogueira e Palmiere (2021), no artigo intitulado **“Relações multi/interculturais em tempos de pandemia: reflexões identitárias com acadêmicos indígenas no ambiente universitário”** traz a reflexão sobre relações multi/interculturais do ambiente universitário em tempos de pandemia, Como olhar direcionado para acadêmicos indígenas. Ao longo da pesquisa os autores realizam um estudo crítico de maneira sociológica ao modelo de ensino remoto durante a pandemia, demonstrando que a maior parte dos indígenas vivem em aldeias, sendo elas, rurais e urbanas, e em muitos dos casos não possuem acesso à internet e nem aparelhos tecnológicos. Dessa forma, os autores evidenciam a exclusão dessa população em relação aos recursos tecnológicos referente à educação o que influencia diretamente no exercício da cidadania, visto que sempre as políticas governamentais estão voltadas para a proteção das comunidades indígenas, como aconteceu no caso do ensino remoto para estudantes indígenas. Portanto, esse estudo contribui para a percepção da educação indígena em tempos de pandemia,

e diante dessa pesquisa podemos olhar o fenômeno da educação remota em uma perspectiva universitária, o que contribui para o desenvolvimento desse trabalho de dissertação, visto que é a partir da análise do fenômeno que podemos identificar os diversos ângulos.

O artigo intitulado "**Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul em tempos de pandemia: estratégias, dificuldades e possibilidades**" é uma pesquisa desenvolvida por Patrícia Graciela da Rocha e Tânia Milene Nugoli Moraes. O trabalho tem como objetivo realizar breves descrições das estratégias pedagógicas utilizadas pelas escolas indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre os autores utilizados podemos citar: Magalhães e Reimers (2020); Schleivher (2020). Ademais, as autoras realizaram os embasamentos teóricos a partir das políticas educacionais que tratam a questão do ensino durante a pandemia. Diante da análise as pesquisadoras constataram que a desigualdade se agravou ainda mais em decorrência da pandemia. A pesquisa realizada pelas autoras contribui para o desenvolvimento da dissertação na medida que aponta as dificuldades e as estratégias adotadas na pandemia para promover a educação escolar indígena.

O trabalho intitulado "**A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia**" é uma pesquisa realizada por Gersem José dos Santos Luciano. O objetivo central do trabalho é realizar um ensaio sobre o exercício reflexivo, pedagógico e filosófico da experiência existencial em tempos de pandemia, trabalhando com a questão da educação intercultural e dos direitos humanos em tempos de pandemia. Ademais, o trabalho direciona um novo olhar em relação à natureza e a humanidade focando na questão existencial do mundo ancestral Baniwa. A pesquisa se torna um referencial teórico devido à temática trabalhar com a questão da pedagogia indígena em tempos de pandemia, que é dos tópicos a serem trabalhadas na pesquisa em andamento.

Edson Silva em seu artigo intitulado "**Povos indígenas e educação no semiárido pernambucano em tempos da pandemia do coronavírus: desafios e perspectivas**" traça a importância das relações históricas e sociais ambientais dos indígenas no Semiárido Pernambuco, apresentando a diversidade indígena e a quantidade de povos que estão localizadas em diversos municípios de Pernambuco. Após apresentar os dados e estatísticas, Silva (2021), ressalta que diante do cenário da pandemia da covid-19, muitos dos povos indígenas de Pernambuco denunciaram o descaso do governo federal através de suas organizações, pois durante o isolamento as comunidades indígenas necessitam de mais recursos para lidar com a pandemia. Nesse sentido, através da leitura do artigo de Silva (2021), podemos identificar que a pandemia intensificou ainda mais a desigualdade social no país, não somente

na educação, mas também em várias outras áreas sociais que estão estabelecidas por lei para qualquer indivíduo. Com isso, temos o caso das comunidades indígenas que vem tendo seus direitos democráticos desvalorizados. No caso da educação por exemplo, como vimos em alguns trabalhos anteriores, os indígenas muitas vezes não têm o acesso tecnológico para acompanhar o ensino remoto por conta da desigualdade e da falta de infra-estrutura para amparar esses povos. Portanto, a pesquisa é de suma importância para o desenvolvimento da dissertação que estamos desenvolvendo, visto que a partir dos referenciais teóricos podemos compreender a falta de acesso tecnológico por estudantes indígenas.

O artigo intitulado **“A inclusão educacional dos povos indígenas pelo ensino superior à distância: a contribuição da tecnologia para a democratização da educação”**, visa compreender como a modalidade de ensino à distância democratiza o acesso e a permanência de alunos indígenas no ensino superior. Diante disso, através do artigo conseguimos compreender como o uso das tecnologias possibilita democratização educacional para estudantes indígenas. O artigo tem em vista que a falta de recursos tecnológicos principalmente nesse período de pandemia tem causado a exclusão dos grupos indígenas em vários estados brasileiros, sendo essa uma das preocupações a serem trabalhadas na pesquisa desenvolvida nessa dissertação.

O trabalho intitulado **“In(formação), interculturalidade e a covid-19 em territórios indígenas de Mato Grosso do Sul”** de autoria das pesquisadoras Andréia Sangalli e Neimar Machado de Sousa, aborda como a pandemia causada pela covid-19 impactou os povos tradicionais Guarani, Kaiowá e Terena e seu Tekohá². Desse modo, as pesquisadoras demonstraram ao longo do trabalho algumas medidas necessárias para informar esses povos indígenas sobre a doença do covid-19 e os métodos para evitar a propagação. Uma das alternativas encontradas foi o uso da tecnologia como grupos no WhatsApp para informar os territórios indígenas sobre o avanço da doença. No entanto, podemos perceber que diante da pesquisa, o acesso à tecnologia foi escasso pois nem todas as comunidades tinham acesso à internet, e com isso, para levar o conhecimento e essas informações sobre a pandemia para essas pessoas sem acesso ao meio tecnológico, foi necessário a circulação de material impresso nas

² Termo de origem Guarani, que se refere a territórios, no entanto, esse conceito não se refere somente à terra como um local, mas também sobre normas e costumes. A terra de acordo com esse conceito é visto como uma extensão dos povos indígenas e do seu próprio modo de viver.

comunidades indígenas, sendo assim, a pesquisa se aproxima com o objeto estudado neste trabalho de conclusão de curso de pós-graduação.

O artigo intitulado "**Educação indígena no Brasil: Entre legislações, formação docente e tecnologias**" tem como objetivo realizar um levantamento das principais legislações brasileiras da educação indígena. Para alcançar o objetivo da pesquisa os autores Mendonça e Oliveira (2020) conceituam a educação indígena através da formação inicial e continuada de professores indígenas, e também discutem sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação dentro do ambiente educacional como uma ferramenta de fortalecimento cultural. A metodologia utilizada na pesquisa é abordagem qualitativa do tipo documental e de estudo bibliográfico. O artigo possibilitou ampliar um levantamento sobre as principais legislações brasileiras da educação indígena, sendo um dos tópicos a ser trabalhados na dissertação.

Na imagem abaixo podemos observar quais são as palavras mais encontradas nos artigos se refere a falta de acesso tecnológico por estudantes indígenas, principalmente durante a pandemia da covid-19, que resultou no ensino remoto.

FIGURA 1: NUVEM DE PALAVRAS



Fonte: Figura elaborada pela pesquisadora.

Através dos artigos selecionados conseguimos compreender que a educação com o auxílio das tecnologias pode contribuir para inclusão dos povos indígenas. Nesse sentido, são necessárias ações que ampliem a tecnologia até as comunidades indígenas para que seja

possível amenizar as desigualdades sociais. Através das nuvens de palavras foi possível identificar os assuntos mais mencionados ao longo dos artigos, dando ênfase para a desigualdade social entre os indígenas que foi agravada na pandemia em relação ao acesso tecnológico.

Posteriormente, foi desenvolvida uma análise documental pela pesquisadora. Buscamos descrever nesse trabalho, a partir de estudos de teóricos que abordem a formação de professores e a prática docente e por fim, compreender a formação de professores indígenas para a valorização cultural que atenda às necessidades da história e dos valores da população indígena, por meio da literatura pesquisada juntamente com uma análise documental das disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos de Licenciatura Intercultural e Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

A partir da elaboração desses trabalhos foi possível encontrar livros, artigos, teses e dissertações para auxiliar a pesquisadora na construção teórica da dissertação. Além do mais, foi nessa etapa que encontramos a dificuldade de reunir mais produções sobre o assunto, por se tratar de uma temática recente. Para coletar mais informações para o desenvolvimento desta pesquisa optamos por incluir no referencial teórico desse trabalho as seguintes organizações: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Educação (MEC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

2.3 Instrumentos e análise de dados da pesquisa

A pesquisa irá seguir a abordagem qualitativa, do ponto de vista exploratório e descritivo. A partir desses métodos iremos adotar o procedimento de estudo de caso para compreender de forma profunda o objeto de pesquisa, para que consigamos detalhar o fenômeno da influência das tecnologias nas comunidades indígenas.

Primeiramente, iremos apresentar alguns conceitos do método qualitativo que propõe um conjunto de diferentes técnicas para descrever e decodificar um sistema de significados. Esse tipo de pesquisa se organiza através de um rigor previamente estabelecido para que o pesquisador consiga obter dados descritivos a partir do contato com o objeto de estudo. Além do mais, ao utilizar esse tipo de método é possível mergulhar no processo social, compreendendo esse processo e o significado do objeto estudado.

Triviños (1987, p. 133), enfatiza que o pesquisador, que utiliza o enfoque qualitativo terá uma liberdade teórico-metodológica para o desenvolvimento de sua pesquisa “[...] os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições da exigência de um trabalho científico [...]”. Portanto, a escolha desse tipo de pesquisa aconteceu pelas possibilidades de análise existentes para investigar o fenômeno do acesso tecnológico pelos estudantes indígenas.

Além do mais, Bicudo (1999), chama atenção do pesquisador para a importância de não tratar a problemática da pesquisa como uma suposição, mas sim buscar compreendê-la através da interrogação e da comprovação dos fatos mais confiáveis. Com isso, a fenomenologia entra novamente na construção da pesquisa auxiliando com a fundamentação que sustenta a análise, a compreensão e a interpretação dos dados. Por fim, vale reforçar que todos os métodos aqui mencionados estão conectados e atuam em conjunto para promover o diálogo entre o texto, os autores e a pesquisa de campo.

Após a escolha dos métodos e procedimentos adotados para realização da pesquisa, seguimos para as estratégias e instrumentos para a coleta de dados.

Antes de apresentar as definições de cada instrumento de coleta dos dados dessa pesquisa é importante salientar que todo esses procedimentos foram elaborados seguindo as normas éticas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP³. Todas as técnicas foram pensadas de maneira que preservassem os direitos individuais do ser humano, respeitando as diversas crenças, opiniões e culturas. Além do mais, no Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento estão descritos todos os direitos do sujeito participante e também todas as características da pesquisa. Em momento algum os participantes foram obrigados a participar desta pesquisa, pois foi solicitada a participação de forma voluntária, respeitando o horário e outras particularidades do entrevistado ocorridas durante a coleta de dados.

A escolha dos instrumentos de coleta foi elaborada pensando no bem-estar dos sujeitos, no princípio de igualdade e de justiça para amparar os grupos culturais e sociais do Estado do Mato Grosso, visando como objetivo a produção do conhecimento científico a partir dos princípios éticos e morais. Dessa forma, antes de os sujeitos participantes aceitarem participar da pesquisa, apresentamos o Termo de Consentimento Livre Esclarecido contendo todas as informações da pesquisa.

³ O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa).

Para realização desta pesquisa, optamos pelas seguintes técnicas de coleta de dados: 1) observação; 2) entrevista semiestruturada; 3) Questionário aberto, em que as perguntas foram escolhidas de acordo com as normas da pesquisa fenomenológica aplicada ao estudo de caso, sendo possível formular indagações significativas sobre o tema tratado a partir da liberdade que o sujeito pesquisado tem em expressar seus sentimentos e opiniões.

A etapa da observação irá acontecer juntamente com a entrevista com os participantes da pesquisa. Kirk e Miller (1986), salientam que em pesquisas qualitativas necessita-se da observação dos sujeitos estudados em seu território de atuação e da interação entre o pesquisador e os observados. Sendo assim, para a realização de uma pesquisa de qualidade, é fundamental que haja uma boa relação com o objeto estudado, para diminuir os vieses na pesquisa.

A escolha da entrevista semiestruturada se justifica através da finalidade de obter informações através de um processo de interação social centrada em um roteiro com tópicos sobre o objeto estudado, ou seja, o sujeito participante da pesquisa tem a possibilidade de expor suas experiências a partir do objeto central proposto pelo pesquisador. Conforme explica Duarte (2005), esse tipo de entrevista é: “[...] um recurso metodológico que busca, com bases em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (DUARTE, 2005, p. 62)”.

O último instrumento de coleta de dados, o questionário aberto, irá possibilitar ao entrevistado maior liberdade ao expor suas opiniões e experiências pessoais. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Para realização da coleta de dados tínhamos duas propostas: presencial e on-line. O que definiu a escolha desse processo foi a situação da pandemia de covid-19 no país. Durante o processo de coleta de dados não foi possível o encontro presencial com os participantes. Devido a covid-19 e a gripe H3N2⁴, a FAINDI manteve os encontros remotos por mais um semestre.

⁴ Variante do vírus influenza, subtipo A. Principais sintomas da doença: febre alta, dor de cabeça, dores articulares, constipação nasal, inflamação na garganta, tosse, vômito, diarreia e etc. A gripe é facilmente transmitida por gotículas de espirros ou salivas no ar de pessoas contaminadas. Dentre as medidas de segurança está a medicação, o repouso e o isolamento. E por essa nova variante ter surgido em uma época próxima a Covid-19 foi dobrada a

Dessa forma, realizamos o contato inicial através do WhatsApp para convidar os alunos a participarem da entrevista no *Google Meet* e para responder as perguntas do questionário no *Google Forms*.

A proposta inicial foi realizar a pesquisa com 20 estudantes indígenas. Seriam incluídos como sujeitos no estudo alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), a partir de 2020/1. Foram inclusos nesse critério alunos acima de 18 anos.

Após a coleta dos dados, foi realizada a sistematização dos dados coletados. Nessa fase, o pesquisador busca através da fala dos sujeitos a apreensão de significados de acordo com contexto sociocultural em que eles estão inseridos.

Como mencionado anteriormente os instrumentos de coleta de dados são: a entrevista semiestruturada e o questionário. A entrevista será transcrita na íntegra para que a pesquisadora analise os três pressupostos que norteiam o desenvolvimento da dissertação: 1) a problemática da pesquisa; 2) abordagem conceitual e interpretações dos dados; 3) e por fim, a própria investigação através das evidências interpretadas nos dados. Já o questionário, irá auxiliar na investigação das opiniões dos participantes de forma individual, visto que, a partir desse tipo de método é possível delimitar o objeto de estudo. Tendo em vista e a entrevista foi realizada através do Google Meet com todos os estudantes ao mesmo tempo, realizamos a seguinte pergunta a cada estudante "Como foi a sua experiência na pandemia com a tecnologia e o ensino remoto?", desse modo, os alunos foram instigados a relatar a sua experiência durante esse período.

QUADRO 3 – PERGUNTAS DISPONIBILIZADAS NO *GOOGLE FORMS*

1 – Qual a sua Aldeia?
2 - Em que ano você entrou na graduação?
3 -Dentre as tecnologias, quais você mais utiliza?
4 - A sua aldeia tem acesso à internet?
5 - Você tem acesso à internet com que frequência?
6 - Como foram desenvolvidas suas atividades da faculdade durante a pandemia?
7 - Na sua opinião, as tecnologias exercem influência na sua aldeia? de que forma?

atenção em relação a evitar aglomerações. Dessa forma, a FUNAI determinou o isolamento dos indígenas nas aldeias por mais um semestre letivo de 2022/1.

8 - Você enquanto futuro professor ou já professor, utiliza as tecnologias em sala de aula?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A análise de dados é a fase do trabalho científico em que o pesquisador constrói a formação de sentidos através da delimitação e interpretação dos dados coletados. Esse processo é uma etapa minuciosa que exige o raciocínio indutivo e dedutivo para compreender o significado da problemática da pesquisa.

Dessa forma, análise de dados é dividida em duas etapas: análise e interpretação. Conforme conceitua Gil (1999):

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 1999, p. 168).

Desse modo, podemos compreender que a análise dos dados ocorre desde o momento em que o pesquisador está coletando os dados. Isso ocorre de maneira que permite análise contínua do objeto estudado, auxiliando no planejamento das sessões dos dados. Portanto, essa fase da pesquisa ocorre desde o momento que o pesquisador está desenvolvendo a etapa inicial do trabalho, visto que, o objeto de estudo permanece na mente do pesquisador durante todo o processo do desenvolvimento da pesquisa.

Tendo em vista que o processo de análise de dados varia significativamente de acordo com os diferentes tipos de pesquisa, devemos estar atentos para alguns obstáculos que o pesquisador pode encontrar ao longo de uma análise qualitativa. Conforme explica Minayo (1994), temos três tipos de entraves: primeiramente as interpretações precipitadas logo de início. Posteriormente, pode ocorrer de o pesquisador se afastar dos significados dos dados coletados. E por fim, pode ocorrer a dificuldade em articular conclusões concretas por parte do pesquisador, esse obstáculo final pode causar um distanciamento entre a teoria e a prática da pesquisa.

Elaboramos a análise de dados da pesquisa através das seguintes fases: a) estabelecimento de categorias; b) codificação; c) avaliação das generalizações obtidas com os dados; e d) interpretação dos dados (GIL, 1999). Porquanto, a sistematização de dados qualitativos da pesquisa ocorre da seguinte forma; a) a pesquisadora irá fazer o levantamento de todos os dados coletados ao longo da entrevista e do questionário para uma análise imediata do conteúdo geral. 2) Realização de anotações das principais interpretações levantadas na

pesquisa como um todo. 3) No procedimento final, após a interpretação e observações dos dados investigados, o pesquisador irá relacionar com a literatura estudada ao longo do trabalho.

2.4 Descrição do lócus da pesquisa de campo

Para realização dessa pesquisa é necessário compreender a tecnologia como instrumento didático utilizado durante a pandemia por estudantes indígenas da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI ligada a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT é uma instituição pública e gratuita que tem como objetivo proporcionar ensino de qualidade, socialização do conhecimento, elevação sociocultural e melhora na qualificação profissional da população.

Atualmente, a UNEMAT possui campus nos seguintes municípios: Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Bugres, Cáceres (sede principal), Colíder, Diamantino, Juara, Médio Araguaia, Nova Mutum, Nova Xavantina, Pontes e Lacerda, Sinop e Tangará da Serra. (UNEMAT, 2022). Nesses campus são distribuídos 128 cursos de graduação na modalidade continua e 22 cursos na modalidade diferenciada. A universidade oferece também 30 cursos de pós-graduação.

A FAINDI entrou em funcionamento no Estado de Mato Grosso a partir do ano de 2001, tendo como proposta a valorização da diversidade cultural brasileira. Atualmente, a faculdade indígena possui a responsabilidade em qualificar professores para atuarem em aldeias indígenas, a partir dos cursos superiores de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, com habilitações em três áreas: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais e também é disponibilizado o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Intercultural Indígena (PPGecii). Desde então, a Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vem desenvolvendo ações para continuação de formação de professores indígenas para atuarem das aldeias.

Ao analisarmos a grade curricular do curso de Licenciatura Intercultural conseguimos identificar que os princípios que norteiam o projeto contemplam a dimensão cultural, a dimensão epistemológica, a dimensão pedagógica, a historicidade, adversidade, e a construção e transformações frente à conhecimentos já fixados, como uma maneira de realizar o currículo flexível e dinâmico. Desse modo, a formação de professores contempla temáticas transversais que abordam a pluralidade étnica e cultural, sociedades e meio ambiente, lutas, direitos e

organização indígena, educação para saúde, além de promover a prática de estágio curricular supervisionado que permite que o estudante tenha contato com a *práxis* pedagógica.

O curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural propõe que a formação de professores indígenas respeita as formas tradicionais de organização social de cada povos, produzindo e transmitindo conhecimentos culturais. Além do mais, essa formação do centro se fundamenta na interculturalidade com o objetivo de valorizar a cultura e os conhecimentos indígenas. A grade curricular do curso compõe temáticas que abordam autonomia, a interculturalidade, a sustentabilidade, a diversidade e a cultura. O curso habilita professores para atuar no ensino fundamental e ensino médio em escolas das aldeias.

Ao identificarmos os elementos que compõem a formação curricular da formação de professores indígenas, podemos compreender que o processo de ensino-aprendizagem auxilia os profissionais na construção e transmissão de conhecimentos. Esse processo permite a democratização da educação e da interculturalidade possibilitando que os grupos indígenas favoreçam o processo de resgate cultural e de tradições.

A formação de professores é uma temática amplamente explorada em diversos ângulos por Paulo Freire. Os estudos freireanos sobre a prática educacional trazem à tona a relação teoria-prática, a construção do conhecimento e a democratização da Educação. Na perspectiva freireana, a formação de professores é um processo que passa por constantes incorporações pedagógicas.

Nesse sentido, Paulo Freire afirma que a prática pedagógica docente não está localizada apenas em sala de aula, sendo que é necessário vivenciar uma pedagogia problematizadora além da sala de aula. O entendimento freireano compreende que “se o professor for libertador, os estudantes e os professores empreenderão transformação que inclui o contexto fora da sala de aula” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 46).

Além do mais, através da análise dos projetos político pedagógico dos cursos de licenciatura da FAINDI conseguimos identificar que as disciplinas e os objetivos nos cursos de licenciatura favorecem e contribuem para afirmação da identidade étnica e valores de cada um dos povos indígenas, possibilitando que cada aluno indígena utilize de seus conhecimentos para construir um repertório acadêmico intercultural. As atividades desenvolvidas pela FAINDI, contribuem para a valorização das práticas culturais indígenas, de modo que, além das atividades acadêmicas que envolvem a leitura e escrita, também são desenvolvidas atividades práticas na aldeia. Desse modo, buscaremos através desta pesquisa identificar qual o impacto do uso das tecnologias por esses estudantes indígenas durante a pandemia. Esperamos que a

pesquisa possa ser de grande relevância para comunidade científica pelo fato de trabalhar com a temática que possui pouco referencial teórico sobre o trabalho com a diversidade no estado de Mato Grosso.

Diante a coleta dos dados prosseguiremos para análise dos dados a partir de uma perspectiva flexível, buscaremos seguir a análise identificando a partir de uma leitura geral do material, da definição das unidades de significado, da expressão das unidades na perspectiva pesquisada e também através da formulação de uma síntese da pesquisa os melhores caminhos para constituir as unidades de significados e de indicação das descrições.

A partir dos dados coletados na descrição será possível direcionar a vivência do fenômeno e a forma que ele se compreende em sua essência, ou seja, buscaremos compreender o discurso encontrado e as mediações temporais e contextualizadas no relato dos entrevistados.

Ainda de acordo com Martins e Bicudo (1989) existem diferentes maneiras de chegar à essência do fenômeno através da análise das descrições da vida dos sujeitos. Bicudo (2000) ainda descreve que ao adotar um olhar fenomenológico para as experiências vividas pelo sujeito sem julgamentos é possível trabalhar com a totalidade dessas descrições. Essas descrições, portanto, serão lidas uma a uma diversas vezes até compreender a essência do fenômeno.

Partiremos também da redução fenomenológica que compete ao fenômeno psicológico, que “é a fase descritiva dos dados significativos, proporcionará ao sujeito a dimensão da totalidade da razão ao mundo” (BUENO, 2003, p. 30). Através desse processo será possível buscar a essência do fenômeno.

A primeira análise a ser realizada será de cunho psicológico e individual de cada sujeito entrevistado, conforme explica Martins e Bicudo (1989) é importante seguir quatro momentos de reflexão: primeiramente reduzir o ritmo de análise das descrições, adotar um olhar minucioso através das descrições para vivenciar uma situação imaginária e compreender os relatos. Na segunda etapa é importante definir a situação de forma geral e ampliando a para o coletivo. Na terceira etapa em relação a suspensão e dos interesses e das crenças, e por fim em último lugar a compreensão dos significados através das passagens dos objetos.

Resumo do capítulo

No capítulo metodológico da dissertação apresentamos quatro tópicos que nos auxiliaram na construção do percurso a ser seguido na pesquisa. Primeiramente abordamos os conhecimentos e métodos que compõem o percurso da construção científica. Posteriormente

apresentamos os elementos que nos auxiliaram para a seleção e a construção do referencial teórico da pesquisa em andamento; em seguida apresentamos a escolha dos instrumentos e técnicas de análise de dados e por fim realizamos uma breve descrição do campo de pesquisa deste trabalho.

Primeiramente ao abordarmos sobre a construção do conhecimento e dos métodos colocamos em prática todo o aprendizado que foi adquirido durante o programa de pós-graduação, evidenciando a importância do fazer científico para a sociedade.

No segundo tópico, ao apresentarmos a construção do referencial teórico, demonstramos quais os procedimentos que nos auxiliaram a chegar nos tópicos e nos autores desenvolvidos ao longo da dissertação para alcançar a proposta do recorte dessa pesquisa.

Posteriormente, utilizamos do conhecimento adquirido sobre a produção científica e dos tipos de métodos para selecionar os instrumentos e análise de dados que fossem mais adequadas para a pesquisa em andamento. Além do mais realizamos a descrição de cada objeto metodológico escolhido e justificamos a sua importância para a pesquisa.

E por fim, apresentamos a descrição do lócus da pesquisa que é a FAINDI, uma importante instituição para a preservação cultural e a emancipação educacional dos indígenas, dessa forma apresentamos alguns dados obtidos através de pesquisas anteriores, tais como dados sobre o currículo que compõe os cursos direcionados a comunidades indígena.

Em suma, esse capítulo foi a primeira parte da dissertação a ser construída, sendo a partir dela que direcionamos os caminhos a serem percorridos durante a pesquisa, através da escolha de autores, de obras, de métodos de abordagem para coleta de dados e também referente a análise de dados.

3. A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Nesse capítulo iremos trabalhar os principais conceitos sobre Educação, apresentando alguns elementos que direcionam a educação indígena para o percurso da interculturalidade através dos saberes e práticas indígenas.

3.1 Afinal, existe apenas um tipo de educação?

A definição do que é educação ultrapassa os muros da escola e os métodos tradicionais. Todos nós estamos inseridos no ambiente educacional, seja na escola, na igreja, em casa, em uma conversa com amigos, a todos os momentos estamos ensinando e aprendendo, pelas diversas vias de convivência social.

Brandão (1981) em seu livro "O que é educação", - nos apresenta alguns elementos fundamentais para a compreensão do papel da educação na sociedade. O autor expõe um exemplo de educação dentro das comunidades indígenas que serve perfeitamente para demonstrar a proposta dessa pesquisa. A situação evidenciada por Brandão (1984) se refere a uma carta assinada por Virgínia e Maryland, ambos Estados líderes do tratado de paz com os índios da Seis Nações nos Estados Unidos. A carta apresentava a proposta aos índios para que eles enviassem alunos de sua aldeia para estudar nas escolas dos brancos. No entanto, os chefes das tribos responderam da seguinte forma:

Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.... Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens. (BRANDÃO, 1981, p. 8).

Ao ler a carta e analisar a situação exposta sobre os métodos de educação de acordo com a necessidade dos povos indígenas percebemos que não existe apenas um modelo educacional. A educação vai para além do capital, ela deve ser utilizada como um instrumento de

emancipação social para atender as mais diversas categorias de sujeitos dos grupos sociais existentes na sociedade.

Infelizmente, a educação por muitas vezes vem sendo utilizada como instrumento de poder para oprimir e controlar outros povos, entretanto essa atitude fere os direitos individuais do cidadão de ter acesso à educação de diversas maneiras e de acordo com suas próprias crenças, culturas e valores.

Além do mais, nesse exemplo citado na carta apresentada por Brandão (1981) podemos perceber dois exemplos das milhares de educação existentes no universo, primeira de um homem branco europeu que contempla o ensino tradicional, está relacionado ao status social e ao capital, sendo através da educação que esse grupo tem acesso as classes mais altas e dominantes. Já a educação indígena, contempla os saberes que ultrapassam gerações, o contato do homem com a natureza, agricultura, o artesanato, a caça etc. Dessa forma, podemos compreender que a educação deve ser compatível com a cultura que o indivíduo está inserido e que vai ser propícia para o desenvolvimento social. Portanto, não existe apenas uma forma correta de educar.

A educação existe antes mesmo da criação de escolas, ela é uma rede de saber que é transmitida de geração para geração, repassando conhecimentos adquiridos através das experiências, da convivência e com os próprios instintos que aflora no ser humano a necessidade de evoluir para sobreviver. Para compreender como ocorre esse processo de ser educado fora dos ambientes escolares através da observação e da troca de saberes, Brandão (1981) nos apresenta o comportamento animal, sendo que as espécies aprendem a sobreviver através da repetição de condutas de outras espécies e da própria, e que os pais de algumas espécies criam situações para treinar os filhotes, como por exemplo uma mãe que expulsa o filho passarinho do ninho para que ele consiga aprender a voar para sobreviver.

O processo de aprender e ensinar está enraizado na própria consciência, sendo a humanidade uma espécie que a todo momento estabelece transformações através de situações sociais para evoluir. Brandão (1981) nos apresenta um paralelo com as ideias de Werner Jaeger, com a seguinte reflexão:

A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais damos o nome de educação. Na educação, como o homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impele todas as espécies vivas à conservação e à propagação de seu tipo. É nela, porém, que essa força atinge o seu mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente do conhecimento e da vontade, dirigida para a consecução de um fim. (BRANDÃO, 1981, p. 14 – 15).

Dessa forma, o ser humano necessita de uma organização social e cultural para estabelecer as esferas sociais e com isso constituir as divisões do trabalho na sociedade, e contribuir para o desenvolvimento e manutenção das diversas atividades exercidas pelo homem. Um exemplo dessa reflexão no nosso cotidiano é a questão da alimentação, os agricultores produzem, as empresas transportam, e os mercados vendem, e por fim o alimento chega na mesa de milhares de pessoas. O que seria da sociedade sem uma organização social? O que aconteceria se todas as pessoas fizessem as mesmas coisas? É nesse momento que refletimos sobre as diversas formas de educação, ela não existe somente na escola, ela existe no campo, na arte, na cultura em todas as outras atividades desenvolvidas pelos seres humanos.

Nesse contexto sobre a função da educação, Paulo Freire também traz considerações significativas para a compreensão da educação formal e informal. O educador traz conceitos em suas obras que transcendem a educação como um mero instrumento de reprodução de conhecimentos prontos. Para Freire a educação é um conjunto de ideias referente ao conhecimento, ou seja, a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática [...]” (FREIRE, 2003, p.40). Dessa forma, de acordo com as percepções do autor a educação consiste na prática da teoria do conhecimento. Além do mais, essa prática é apenas um dos elementos do processo educacional, pois ainda é necessário exercer o processo de ação e de reflexão.

Freire (2003, p.72) afirma que é fundamental “[...] que o conhecimento envolva a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade.” Nesse contexto, não existem ação sem reflexão e nem reflexão sem ação, e essa prática envolve refletir sobre a realidade, envolvendo os elementos transformadores da sociedade.

Para Freire (2003, p.111), “[...] o conhecimento não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo.” Tal processo, o conhecimento é resultado de uma prática ação-reflexão que atua como caráter transformador nos seres humanos.

Essa reflexão sobre a educação promove o que Freire define como educação libertadora, sendo ela uma prática pedagógica que insere os indivíduos de maneira igualitária no ambiente educacional:

é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. (Freire, 2000, p. 110, grifos do autor).

Além do mais, a educação emancipatória proposta por Paulo Freire se refere a uma educação popular, que almeja proporcionar espaços aos oprimidos e promover a libertação e a transformação social. Para que aconteça a libertação é necessário criar condições a partir da ação e da reflexão para exercer uma pedagogia onde os indivíduos não sejam reféns da educação domesticadora que promove a elite. Freire (2003, p.80) escreve que “[...] uma das radicais diferenças entre a educação como tarefa dominadora, desumanizante, e a educação como tarefa humanizante, libertadora, está em que a primeira é um puro ato de transferência de conhecimento, enquanto a segunda é ato de conhecer.”

Com essa breve reflexão sobre a pedagogia freiriana é possível compreender que o educador propõe que a educação não se configura apenas dentro da escola, mas que existem outras formas de se educar e de estimular o conhecimento.

Até esse momento foi possível refletir sobre as principais características da educação e de como ela acontece desde a socialização do ser humano até as questões de identidade individual. Dessa forma, a partir de agora iremos retornar novamente aos estudos de Brandão (1981), para discutir os conceitos da educação formal apresentada por Freire anteriormente.

A educação formal está ligada a pedagogia, uma prática educativa desenvolvida desde a civilização ocidental, principalmente pelos sofistas na Grécia. “A Pedagogia é uma reflexão sobre as finalidades da educação e uma análise objetiva de suas condições de existência e de funcionamento; ela está em relação direta com a prática educativa que constitui seu campo de reflexão e de análise, sem, todavia, confundir-se com ela.” (MIALARET, 1991, apud LIBÂNEO, 2005, p. 143)

Brandão (1981) evidencia que o surgimento das escolas ocorreu através da geração de hierarquias sociais, quando o saber comum se divide e promove uma divisão da sociedade, em outras palavras:

O que é que isto significa? Significa que, para além das fronteiras do saber comum de todas as pessoas do grupo e transmitido entre todos livre e pessoalmente, para além do saber dividido dentro do grupo entre categorias naturais de pessoas (homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos) e transferido de uns aos outros segundo suas linhas de sexo ou de idade, por exemplo, emergem tipos e graus de saber que correspondem desigualmente a diferentes categorias de sujeitos (o rei, o sacerdote, o guerreiro, o professor, o lavrador), de acordo com a sua posição social no sistema político de relações do grupo. Onde todos aprendem para serem "gente", "adulto", "um dos nossos" e, meio a meio, alguns aprendem para serem "homem" e outros para serem "mulher", outros ainda começam a aprender para serem "chefe", "feiticeiro", "artista", "professor", "escravo". A diferença que o grupo reconhece neles por vocação ou por origem, a diferença do que espera de cada um deles como trabalho social qualificado por um saber, gera o começo da desigualdade da educação de "homem comum" ou de "iniciado", que cada um deles diferentemente começa a receber. (BRANDÃO, 1981, p. 28).

Inicialmente esse processo educacional seguia sistemas pedagógicos e leis para estabelecer as divisões de classes. Para compreender como era esse sistema de educação formal precisamos retornar à Grécia antiga, em meados de (IV a V a.C). Esse período existia a Escola Sofística, onde os alunos conhecidos como sofistas adquiriam técnicas e conhecimentos em troca de mensalidades. Somente os jovens com poder aquisitivo pertencentes a nobreza tinha condições financeiras de adquirir conhecimentos como oratória, música, ciência e filosofia. Os sofistas foram criticados por filósofos como Sócrates, Aristóteles e Platão, sendo a Escola Sofística considerada como mercenária de acordo com as palavras dele.

Ainda durante o período da Grécia antiga o filósofo conhecido como Sócrates (470 a.C - 399 a. C) foi o importante representante da educação como uma forma democrática e de direito a todos os cidadãos. Sócrates apresentava dois conceitos: a dialética e maiêutica. A maiêutica se refere a uma metodologia criada por Sócrates que instiga o ser humano a produzir o conhecimento a partir de perguntas, enquanto a dialética é um método de produzir conhecimento através da refutação lançadas aos seus interlocutores, ou seja, é uma forma de produzir um novo conhecimento sobre algo já existente

Infelizmente não temos escritos deixados pelo próprio Sócrates, mas temos os escritos de Platão que era discípulo de Sócrates, conseguimos encontrar alguns diálogos e compreender as principais ideias de Sócrates, como por exemplo a obra "A República".

Sócrates acreditava que o ser humano era composto por dois princípios: alma e espírito. Portanto, para ele era necessário o desenvolvimento da virtude moral e somente a partir dela se alcançaria o intermédio da educação como uma prática de reflexão sobre as próprias práticas. “uma vida irrefletida não vale ao homem vivê-la”. (PLATÃO, 1979, 38a). Sócrates utilizava o método de argumentação para estimular o conhecimento humano em cada indivíduo, ao contrário dos sofistas ele jamais cobrou pelos seus ensinamentos. Ele buscava através dos seus métodos purificar a alma através de sua própria ignorância.

Em 399 a. C, Sócrates foi acusado de impiedade, julgado por ser ateu, por não adorar os deuses da época. O filósofo foi condenado à morte acusado de corromper a mentalidade dos jovens. Segundo Brun (1994, p. 37), “Sócrates é culpado do crime de não reconhecer os deuses reconhecidos pelo Estado e de introduzir divindades novas; ele é, ainda, culpado de corromper a juventude”. A morte de Sócrates ocorreu através envenenamento por cicuta. Em momento algum ele se recusou a sofrer as penalidades da condenação pois tinha firme convicção em seus

valores éticos, e a fuga pela condenação seria um crime e uma traição com todos os valores que ele havia pregado.

Para Jaeger (1995, p. 5), “não é possível descrever em poucas palavras a posição revolucionadora e solidária da Grécia na história da educação humana”, pois toda a sua história se volta a esse destino: “a ideia de educação representava o sentido de todo o esforço humano”. (JAEGER, 1995, p.5).

Conhecer a história dos sofistas e de Sócrates nos permite compreender como ensino era restrito somente a classe dominante, e que quem fosse contra o sistema era penalizado.

A partir de agora iremos percorrer sobre os caminhos até a educação pública que conhecemos hoje, mas antes é necessário compreender o papel da Europa e da igreja na construção educacional.

Os primeiros indícios de educação pública surgiram em 1717, na Prússia. O rei Frederico Guilherme estabeleceu a obrigatoriedade de crianças entre 5 e 12 anos frequentarem o ambiente escolar.

Foi o Rei Frederico Guilherme I quem inaugurou o sistema de educação compulsória prussiano, o primeiro sistema nacional na Europa. Em 1717, ele ordenou a frequência obrigatória para todas as crianças nas escolas estatais e, em atos posteriores, seguiu com a disposição para a construção de mais escolas. (ROTHBARD, 1999, p. 25).

Mais tarde, em 1789, a França também estabeleceu a obrigatoriedade da educação primária para crianças e para a formação de professores do ensino básico. No entanto houve muitas controvérsias na época devido ao pensamento iluminista. Em 1850, com a lei Falloux do Ministro da Educação Alfred Falloux, o ministro estabeleceu um ensino baseado no catolicismo. Somente em 1881 foi aprovado a lei de escolas públicas e laica para crianças de 3 a 6 anos.

A partir dos exemplos dos países acima, as leis sobre a educação pública como um direito de todos foram se expandidos para outros países.

No Brasil, os indícios educacionais que encontramos ao longo da história inicialmente era marcada pela educação dos Jesuítas ligada ao catolicismo, esse processo educacional pregava a dominação portuguesa como uma pedagogia autoritária que servia aos interesses da igreja.

Em 1923, após a Independência do Brasil foi criada a lei que estabelecia a criação de escolas em todas as cidades. No entanto, foi somente após a primeira guerra Mundial que a educação foi pensada de forma a se constituir no privado somente para as classes altas.

Durante a ditadura militar de 1964 a educação era pensada como formação de profissionais para atender as demandas capitalistas. Foram muitos os caminhos percorridos até chegar à escola pública para todos e democratizar o ensino para todas as classes sociais. O saber por muito tempo ficou restrito somente a elite dominante para a preservação do status social.

Freitag (1977, p.63) assim se manifesta:

Se não reproduziu adequadamente a força de trabalho, é porque a lei não se colocou claramente esse objetivo. O sistema educacional funcionou em geral, de acordo com o programa fixado em lei. Somente este programa, sendo ambíguo e contraditório, permitiu uma utilização dialética da própria lei. As classes dominantes a usaram a seu favor, conseguindo preservar os seus privilégios. Para esconder que isso estava ocorrendo e manter a ideologia de um sistema neutro que oferecesse chances iguais a todos, aceitou o abuso que o setor privado (empresarial) e a classe subalterna estavam fazendo dele, legitimados pela lei: fornecer através do ensino profissionalizante, não habilitações profissionais, mas chances formais de ingresso à universidade. Se transitoriamente os interesses de todos estavam satisfeitos, continham no embrião o conflito que eclodiria no período subsequente.

Somente em 1988, com o artigo 6º da Constituição Federal todos os indivíduos passaram a ter os direitos iguais. O artigo 6º atualizado EC 90/15 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Mais tarde em 1996, foi aprovada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que dividia a educação formal da seguinte forma: ensino básico, fundamental, médio, profissionalizante superior.

Após essa caminhada sobre a história da educação formal, nos dias atuais ainda nos deparamos com alguns desafios na educação. O ensino-aprendizado no ambiente escolar - busca constantemente superar os paradigmas tradicionais que enxergam o aluno como uma tábula rasa que está somente recebendo o conhecimento que o professor transmite. No modelo educacional atual que procuramos adotar, o objetivo é promover o desenvolvimento autônomo e crítico do aluno colocando o aluno e o professor como sendo ambos produtores de conhecimento.

3.2 O percurso para a interculturalidade: a educação indígena

Durante o período de colonização a educação indígena foi utilizada para estabelecer domínio e implantar a colonialidade do poder. Nesse processo predominava a superioridade do modelo europeu.

Quijano (2005), estabelece a diferenciação entre colonialismo e colonialidade. De acordo com o autor o colonialismo se classifica através da dominação política administrativa e

econômica em determinadas jurisdições sobre territórios distintos, sendo assim, é um poder econômico de soberania sob o qual uma nação é subjugada por outra. Já a colonialidade se refere a um modelo de poder centrado em relações intersubjetivas entre o colonizador e o colonizado, promovendo a divisão racial para justificar a hegemonia eurocêntrica. Esses conceitos, mesmo após o fim do domínio português sobre as terras brasileiras estão bastante enraizados na nação atual. Ainda é possível se deparar com relações desiguais, discriminações sociais, tais como: raciais, religiosas, étnicas etc. Quijano (2007) corrobora com a seguinte afirmação sobre esse modelo pautado em uma hierarquia europeia.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão global do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de poder e opera em cada um dos planos, esferas e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e a uma escala social. Tem origem e globaliza-se a partir da América. (QUIJANO, 2007, p. 342, tradução nossa).

Nesse contexto, o conceito colonialidade está vinculado a padrões relacionados a hierarquia racial e sexual. Quijano (2005) classifica essa dominação dos conceitos étnicos da população como resultado do poder eurocêntrico que existe em uma escala subjetiva e global.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. (QUIJANO, 2005, p. 229).

Segundo Quijano (2005, p. 227), a ideia de raça “é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial [...] o eurocentrismo”. Dessa forma o argumento europeu utilizado para se tornar a classe dominante foi que haveria de ter uma classificação das identidades baseada na cor da pele. Os indígenas por muito tempo foram submetidos a longa jornadas de trabalho.

Antes do processo de colonização, a educação indígena acontecia através da troca de saberes entre os sujeitos, com isso, o processo educacional ocorria através dos “[...] códigos sociais de conduta, as regras de trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia [...]” (BRANDÃO, 2007, p. 10). Nesse sentido, em relação a educação dos povos indígenas Freire (2004), afirma que:

Nessa sociedade sem escola, onde não havia situações sociais exclusivamente pedagógicas, a transmissão de saberes era feita no intercâmbio cotidiano, por contatos pessoais e diretos. A aprendizagem se dava em todo o momento e em qualquer lugar. Na divisão do trabalho, não havia um especialista – o docente dissociado das condições materiais de existência do grupo. Posto que era sempre possível algo em qualquer tipo de relação social, isso fazia de qualquer indivíduo agente da educação tribal, mantendo vivo o princípio de que todos educam. (FREIRE, 2004, p.15).

O modelo educacional imposto pelo europeu não atendia as necessidades dos Índios. Na visão etnocêntrica dos europeus, os indígenas deveriam passar por uma educação escolar para se enquadrar nos padrões culturais ocidentais para que fosse possível "civilizar" os povos. Uma visão extremamente distorcida, visto que, a educação é uma ferramenta que visa atender as particularidades, e os costumes de cada povo, com isso, não existe apenas um modelo educacional, - "A educação escolar, introduzida pelos brancos em função do contato, se contrapõe à educação propriamente indígena, aquela que inclui os diferentes processos tradicionais de socialização, específicos a cada povo" (SILVA; AZEVEDO, 2004, p. 33).

Dessa forma, o modelo educacional imposto pelo europeu desvalorizou a cultura e as práticas indígenas no Brasil, colocando a figura do índio como um ser "selvagem" a ser domesticado. No entanto, houve vários sinais de resistência indígena como estratégia de autodefesa "desde os primeiros momentos de colonização houve a resistência indígena ao domínio português". (CUNHA, 1992, p.18). Os índios formaram suas estratégias para combater a ideologia imposta pelo homem branco e "não restou dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história, e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbrava algo do que foi a política indígena [...] (CUNHA, 1992, p.18)".

De acordo com Mandulão (2003, p. 131), "os mais velhos sempre tiveram um papel muito importante na transmissão dos conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo, etc". Nesse contexto, a cultura indígena transmite os saberes ensinados dentro das próprias comunidades como uma forma de dar continuidade aos valores fundamentais indígenas para as novas gerações. Os mais velhos dentro das comunidades têm uma missão essencial de transmitir aos mais novos os costumes e crenças. De acordo com Munduruku:

O conhecimento na sociedade indígena é dominado pelos mais velhos. Mesmo que uma pessoa saiba todas as coisas sobre o seu povo, sobre a sua tradição, se houver alguém mais velho presente naquele espaço, é de direito que o mais velho responda o que lhe foi perguntado. (MUNDURUKU, 2000, p. 92 apud SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 6).

Somente durante a Ditadura Militar de 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma instituição com objetivo de priorizar a educação indígena e oferecer o ensino bilíngue nas escolas indígenas, de modo que fosse possível reduzir o extermínio da cultura e de povos indígenas. No entanto, mesmo nos dias atuais a luta por uma educação indígena emancipatória se torna constante, visto que, mesmo com as transformações o modelo educacional europeu ainda tem grande peso na formação e nos currículos escolares. De acordo com Freire (2004):

[...] a escola destinada aos povos indígenas continuou a missão colonizadora e “civilizadora” que lhe fora atribuída pela Coroa Portuguesa. Tanto no Império como na República foi a principal instituição executora de uma política educacional, cujo objetivo principal era eliminar as diferenças, despojando os grupos étnicos de suas línguas, de suas culturas, de suas religiões, de suas tradições, de seus saberes, incluindo, entre esses saberes, os métodos próprios de aprendizagem. (p. 23).

De acordo com Bobbio (1992, p. 05) “os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem”. Além do mais, com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1976, foi declarado que “nos Estados não será negado às pessoas pertencentes às ditas minorias o direito que lhe assista, em comum com os demais membros de seu grupo de ter sua própria vida cultural” (CUNHA, 1987, p.128). Além do mais, as Diretrizes de Política Nacional de Educação Indígena (1993) e o Plano Nacional de Educação, ampara a educação indígena (Lei 13.005/2014).

Em relação a educação indígena, Henriques *et al* (2007, p. 15), afirma que:

[...] as entidades indígenas e de apoio aos povos indígenas propõem e mantêm atividades de cunho educativo que, aos poucos, passaram a constituir uma rede de programas educacionais para as populações indígenas no Brasil. Essa rede se sustenta em um elemento fundamental: os projetos educacionais implantados são ações geradas para atender reivindicações indígenas por uma educação diferenciada. Além disso, pressupõem a participação ativa das comunidades indígenas, representadas por seus líderes, na elaboração, acompanhamento e execução dos projetos desenvolvidos em seus territórios.

A partir desses direitos, adquirimos dois princípios referentes a conquista histórica: o direito à igualdade e o direito a diferença. Medidas que garantem a diversidade e a flexibilidade cultural em nosso país. Morin (2005), reforça que:

[...] a diversidade das culturas, a diversidade dos indivíduos entre eles e a diversidade interior dos indivíduos não pode ser compreendida nem a

partir de um princípio simples de unidade nem a partir de uma plasticidade mole [...]. Devemos conceber uma unidade que garanta e favoreça a diversidade, uma diversidade inscrita na unidade. (MORIN, 2006, p. 66).

A educação escolar indígena é uma modalidade de Educação Básica previsto na legislação ofertada a formação escolar pautada nos conhecimentos da cultura e da identidade indígena. Logo, “educação escolar indígena, diz respeito aos processos de produção e transmissão dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores” (LUCIANO, 2006, p. 129).

O Estatuto do Índio criado em 1973 promovia a valorização à cultura indígena através dos seguintes artigos:

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de expressão.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art. 49. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quanto possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com o seu grau de aculturação.

Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas modernas.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola, especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados.

Art. 55. O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas. (BRASIL, 1973).

Ainda em relação aos programas desenvolvidos para amparar a diversidade indígena, o Ministério da Educação (MEC) criou a Portaria Interministerial n.º 559, de 1991 que garante

aos povos indígenas uma educação de qualidade, laica, diferenciada, e ainda a legislação assegura a criação de escolas no interior das aldeias indígenas.

Em 1999, o MEC regulamenta as diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas:

Estabelecer, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. (MEC, 1999, Art. 1).

Ainda mais, a Constituição de 1988, assegurou a população indígena o direito da valorização da língua, da cultura e das tradições. A partir disso instituiu-se a possibilidade da preservação do processo de afirmação étnica e cultural. No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação vem possibilitando a garantia de uma educação diferenciada preservando as línguas indígenas e os próprios conhecimentos transmitidos de geração em geração dentro das comunidades indígenas, além do mais essas leis favorecem a formação de professores indígenas para atuarem dentro de suas próprias aldeias. Em relação à Educação Indígena:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 2010, p. 35).

Segundo o parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena “diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades” (BRASIL, 2007, p.94). Ainda nesse período de 90, foi estipulado o decreto de nº 26/91, transferindo a responsabilidade da educação escolar indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, A partir dessa nova organização a educação indígena passa a integrar um órgão que tem a responsabilidade de organizar uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue para a valorização e a preservação das práticas culturais indígenas.

De acordo com Art. 78º da LDB/96. (BRASIL, 1996, p. 55),

Art. 78º. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (BRASIL, p. 55, 1996).

Mais tarde, uma nova mudança ocorreu nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, foram aprovadas em 14/09/1999, pelo Parecer 14/99 que, estabelecia a fixação do funcionamento de escolas indígenas com uma educação de qualidade atendendo as competências e a demanda escolar indígena e também da formação de professores indígenas.

Nesse contexto, iremos apresentar os principais marcos das políticas públicas para a Educação Escolar Indígena nos últimos 20 anos.

1) Decreto nº 26/91: transferência da responsabilidade educacional indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC). A partir desse momento o MEC se tornou responsável por atribuir as escolas indígenas a secretarias estaduais e municipais.

2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996: estabelece o direito à Educação Escolar Indígena bilíngüe e intercultural. Nesse período diversas discussões sobre desenvolvimento de programas de apoio à educação escolar indígena para assegurar a multiculturalidade foram pautadas pelo Ensino da União.

3) Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI): esse referencial foi importante elemento para o desenvolvimento de uma educação escolar indígena respeitando as culturas, as tradições e as diversidades dentro das comunidades indígenas.

4) Plano Nacional de Educação: elaborado em 1997 pelo Poder Executivo, mas aprovado apenas em 2001. Esse plano foi uma importante iniciativa para dar direção às políticas da educação indígena, reconhecendo a categoria escola indígena de acordo com as diretrizes da LDB de 1996. O PNE proporcionou o respaldo para a construção de magistérios indígenas e também de professores indígenas, reconhecendo a importância da autonomia das especificidades da Educação Escolar Indígena.

5) Parecer 14/99 e Resolução 03/99: aprovação das diretrizes que regulamentam escolas indígenas nas próprias comunidades indígenas juntamente com materiais didáticos pedagógicos produzidos de acordo com o contexto sociocultural de cada etnia.

6) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, forneceram editais visando dar suporte a formação de professores indígenas através do programa PROLIND e com isso fortalecendo a Educação Escolar Indígena. O programa Trilhas do Conhecimento também foi uma iniciativa para produzir materiais didáticos para as escolas indígenas.

7) Fortalecimento do desenvolvimento de pesquisas relacionados à Educação Escolar Indígena: criação dos Observatórios da Educação Escolar Indígena e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – PIBID Diversidade, - visando estabelecer o aperfeiçoamento da formação inicial de professores nas escolas indígenas e ampliar os estudos relacionados a Educação Escolar Indígena.

Em 2012, através da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica foi aplicado a especificidade da diferença de uma escola indígena baseada na construção de um currículo a contemplar as diferentes culturas dos grupos indígenas. No entanto, mesmo após esse longo processo da luta pelo direito a uma educação diferenciada algumas lacunas ainda afetam a qualidade da Educação Escolar Indígena, Martins e Knapp (2017) aponta algumas Barreiras no cenário brasileiro:

a) os Territórios Etnoeducacionais ainda não conseguiram ser implantados efetivamente, salvo algumas poucas ações. Mesmo funcionando em regime de colaboração, e o fato de muitos etnoterritórios já estarem com os pactos assinados, não é possível ainda que a territorialidade dos povos indígenas seja considerada na gestão das políticas públicas de educação, resultando na não efetividade dos dispositivos educacionais. Vemos que isso não ocorre por conta da divisão dos etnoterritórios, mas por conta de que, ao aplicar as políticas públicas, ainda é adotada uma divisão estadual das ações, não respeitando os limites dos etnoterritórios;

b) mesmo com a criação das novas diretrizes para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, ainda falta clareza e diretrizes específicas aos diferentes níveis de ensino: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação técnica e profissionalizante;

c) apesar do avanço na busca pela universalização do acesso à Educação Escolar Indígena, dados do ‘educacenso’ de 2007 mostram que de cada três alunos indígenas das séries iniciais apenas um chega aos anos finais. Com relação ao Ensino Médio, esses dados são ainda mais preocupantes, pois de cada 16 alunos no Ensino Fundamental, apenas um tem acesso ao Ensino Médio em escolas indígenas;

d) apesar de garantir uma organização específica às escolas indígenas, as normas do Sistema Nacional de Educação não conseguem incluir as especificidades pedagógicas e organizacionais desses estabelecimentos de ensino; não assegurando, assim, a gestão e a garantia à autonomia pedagógica;

e) não há uma política clara e efetiva com respeito às línguas indígenas. Isso tem acontecido porque, mesmo que o Ministério da Educação conte com a participação de representantes indígenas e faça parcerias com Instituições de Ensino Superior em algumas ações, não há compromisso na hora de promover e avaliar as abordagens para a promoção das línguas maternas nas formações de docentes. Isso não garante a manutenção e o desenvolvimento satisfatório das competências e habilidades linguísticas esperadas numa proposta de Educação Escolar Indígena diferenciada, específica e bilíngue. (KNAPP; MARTINS, 2017, p. 95-96).

Diante as observações apresentadas por Martins e Knapp (2013), podemos identificar que a efetivação dos direitos que garantem a pluralidade étnica e cultural no Brasil carece da efetivação da aplicação dos direitos já consagrados. E ainda é necessário repensar sobre as questões financeiras articuladas entre o Governo Federal, o Estadual e o Municipal para a concretização das políticas públicas que estão diretamente ligadas a setores da Educação Escolar Indígena.

Nesse contexto, Ferreira (1992) classifica a educação escolar indígena em quatro etapas: 1) A primeira é referente a Educação que os índios recebiam durante o período colonial através dos Jesuítas. 2) o segundo momento é marcado pela criação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, que se estende até as configurações do desenvolvimento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. 3) A terceira etapa se iniciou em 1970, nesse período foram organizadas assembleias indígenas no país com o propósito de efetuar articulações nas lideranças indígenas. 4) a fase final teve início em 1980, a partir da criação de movimentos indígenas com o apoio de organizações não governamentais para articular ações em prol da reorganização da política indigenista.

A educação dos povos indígenas percorreu diversas experiências até chegar ao modelo que conhecemos atualmente, com isso, vale ressaltar a importância dos movimentos para a conquista dos direitos a uma educação escolar indígena que ampare os anseios das etnias.

3.3 Diversidade indígena e a herança europeia no Ser “índio”

No Brasil existem mais de “218 povos indígenas [...] falantes de 180 idiomas que, progressivamente, vêm afirmando diferenças e semelhanças culturais produzidas na dinâmica histórica de cada etnia” (BERGAMASCHI, 2005. p. 401).

Segundo Russo (2005) essa diversidade reflete duas etapas:

[...]a dificuldade de formação de um movimento indígena de caráter nacional e capaz de fazer frente, de modo uniforme, às pressões econômicas e constantes ameaças vividas por essas populações que vivem isoladamente; e por outro lado, as limitações logísticas e conceituais no momento de definição de políticas públicas voltadas para essas populações. (2005, p. 37).

Anos após o processo de colonização, as comunidades indígenas ainda têm suas identidades e culturas reprimidas por preconceitos enraizados na sociedade até os dias atuais. De acordo com Ramos (1980, p. 5), “o indígena tem angariado várias características que gratuitamente lhes são atribuídas. Para uns ele é preguiçoso, mentiroso, traiçoeiro, sujo, insensível; ou então é o nobre selvagem rousseauiano”.

Neste contexto, Luciano (2006) mostra que:

De fato, a história é testemunha de que várias tragédias ocasionadas pelos colonizadores que aconteceram na vida dos povos originários dessas terras: escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo os seus habitantes. Não que esses povos não conhecessem guerra, doença e outros males. A diferença é que nos anos da colonização portuguesa eles faziam parte de um projeto ambicioso de dominação cultural, econômica, política e militar do mundo, ou seja, um projeto político dos europeus, que os povos indígenas não conheciam e não podiam adivinhar qual fosse. Eles não eram capazes de entender a lógica das disputas territoriais como parte de um projeto político civilizatório, de caráter mundial e centralizador, uma vez que só conheciam as experiências dos conflitos territoriais intertribais e interlocais. (2006, p.17).

Os relatos encontrados sobre os povos indígenas no Brasil são marcados pelo etnocentrismo baseado nas lentes europeias em que as “observações e relatos históricos conforme o ponto de vista e interesse do colonizador capitalista, sempre carregado de estereótipos e preconceitos, reproduzidos até mesmo pelo sistema escolar.” (REZENDE, 2004, p. 29).

Ainda mais, Baniwa (2006) explora as perspectivas em relação ao imaginário popular dos indígenas no Brasil em três perspectivas:

a) A visão distorcida da chegada dos europeus, encontrada nos livros de histórias como "descoberta do Brasil" sendo que o indígena é concebido como um ser “[...] ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores” (Baniwa, 2006, p.35).

b) Na segunda perspectiva, Baniwa (2006) crítica a fundamentação da invasão portuguesa baseada no poder econômico, ou seja, de acordo com essa perspectiva os indígenas

são vistos como selvagens e precisam ser civilizados para propiciar um desenvolvimento econômico.

c) E por fim, a Constituição Federal de 1988 com a proposta de proporcionar aos indígenas uma cidadania diferenciada.

Baniwa (2006) corrobora com a perspectiva do não-indígena sobre o indígena:

A opinião pública[...] confirma uma tendência percebida na prática cotidiana dos povos indígenas: a do aumento progressivo de pessoas e de segmentos sociais que vão superando a visão estereotipada sobre os primeiros habitantes do Brasil. Dito de outra forma, há uma consciência cada vez maior de que os povos indígenas constituem, sim, um dos pilares da sociedade brasileira e é uma referência importante, senão central, à identidade nacional, assim como é o negro, sem os quais o Brasil não é possível ser ele mesmo. Este caminho para o reencontro com sua história e sua origem pode significar um reencontro consigo mesmo, única possibilidade de seu desenvolvimento pleno, justo, democrático e igualitário diante da diversidade étnica e cultural de seu povo. (BANIWA, 2006, p. 38).

Nos últimos anos no Brasil o “[...] viés político e urbano dessa mediação vem revelando que os estudantes indígenas e seus familiares de algum modo promovem uma reorganização no modo como pensam a identidade e a participação na vida e na tradição do seu povo.” (SOUZA, 2009, p.7).

3.4 Saberes indígenas e suas cosmovisões sobre a natureza

A partir dos estudos sobre os aspectos particulares da educação indígena, a cosmovisão antroposófica, a partir de uma perspectiva indígena, propicia o entendimento de um ponto de vista fenomenológico, por meio do qual é possível compreender que as vivências do indivíduo são compostas pelo mundo e pelo indivíduo. Nessa linha de raciocínio, os conhecimentos indígenas variam de acordo com cada etnia.

Para compreender melhor essa ciência, é necessário conhecer as principais características da antroposofia. A antroposofia é uma ciência espiritual fundada no século XX, pelo austríaco Rudolf Steiner. Dentre os métodos utilizados nessa linha de pensamento temos o conhecimento da natureza do ser humano e do universo, sendo que os estudos antroposóficos são utilizados em diversas áreas da vida humana.

A Antroposofia é um caminho de conhecimento que deseja levar o espiritual da entidade humana para o espiritual do universo. Ela aparece no ser humano como uma necessidade do coração e do sentimento, e deve encontrar sua justificativa no fato de poder proporcionar a satisfação dessa necessidade. A Antroposofia só pode ser

reconhecida por uma pessoa que nela encontra aquilo que, a partir de sua sensibilidade, deve buscar. Portanto, somente podem ser antropósofos pessoas que sentem como uma necessidade de vida certas perguntas sobre a essência do ser humano e do universo, assim como se sente fome e sede. (BURKHARD, 2011, p.55).

Quando Steiner (2016) afirma que a antroposofia é uma ciência espiritual, o autor se refere a um método que auxilia na busca pela verdade, preenchendo as lacunas desde o período da Escolástica entre a fé e a ciência.

A base epistemológica da antroposofia de Steiner se encontra na obra " A Filosofia da Liberdade", em que o autor se propõe a refletir sobre duas questões relacionadas a existência humana. A primeira, referente a busca do ser humano pelo conhecimento através de experiências do dia a dia e de aporte científico, sendo esse conhecimento adquirido suscetível a críticas e a modificações devido a insegurança. Já a segunda problemática é sobre as vontades do homem, será que elas permitem uma liberdade ou isso é apenas uma ilusão?

O método de observação é utilizado para tratar as perguntas mencionadas, mas não é apenas uma observação externa, é uma observação de toda a extensão e profundidade da vida. É um método cognitivo que permite também mergulhar e desmembrar toda a vida que está no interior do homem.

Segundo Steiner (1918), o método de observação mencionado anteriormente propõe a investigação do interior humano e permite um conhecimento que ultrapassa a realidade material, e se torna transcendental a partir do momento em que o homem é identificado como um elemento espiritual. Em suma, Steiner propõe que o método *de A Filosofia da Liberdade* busca explorar a individualidade que está no íntimo de cada um, e a partir desse método é possível trilhar o caminho do conhecimento espiritual para que possa ser possível compreender o propósito de nossa existência a partir da manifestação pura da essência.

Dentro da antroposofia, Steiner (1985) classifica os elementos da consciência e de compreensão do eu e do mundo. Dessa forma, propõe a relação que o sujeito tem sobre a imagem do mundo a partir de uma perspectiva cognitiva subjetiva desse mesmo sujeito:

Se tudo nos fosse apenas dado, nunca passaríamos do estado em que fitamos o mundo de fora e, de forma análoga, o mundo interior de nossa individualidade. Poderíamos, nesse caso, apenas descrever as coisas de fora, mas nunca compreendê-las. Nossos conceitos teriam apenas uma relação exterior com aquilo a que se referem, mas nenhum interior. Para que possa haver verdadeiro conhecimento, tudo depende da possibilidade de encontrarmos em qualquer parte do mundo dado uma região em que a nossa atividade não apenas pressuponha algo dado, mas seja ativa em meio a ele. (STEINER, 1985, p. 33).

No que tange a visão de mundo dos indígenas, Guimarães (2016), chama atenção para uma formação educativa ambiental, transformadora e emancipatória. Para o autor é extremamente importante o processo tradicional das populações indígenas com o desenvolvimento das técnicas ancestrais em relação ao meio ambiente, sendo “as condições de reprodução da natureza” (GUIMARÃES, 2016, p. 55).

Como visto no capítulo anterior sobre os tipos de educação, foi possível perceber que o ser humano está imerso em dois tipos de educação, não ficando restrito somente a sala de aula. Em relação à educação indígena a educação fora de sala de aula é ainda mais frequente, pois como mencionado anteriormente, o sistema educacional indígena é amparado por lei para ter um ensino diferenciado que preserve a cultura e os valores tradicionais.

No espaço indígena, a relação com o meio ambiente pode ser observada em diversas etnias, sendo que ocorrem através de ritos de alma ou de espírito para fenômenos naturais. Sendo assim, a natureza é considerada, assim como os povos indígenas, por sua existência viva imanente.

Nesse contexto, a preservação da espécie humana depende, da existência dos outros seres, como os “recursos naturais” pela sociedade ocidental moderna (KRENAK, 2019). Krenak reforça o quanto esse pensamento está enraizado no imaginário coletivo:

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa). (KRENAK, 2019, p. 20).

Desse modo, é evidente a importância do relacionamento entre o ser humano e a natureza. Steiner utilizou a fenomenologia de Goethe para explicar os significados da processualidade das futuras gerações em relação ao desenvolvimento das faculdades cognitivas a serem desenvolvidas, sendo Steiner o primeiro a formular uma metodologia baseada no modelo goetheano.

Johann W. Goethe (1749-1832) foi um escritor alemão de grande prestígio literário. Em um dos seus escritos o pensador formulou a teoria sobre a metamorfose das plantas estabelecendo meios de fazer ciência se afastando do empirismo e do racionalismo.

A fenomenologia de modo geral busca adotar perspectivas para compreender a essência do fenômeno, e ao se utilizar dessas técnicas, Goethe descreve uma metodologia científica para

a compreensão da complexidade epistemológica ambiental. Buscando conhecer a relação entre a natureza e o conhecimento autêntico que ela promove ao ser humano.

É importante salientar que Goethe não defendia apenas um modelo exclusivo de fazer ciência, para o pesquisador as ciências eram adeptas das diversas pluralidades que a natureza emite. Steiner sistematizou a abordagem goetheana da seguinte forma:

A cosmovisão de Goethe é a mais multifacetada que se possa imaginar. Ela parte de um centro situado na natureza unitária do Poeta, e sempre mostra a face que corresponde à natureza do objeto contemplado. O caráter unitário das atividades das forças espirituais reside na natureza de Goethe; o respectivo modo dessa atividade é determinado pelo objeto em questão. Goethe empresta do mundo exterior o modo de observação, e não o impõe. Contudo, o pensar de muitas pessoas só é eficaz de uma determinada maneira, servindo apenas para uma espécie de objetos; não é unitário como o de Goethe, e sim uniforme. (STEINER, 2004a: 27).

Nesse contexto, Steiner chegou à conclusão de que os estudos de Goethe se apresentam ao conhecimento de duas formas: primeiro de uma forma adequada ao mundo inorgânico e a outra ao mundo orgânico. A primeira se refere à ausência de um princípio ativo interno, dessa forma suas mudanças ocorrem pelas leis naturais externas. E para isso acontecer são captadas pela experiência sensorial atuante na mediação do conhecimento. Steiner define a lei natural da seguinte forma:

Toda lei natural tem, portanto, a seguinte forma: quando este fato atua juntamente com aquele, surge determinado fenômeno... Seria fácil demonstrar que todas as leis naturais têm realmente esta forma: quando dois corpos de temperaturas diferentes se tocam, flui calor do mais quente para o mais frio, até que a temperatura de ambas seja a mesma; quando um líquido está contido em dois recipientes interligados, o nível em ambos os recipientes fica na mesma altura; quando um corpo se encontra entre uma fonte de luz e um outro corpo, projeta uma sombra sobre este último. Aquilo que em Matemática, Física e Mecânica constitui mera descrição deve ser, então, fenômeno primordial. (STEINER, 2004a p. 82).

A fenomenologia de Goethe tem como objetivo buscar a superação da separação entre ideia e experiência. Dessa forma, partindo de percepção dualista através de uma dicotomia entre a essência (ideia) e o fenômeno:

Ideia e fenômeno só se encontram no que há de mais elevado e no que há de mais comum; em todos os estágios intermediários da consideração e da experiência eles se cindem. O mais elevado é a intuição do diverso como idêntico; o mais comum é a ação, a ligação ativa do que está cindido com a identidade. (GOETHE, 2003, p.2).

Goethe ainda propõe o aprimoramento das capacidades intelectuais através da separação entre ideia e fenômeno. A partir desse desmembramento é possível adotar procedimentos que

estabeleçam uma percepção elevada em relação aos aspectos dos fenômenos da vida. Dentre os procedimentos goetheanos, pode-se apresentar sete elementos que compõem essa linha de pensamento: "superação das representações habituais, redução de julgamentos, geração de ideias, utilização de conceitos direcionadores, experimento de julgamentos, diversificação da experiência e co-execução mental do fenômeno natural" (SCHIEREN, 2008, p. 77-79).

A partir das sete etapas do modelo goetheano, ocorre uma busca para realizar a conexão da dimensão ideativa dentro do mundo fenomênico. Nesse sentido, os fenômenos orgânicos se demonstram como dados sensoriais que não são perceptíveis aos sentidos, com isso, percorrendo um processo cognitivo para alcançar a unidade superior dos processos sensoriais.

O que percebemos com os sentidos não podemos deduzir de fatos perceptíveis aos sentidos; devemos incluir, no conceito dos processos, elementos que não pertencem ao mundo dos sentidos: temos que transcender o mundo sensorial. Se desejamos explicar os fenômenos, não basta a visão; temos que captar a unidade por meio de conceitos, se desejamos explicar os fenômenos. Mas isso implica numa separação da percepção e do conceito; parecem deixar de ser congruentes: o conceito paira acima da percepção. (STEINER, 1980, p.56).

A primeira etapa da metodologia de Goethe (2003) é relacionada à representatividade da consciência em um nível de perceber o objeto sem qualquer apreensão de sua própria atividade. De acordo com o autor, essa consciência representativa é o inconsciente e resultado da própria vontade subjacente. Portanto, preconceitos, julgamentos fazem parte dessa consciência representativa, e nela se estabelecem todos os valores pré-configurados. Já na segunda etapa o que ocorre é a redução dos julgamentos para promover uma consciência atenuada para ampliar o espaço para um terceiro momento que é a criação ou geração de ideias.

Em relação a geração das ideias, essa é uma etapa em que é possível perceber como a ideia atua mediando a obtenção de intuições, é a partir dessa etapa que o sujeito vivencia diferentes perspectivas do fenômeno. Nesse momento, há uma ampliação da percepção do fenômeno, o que causa o enriquecimento da abordagem fenomenológica possibilitando a utilização dos conceitos direcionando o olhar para perceber novas facetas do mesmo fenômeno.

A quarta etapa corresponde a uma intensificação da capacidade cognitiva do sujeito através da geração de ideias direcionadas a um olhar sobre a própria experiência. "Em meio à consideração da natureza, tanto no que há de maior como no que há de menor, sempre coloquei incessantemente a questão: é o objeto ou és tu mesmo que se expressa aqui? É neste sentido que também considero meus precursores e colaboradores" (GOETHE, 2003, p.79). Dessa forma, o sujeito vivencia experimentos a partir das suas próprias percepções.

Em momento posterior, o ensaio com julgamentos proporciona ao sujeito uma experiência através do próprio fenômeno, ou seja, não há interferência do sujeito no fenômeno. Não é necessário a anulação do sujeito, pois a consciência identifica o fenômeno como identificação dos dados.

Na penúltima etapa em relação a verificação do experimento, Goethe afirma que “nenhum fenômeno se esclarece em si e a partir de si mesmo; somente muitas coisas, consideradas conjuntamente, ordenadas metodicamente, são capazes de fornecer por fim algo que poderia ser válido para a teoria” (GOETHE, 2003, p.77). Desse modo, é necessário variações da experiência através de vários ângulos para compreender o mundo fenomenológico e de quais modos ele se manifesta.

Em relação aos procedimentos fenomenológicos goetheanos, na última etapa denominada como co-execução mental do fenômeno natural, o que ocorre nesse processo é presentificação da co-execução espiritual do fenômeno natural. Através desses procedimentos metodológicos, Goethe criou um novo modelo para a postura do ser humano em relação à natureza. À medida que a esfera orgânica se encontra no próprio indivíduo, essa fenomenologia forma uma unidade entre o espírito e a matéria. Dois conceitos são importantes para compreender como ocorre essa junção dos opostos da fenomenologia goetheana: a polaridade que está relacionada à matéria e assume uma postura na contra a mão à modernidade. Já o conceito de intensificação está relacionado ao espírito. Esses dois grandes impulsos trazem a natureza:

[...] aquele, inerente à matéria enquanto materialmente pensada; este por outro lado, inerente à matéria enquanto a pensamos espiritualmente; aquele consiste em um contínuo atrair e repulsar, este em um contínuo esforço de ascensão. Porém, porque a matéria não existe e não pode ser atuante sem espírito e nunca o espírito sem a matéria, também a matéria pode se elevar, enquanto que o espírito não se deixa atrair ou rechaçar, tal como é capaz de pensá-lo somente aquele que separou o suficiente para poder de novo reunir, e reuniu o suficiente para poder novamente separar. (GOETHE, 2000d, p.48).

O conceito de polaridade está relacionado a manifestação dos opostos do fenômeno. Apesar de serem opostos, eles são trabalhados em correlação. Portanto a interpretação desses opostos ocorre através de uma redução fenomenológica. Goethe, em todos os seus estudos procurou identificar os opostos complementares, principalmente em relação à botânica, encontrada na dilatação das plantas, na verticalização ascendente e descendente, e nos estudos das cores, a polaridade foi compreendida através de uma função ativa do olhar nas cores fisiológicas, ou seja, a polaridade fundamenta toda o estudo da fenomenologia goetheana.

Já a intensificação pode ser compreendida como uma potencialização com o crescimento gradual, ou seja, a ampliação, a acentuação de que o fenômeno se manifesta em diferentes intensidades. Goethe expressa a intensificação através do significado linguístico do símbolo. Portanto, a linguagem simbólica é utilizada para se referir a intensificação, demonstrando que ela se manifesta como real e verdadeira para se tornar um símbolo superior.

Portanto, esses dois conceitos são fundamentais para compreender a cosmovisão monista de Goethe em relação à natureza, pois se não existe matéria então não existe espírito, ambos têm que existir para compor uma perspectiva dualista e se manifestar de forma fenomênica.

Nesse contexto,

O teor de responsabilidade do sujeito em sua aproximação da natureza se reflete no exercício hermenêutico. O ser da natureza se expressa por meios simbólicos. O esforço da subjetividade humana é permear-se internamente na dinâmica metamórfica intrínseca ao ser da natureza para entrar respeitosamente em diálogo. (STOLTZ; VEIGA, 2014, p. 197).

Ainda corroborando com essa perspectiva:

A hermenêutica goethiana é uma síntese fecunda de ciência e arte, onde a criatividade humana possibilita níveis de apreensão do real e de interação dialógica e inauditos. Não é uma articulação interpretativa ao bel-prazer, a hermenêutica da natureza é capacidade de "escuta" do objeto, de sua mensagem inerente. Lembro o sentido original de hermenêutica conectado ao deus grego Hermes (Mercúrio), o mensageiro, para designar uma capacidade de transitar entre mundos diferentes. (STOLTZ; VEIGA, 2014, p. 197).

Pensar e repensar a educação indígena nos moldes da fenomenologia da natureza de Goethe permite a reflexão acerca das pluralidades da educação. Silva (2003, p.77) chama atenção para a questão de que por “estarmos acostumados com a perspectiva positiva dada à educação, ignoramos novas possibilidades do ato de educar, no sentido de romper com a formação meramente instrumental”. Dessa forma, a partir dessa percepção o discurso fenomenológico demonstra à sociedade contemporânea que é possível explorar além do que podemos ver, sentir e dizer.

A partir dos estudos Goethe e de Steiner sobre a relação do indivíduo com o conhecimento e com a natureza, pode-se avaliar o desenvolvimento educacional atual na educação indígena, ou seja, a busca e a descoberta dos procedimentos que a natureza propõe compreender o pensamento e a cosmovisão indígenas para melhor proporcionar uma educação que despeita e valoriza a cultura indígena.

É importante ressaltar que a descrição das etapas da metodologia de Goethe descritas nesse tópico não serão bases para a estrutura metodológica dessa pesquisa. Os estudos apresentados ampliam a compreensão dos aspectos da fenomenologia e de como ela se compreende a partir dos estudos da relação do ser humano com a natureza desenvolvida Goethe. A importância de traçar os estudos e procedimentos da natureza possibilita melhor compreensão dos aspectos trabalhados na antroposofia de Steiner.

FIGURA 2 – O ÍNDIO E A NATUREZA



Fonte: Blog da Redação

Nesse sentido, se obtém um meio de redimensionar a percepção do ato de educar. A educação pode ser vista a partir de um ângulo entre a superação da separação entre o eu e o mundo, entre espírito e natureza, não apenas com a relação do sujeito com o meio ambiente, mas também com a sociedade.

Resumo do capítulo

Nesta primeira etapa da fundamentação teórica da dissertação intitulada "A educação para além do capital", dividimos o capítulo em quatro partes: 1) afinal, existe apenas um tipo de educação? 2) o percurso para interculturalidade: a educação indígena. 3) diversidade indígena e a herança Europeia no ser índio. 4) saberes indígenas e as suas cosmovisões.

No primeiro tópico foram apresentados elementos que fundamentam a educação formal e informal, partindo da perspectiva de autores que se aprofundaram em relação a esta temática, como por exemplo Carlos Brandão e Paulo Freire. Além do mais, buscamos elementos ao longo da história para evidenciar o processo educacional no mundo e posteriormente no Brasil.

No segundo tópico foi trabalhada a questão da educação indígena ao longo da história, resgatando através do tempo como o indígena recebia a educação desde o período colonial até os dias atuais. E ainda mais, apresentamos elementos que justificam e amparam a educação indígena diferenciada para a preservação cultural desses povos.

No tópico subsequente, realizamos uma breve descrição da herança que os indígenas adquiriram dos povos europeus e de como isso interferiu na cultura e na educação indígena não só naquele período, mas até os dias atuais.

E por fim, no último tópico desse capítulo trabalhamos com saberes indígenas a partir de uma perspectiva da cosmovisão de Steiner e Goethe em relação aos saberes que o indígena possui em sua essência, que foi adquirida através de gerações e que representa o modo de vida dessas comunidades.

Em suma, nesse capítulo buscamos transcender o conceito de educação, da educação indígena, e do próprio conhecimento. No entanto, o que foi apresentado é um mero recorte dos infinitos conhecimentos e de olhares que podemos adquirir ao pensar na educação indígena e de como esses povos trabalham seus próprios saberes a partir das suas perspectivas com a natureza, com a cultura e com a interculturalidade.

4 CULTURA DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NO MODO DE ENSINAR E APRENDER

Nesse capítulo iremos abordar a evolução dos meios tecnológicos e suas influências nos meios sociais, no indivíduo e em suas relações com o mundo e também iremos relacionar os aspectos tecnológicos com a educação, partindo de estudos realizados durante o ensino remoto da pandemia de covid-19.

4.1 A era digital 4.0

É evidente que estamos vivendo cada vez mais imersos em uma sociedade digital, fazendo-se necessário conhecer esses avanços tecnológicos em nosso cotidiano. Quando falamos da mídia e da tecnologia precisamos compreender o que cada um desses termos representa para nossa sociedade, assim, apresentaremos alguns conceitos sobre a mídia e sobre a tecnologia.

De acordo com o *Houaiss* (2009), o termo "tecnologia" significa:

1. Tratado das artes em geral. 2. Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria. 3. Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático. 4. Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: Nossa era é a da grande tecnologia. T. de montagem de superfície, Inform.: método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local. T. social, Sociol: conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle. De alta tecnologia, Eletrôn. e Inform.: tecnologicamente avançado: Vendemos computadores e vídeos de alta tecnologia. Sin: high-tech. (HOUAISS, 2009, p. 760).

Podemos denominar que a tecnologia é o conjunto de conhecimentos técnicos e científicos que envolvem a ciência e a engenharia na construção de instrumentos e equipamentos para simplificar a troca de informação e a melhora na qualidade de vida.

De acordo com o dicionário *Houaiss* (2009), o termo mídia, também conhecido como media (termo correto de acordo com a gramática) vem do latim meios, que significa meios de comunicação de massa, forma de comunicação, comunicação humana, física virtual. De acordo com Santaella (1992), o termo "[...] mídias no plural visa pôr em relevo os traços diferenciais de cada mídia, para caracterizar a cultura que nasce nos trânsitos, intercâmbios e misturas entre os diferentes meios de comunicação" (SANTAELLA, 1992, p. 138).

A partir da definição do que é tecnologia e do que é mídia, percebemos que enquanto a tecnologia é utilizada para fazer menção e equipamentos e ferramentas, a mídia é utilizada para designar os meios de comunicação. Dessa forma, essas duas ferramentas são utilizadas de forma conjunta, pois geralmente acessamos a internet por smartphones, computadores, também é possível ouvir rádio através da internet, e utilizar a internet na televisão em outros aparelhos tecnológicos.

Esses meios digitais perpassam o cotidiano da maioria dos indivíduos da sociedade, como ferramentas que são utilizadas como mecanismo de trabalho, acesso à informação, entretenimento, entre tantas outras utilidades que essa era proporciona a sociedade. No entanto, é preciso compreender que essas facilidades tecnológicas podem atuar de maneira democrática facilitando o acesso aos mais diversos tipos de informação, mas que também o uso indevido pode causar alienação através das ideologias.

Ademais, esse modelo tecnológico que permeia a sociedade está em constante evolução, ou seja, essa era digital acompanha as transformações sociais e as necessidades ideológicas.

Conforme explica Klaus Schwab,

Atualmente, enfrentamos uma grande diversidade de desafios fascinantes; entre eles, o mais intenso e importante é o entendimento e a modelagem da nova revolução tecnológica, a qual implica nada menos que a transformação de toda a humanidade. Estamos no início de uma revolução que alterará profundamente a maneira como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. (SCHWAB, 2016, p. 11).

Um marco histórico de grande importância para entender o início do desenvolvimento tecnológico que se encontra na sociedade atualmente é a Revolução Industrial, sendo esse movimento dividido em três etapas (CHATFIELD, 2012, p. 26):

- A primeira etapa da revolução industrial ocorreu entre 1760 e 1860, na Inglaterra. Nesse período foram criadas as primeiras indústrias com teor mecanizado para o avanço da produção do trabalho como o aprimoramento das máquinas a vapor. Durante esse período, os trabalhadores, que operavam anteriormente em um sistema exaustivo de trabalho, tiveram com a industrialização trabalhos mais específicos e menos cansativos, o que resultou no aumento da produtividade das empresas e também aumento de salários.
- A segunda etapa da revolução industrial ocorreu em 1860 até 1900. O surgimento desse segundo período realçou os aspectos da sociedade industrial, da reorganização e luta dos trabalhos e do crescimento do capitalismo. Nesse período foram criadas a energia elétrica, combustíveis, motores que contribuíram significativamente para o avanço da produção em massa.
- Na terceira etapa da Revolução Industrial, também conhecida como revolução informacional ocorreu em meados da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). Esse período intensificou os processos tecnológicos que começaram a ser desenvolvidos

anteriormente, e foi a partir das experiências adquiridas ao longo dos anos que foram criadas inovações tecnológicas, a eletrônica e a robótica. Foi nesse momento que surgiram os computadores, a internet e o telemóvel. No entanto, muitos desses recursos tecnológicos inicialmente estavam disponíveis apenas para as indústrias bélicas e de espionagem. Somente em meados de 1990 que o acesso tecnológico em relação à internet se expandiu aos lares de outros indivíduos da sociedade.

Desse modo, pode-se perceber a importância da terceira revolução industrial em relação ao avanço das tecnologias e da comunicação. Porém, esses avanços da nova tecnologia criaram os conceitos de inclusão e exclusão digital. É evidente que a expansão dessa era digital é resultado da globalização. No entanto, mesmo disponibilizando esses recursos não são todos os indivíduos que conseguiram e conseguem ter acesso. Isso ocorre devido à falta de ações das políticas públicas para a democratizar o acesso tecnológico a todos os indivíduos.

Esses três movimentos que ocorreram ao longo da história resultaram em uma quarta fase da Revolução Industrial que também é conhecida como Indústria 4.0. Esse novo período acontece atualmente no século XXI, no mundo todo e engloba tecnologias de automação, inteligência artificial, robótica, e tecnologias vinculadas à internet.

Segundo Tessarini e Saltorato:

A Indústria 4.0 tem sido caracterizada pela incorporação de emergentes tecnologias de informação ao ambiente de produção, promovendo substanciais ganhos de produtividade e flexibilidade e transformando a natureza do trabalho industrial. Mais do que isso, seus impactos atingem toda a esfera empresarial, política, econômica e social, o que faz com que, não por acaso, venha sendo taxada como a quarta revolução industrial. (TESSARINI; SALTORATO, 2018, p. 01).

Segundo Klaus Schwab (2016) “estamos no início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro” (2016, p. 1). O autor traz um recorte e uma reflexão sobre o processo da quarta revolução industrial e de como ela influencia no sistema educacional a partir de uma estrutura definida através de democracia, cidadania e isonomia.

As desigualdades sociais e educacionais são um tema bastante recorrente na Sociologia da Educação. Há diversas teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na (re)definição da estrutura social. Entre essas, algumas análises centram-se na capacidade da escolarização viabilizar ou não a mobilidade social. No âmbito dessas discussões, três correntes ideológicas ganham destaque: a primeira, que afirma que a classe de origem determina completamente o destino dos indivíduos; a

segunda, que advoga justamente o contrário, ou seja, que a classe social de origem influencia, mas não determina as trajetórias, e por fim as que depositam na instituição escolar grande parte da responsabilidade sobre os destinos individuais. (NEVES, 2016, p. 96).

Nesse contexto, pensar a escola a partir da indústria 4.0 oportuniza reflexões sobre quais os modelos de ensino-aprendizado são almejados pela sociedade. Partindo dessa ideia, Neves (2016), traz a seguinte reflexão a partir das análises realizadas:

Análise empírica realizada na Suécia, citada por Goldthorpe (2010), leva à reflexão sobre dois dilemas. O primeiro é que o aumento da escolaridade não aponta para um elevado crescimento econômico, pois não se percebe estreita relação entre maior escolarização e melhoria das forças produtivas. Por outro lado, há uma diminuição do desemprego. Mas é prematuro dizer que qualquer mudança tenha forte influência do aumento da escolarização, uma vez que não há pesquisas empíricas suficientemente consistentes que comprovem isso. (NEVES, 2016, p. 100).

Nesse processo globalizado da tecnologia a questão da empregabilidade é o principal fomento socioeconômico. No entanto, a educação não deve ser pensada apenas como uma porta para o mercado de trabalho, mas também deve ser pensada em uma educação que prepara o indivíduo para atuar em sociedade, desenvolvendo os aspectos individuais sociais, a partir de uma perspectiva acessível para que os menos favorecidos também tenham o suporte necessário para se enquadrar em tal cenário e desenvolver as habilidades necessárias para atuar na vida pessoal e profissional.

Analisando esse conceito do que seria a indústria 4.0 tecnológica aplicada na educação, é possível notar algumas divergências nos discursos políticos educacionais, pois ao mesmo tempo que se apresentar um discurso sobre a necessidade de desenvolvimento tecnológico na sociedade, inclusive na própria Base Nacional Comum Curricular - BNCC "apresentando a necessidade das práticas linguísticas e textuais através dos meios multissemióticos e multimidiáticos, além da necessidade de explorar novos modos de produzir, configurar, disponibilizar, interagir através das novas tecnologias." (BRASIL, 2018)

Democratizar a tecnologia não é apenas disponibilizar o acesso a todos os indivíduos, com essa disponibilização é necessário repensar a educação a partir de um cenário educacional que valoriza o cidadão crítico, promovendo os valores éticos.

4.2 A tecnologia e a alma humana

Retomaremos os estudos de Rudolf Steiner para trabalhar sobre as relações da tecnologia com a alma do ser humano, partindo de observações propostas pelo estudioso em uma palestra de 7 de maio de 1922, ou seja, exatamente 100 anos depois.

Em 1922, Steiner já se perguntava "onde estaria a alma humana dentro de toda a evolução do mundo?" (STEINER, 2007, p. 07). Desse modo, o estudioso levantava indagações referente ao comportamento humano pois naquela época, a humanidade estava inserida cada vez mais dentro de si, em uma vivência pautada pela individualidade, indiferente em relação ao outro ser humano e apenas interessada em uma realidade fantasiosa.

Steiner, em sua palestra, usava frequentemente o exemplo do cinema, partindo da influência da imagem fantasiosa das telas sobre o ser humano, o que não é distante dos dias atuais. Atualmente a tecnologia digital se expandiu para diversos aparelhos e redes, como por exemplo os smartphones. Anteriormente, o telefone celular foi criado com o intuito de promover a comunicação através de ligação, e, na atualidade através desses aparelhos é possível acessar a internet, criar redes sociais, criar e compartilhar conteúdos com o mundo todo, e até mesmo o cinema cabe dentro de um celular.

Mas, nem sempre foi assim. Com frequência, chamei a atenção sobre o fato que, quando retrocedemos na história da evolução humana, chegamos a época anteriores nas quais existia nos seres humanos o que chamei de clarividência instintiva sonhadora. No entanto, essa clarividência instintiva e onírica era mais adequada para penetrar profundamente na essência das coisas que as assim chamadas ideias científicas de hoje. Vivia-se na realidade através destes conceitos, dessas representações, dessas imagens que, hoje, parecem ao homem alegorias ou criadas pela fantasia. (STEINER, 2007, p. 9-10).

Mesmo que os estudos de estarem não se refira ao exato momento tecnológico que estamos vivendo, podemos fazer uma interpretação do cenário atual a partir das teorias do autor. Ademais, essa vivência do ser humano nas representações.

Como pontua Steiner (2007):

A questão não dependia de que a imagem individual correspondesse exatamente ao fato objetivo, mas a pessoa estava preenchida de vida no elemento espiritual enquanto vivia na realidade com a imagem; hoje a questão depende de que a ideia que se faça coincida exatamente com algo exterior, porque a sequência é o único apoio no qual o ser humano da atualidade pode se apoiar. (STEINER, 2007, p. 10).

Para compreensão desse aspecto da imagem na mente dos indivíduos, Steiner (2007) propõe avaliar o homem antigo, - sendo esse inserido na clarividência instintiva e nos objetos exteriores do mundo. E quando não estamos mais inseridos dentro desse aspecto da natureza

exterior, como acontece nos dias atuais, não mergulhamos dentro da natureza exterior, apenas a reproduzimos. E é nesse momento que retomamos os elementos básicos da antroposofia, que tem como objeto central o despertar do conhecimento do ser humano, a partir de métodos de conhecimento entre a natureza, o universo e o ser humano

Dessa forma,

O ser humano pode aprender a não especular sobre as manifestações exteriores se ele se apegar ao que surgiu paralelamente a atual visão científica do mundo na evolução recente da humanidade, ou seja, quando ele se restringe a tecnologia. Ao processarmos tecnicamente as leis naturais, nós mesmos produzimos suas manifestações. (STEINER, 2007, p. 11).

A era digital permite ao ser humano a percepção de uma nova realidade, e isso se torna um dos elementos mais importantes da tecnologia e também “é o elemento que queremos dominar, e o que nos colocamos em relação no experimento, algo que nos permite uma determinada percepção da coisa”. (STEINER, 2007, p. 12)

Para quem é consciente destes aspectos existe a seguinte sensação: existe uma certeza imediata, abrangente, naquilo que construa pela tecnologia, ou do que é aplicado a química, enquanto sobre a natureza observada sempre existe a possibilidade de se pensar de maneira diferente, nesta ou naquela direção. (STEINER, 2007, p. 12).

Ademais, Steiner apresenta um paralelo entre o homem tecnológico e os mistérios antigos:

Dizia-se o seguinte nos mistérios antigos: *chegará uma época em que essa forma da ação divina sobre o ser humano terá fim, uma época em que o ser humano chegará ao ponto de olhar apenas para o mundo exterior, de ver no exterior somente o que é desvinculado do humano e no qual ele incorpora somente o mundo exterior em sua alma. Se o ser humano não puder mais reconhecer e vivenciar suas forças ao olhar o mundo exterior, mas apenas as forças que vivem nele e com as quais o homem nada tem a ver, então, o homem estará livre interiormente, ele estará libertado internamente, pois sua alma só será preenchida por aquilo que não tem mais relação com sua organização.* (STEINER, 2007, p. 15).⁵

Em suas observações sobre o destino do homem em relação a tecnologia em sua vida, Steiner já previa que chegaria uma fase da evolução humana em que o homem estaria direcionado às fantasias externas, desse modo, "se deixarmos de nos apoiar no passado, no que sobrou das crenças, das visões instintivas do mundo e etc. Não temos outra possibilidade senão

⁵ Grifo do autor.

nos apoiarmos no que a tecnologia pensa sobre o mundo, no que vocês gostam nos mecanismos, etc" (STEINER, 2007, p. 16). Nesse contexto, para romper as barreiras e alcançar ao espírito, o ser humano deve se encontrar no mundo mecânico e atuar sobre ele.

Em contrapartida com os estudos de Steiner em relação à tecnologia, o estudioso Zygmunt Bauman apresenta algumas percepções em relação ao que ele próprio denomina como "modernidade líquida", - na visão de Bauman atualmente a modernidade se pauta em valores e criações sociais que são influenciados por um discurso de inovação criado por produtos tecnológicos. O que é justificado pela ascensão do capitalismo após o período das guerras mundiais, que visavam o progresso da modernidade através do avanço industrial.

Bauman (2001) retrata que atualmente se vive em uma era da tecnologia líquida, onde o ser humano necessita consumir bens tecnológicos para atingir um valor social significativo, dessa forma a tecnologia se torna um catalisador do indivíduo contemporâneo proporcionando a ele a construção de um mundo.

Nesse contexto, a tecnologia pode apresentar pontos positivos e negativos, apesar da grande contribuição para a evolução da sociedade, é fundamental dominar a tecnologia para produzir autonomia e eficiência, evitando os antagonismos que podem ser prejudiciais na vida do indivíduo.

4.3 Tecnologia, sociedade e educação na era digital

A partir dos anos 90 esses avanços tecnológicos se estabilizaram em diversos setores sociais, e na educação não poderia ser diferente, esses novos recursos impactaram o processo de ensino e aprendizado. De tal forma, a mídia e os aparelhos tecnológicos criados inicialmente com o propósito de dirigir e condicionar pensamentos e opiniões, vem sendo utilizados com outras finalidades, como por exemplo, para promover facilidade no acesso aos diversos tipos de conhecimento. No entanto, não podemos descartar que essa era digital tem grande potencial para tornar/formar consumidores compulsivos de ideologias, portanto é necessário repensar a utilização dessas ferramentas como forma para amenizar as desigualdades sociais e ampliar o processo de criticidade no âmbito educacional.

No ambiente educacional, nas últimas décadas, as mídias e as tecnologias estão cada vez mais sendo utilizadas como os recursos pedagógicos para proporcionar a melhoria no processo de construção do conhecimento dos alunos. Dessa forma, é necessário compreender

como esses recursos digitais podem ser aplicados nas instituições educativas. Além do mais, se tornam relevantes as discussões sobre o acesso às tecnologias por professores e estudantes.

De acordo com Moran et al. (2000, p.1), o professor tem um papel primordial sobre a utilização das tecnologias e das mídias disponibilizadas dentro dos ambientes escolares para promover novos métodos e técnicas de aprendizagem. Ainda, segundo Moran et al. (2000, p. 1),

Encontramos nas instituições educacionais um número razoável de professores que estão experimentando estas novas metodologias, utilizam aplicativos atraentes e compartilham o que aprendem em rede. O que predomina, no entanto, é uma certa acomodação, repetindo fórmulas com embalagens mais atraentes, esperando receitas, num mundo que exige criatividade e capacidade de enfrentar desafios complexos. Há também um bom número de docentes e gestores que não querem mudar, que se sentem desvalorizados com a perda do papel central como transmissores de informação e que pensam que as metodologias ativas deixam o professor em um plano secundário e que as tecnologias podem tomar o seu lugar. (MORAN 2000, p.1).

De acordo com a observação de Moran (2000), esse processo de adaptação metodológica com os novos recursos tecnológicos ainda vem enfrentando algumas dificuldades em relação a preparação dos profissionais da educação para essa era digital. Destaca-se que esse novo modelo de ensino, apoiado nessa era digital, proporciona uma educação significativa e coloca o aluno como produtor do próprio conhecimento.

Paulo Freire contribui também com a observação em relação a preparação docente. Freire na obra *Pedagogia do Oprimido* (2020) nos apresenta que é necessário repensar a prática de educação tradicional que é apoiada no status social e na opressão, e que coloca o professor como detentor de todo o conhecimento. Para Freire, as possibilidades e as transformações sociais podem utilizar a educação como uma ferramenta de transformação e emancipação da sociedade, portanto este educador afirma a importância da conscientização, da libertação dos educadores e dos estudantes para atingir o verdadeiro potencial do processo de aprender e ensinar.

A pesquisadora Grinspun (2009), também compartilha do mesmo viés de Paulo Freire em relação aos métodos de ensino tradicionais, e aponta alguns questionamentos em relação ao modelo tradicionalista na educação, com as seguintes reflexões:

A que modelo de educação ela está comprometida, nos dias de hoje: ensinar? Dominar técnicas mais modernas? Fazer com que o aluno aprenda a usar o computador? Adequar o aluno as normas vigentes no campo político-social? Formar o cidadão? Preparar a escola para competir com a televisão? Enfim qual o modelo de educação

que existe nos dias atuais? A íntima vinculação da educação com o contexto social e cultural leva-nos a rever, então, os seus modelos na medida em que ela tem que estar refletindo os anseios desta sociedade, e que por estar em crise tem os seus desafios muito mais instigados e problematizados. Sem entrar (muito) no mérito da questão das 'crises' desta sociedade precisamos compreender como e porque existem essas crises e como a educação deve agir para fazer com que o indivíduo compreenda sua sociedade e nela interfira satisfatoriamente. (GRINSPUN, 2009, p.50).

Ao lidarmos com essa era em que os indivíduos são, a todo momento, bombardeados por informações, é fundamental estabelecer a relação entre os pontos favoráveis e desfavoráveis em relação ao uso da mídia e da tecnologia no ambiente escolar.

Ademais, devido a estarmos cada vez mais inseridos nessa era virtual, em que a comunicação em massa exerce influência sobre a formação de opiniões, se torna necessário ampliar os estudos sobre essas ferramentas no ambiente escolar para promover de forma favorável o processo de ensino, auxiliando os alunos a utilizarem esses meios virtuais de forma relevante, e com isso, se afastando da manipulação ideológica.

Segundo Kalinke (1999),

Os avanços tecnológicos estão sendo utilizados praticamente por todos os ramos do conhecimento. As descobertas são extremamente rápidas e estão a nossa disposição com uma velocidade nunca antes imaginada. A Internet, os canais de televisão a cabo e aberta, os recursos de multimídia estão presentes e disponíveis na sociedade. Estamos sempre a um passo de qualquer novidade. Em contrapartida, a realidade mundial faz com que nossos alunos estejam cada vez mais informados, atualizados, e participantes deste mundo globalizado. (KALINKE, 1999, p.15).

Nessa perspectiva, é responsabilidade de professores e familiares direcionar o uso correto das tecnologias por meio de uma análise e reflexões sobre essas plataformas e recursos, para garantir a democratização e a melhoria na qualidade de ensino.

Nesse contexto, Grinspun (2009) ressalta que:

A educação ocupa nesta modernidade junto com a ciência e a tecnologia um lugar de destaque, principalmente se identificarmos na educação uma dimensão básica na formação do sujeito, na qualificação dos recursos humanos requeridos por um novo modelo de desenvolvimento. Se a educação tem esse papel na modernidade seja em termos do conhecimento, das competências sociais, da humanização da tecnologia temos que identificar essa tessitura para o momento atual e para os próximos tempos, assim como o papel da escola, onde a educação sistematicamente ocorre. (GRINSPUN, 2009, p. 44-45).

Portanto, é vital a integração entre a educação e os processos tecnológicos para o desenvolvimento de novos métodos de ensino, considerando-os como um novo modelo de

aprendizagem e uma nova relação entre o aluno e o professor. É possível proporcionar, ainda, ao aluno, diversas atividades socioculturais, de entretenimento e de educação que estão incluídas nas mídias do dia a dia.

Thompson (2004) afirma que o uso dos recursos e meios tecnológicos “implicam na criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo” (2004, p. 13). Ainda, segundo Thompson a mídia e a tecnologia são fenômenos sociais contextualizados, portanto “sempre implantada em contextos sociais que se estruturam de diversas maneiras e que, por sua vez, produzem impacto na comunicação que ocorre” (2004, p. 20). Desse modo, o fenômeno midiático privilegia a comunicação de forma integral, podendo ser compreendida em diversos contextos sociais, sendo que, a educação é um exemplo. A mídia e a educação reconfiguram as esferas históricas, pedagógicas e curriculares.

No tópico a seguir, iremos compreender como esse processo tecnológico e midiático ocorreu na prática durante a pandemia e quais foram os desafios e as perspectivas desse uso dentro do ambiente educacional.

4.4 Educação na pandemia: desafios e perspectivas

Conforme exposto no tópico anterior sobre as principais características da mídia e da tecnologia no ambiente educacional, seguiremos agora para um exemplo desse processo virtual na educação: o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19.

Primeiramente, precisamos entender as principais características desse processo histórico da pandemia do século XXI. A pandemia causada pelo vírus da covid-19 trouxe diversas mudanças para a sociedade devido a implementação de medidas de prevenção para evitar a propagação do vírus. Nesse contexto, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto da doença como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, em 11 de março de 2020, como Pandemia. O vírus pode se espalhar principalmente pelo ar quando as pessoas mantêm uma certa proximidade das outras, ou seja, através da respiração, espirro, tosse ou pela fala entre os indivíduos. As pessoas permanecem contagiosas por até duas semanas e podem espalhar o vírus mesmo se forem assintomáticas.

Com o avanço da pandemia do novo coronavírus a educação passou por um dos maiores desafios já enfrentados. Segundo dados levantados pela Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 800 milhões de estudantes tiveram as aulas interrompidas ao longo de 2020 e 2021. O Brasil está entre os 4 países com período mais prolongado de fechamento de escolas, com 40 semanas. Em razão disso, a educação passou por um período bem complicado, tanto para os alunos quanto para os professores, pois tiveram que mudar o método de ensino comumente utilizado. Como forma de amenizar os prejuízos e viabilizar a continuidade do estudo desses alunos, as instituições de ensino optaram pelo ensino remoto.

De acordo Projeto de Lei nº 4.816/20, foi estabelecida a substituição do ensino presencial por ensino remoto, realizado por meios digitais, para as instituições da educação básica e superior, como meio para evitar a propagação do vírus e, também, como uma ferramenta para diminuir os impactos na educação. (OLIVEIRA, 2021).

Art. 2º - os estabelecimentos particulares de educação básica e de educação superior que adotem, em substituição ao ensino presencial, nos termos da legislação pertinente, o ensino remoto, realizado por meios digitais, ou o ensino híbrido, isto é, em parte presencial e em parte remoto, deverão no que se refere à atuação dos docentes no ensino remoto:

I - regular a prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office ou trabalho remoto, preferencialmente por meio de negociação coletiva, acordo coletivo, e por contrato de trabalho aditivo por escrito, tratando de forma específica sobre a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura do trabalho remoto, bem como o reembolso de eventuais despesas a cargo da(o) empregada(o), nos termos do art. 75-D da CLT, e demais aspectos contratuais pertinentes à prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office;

III – regular a conversão de aulas presenciais em aulas gravadas, por meio de aditivo contratual, com garantia de irredutibilidade salarial;

IV – regular a quantidade máxima de alunos por turma nos mesmos limites das turmas presenciais, não sendo permitido o acúmulo de turmas de campus ou unidades educacionais distintas; [...]. (BRASIL, 2020).

Em complemento, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, dispõe que esse processo de substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, poderá se prolongar até que a pandemia seja controlada, conforme esclarecido respectivamente nos Art. 1º, parágrafos II, III, IV e VI, Art. 2º, parágrafos I e II:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. [...]

II - Será de responsabilidade das instituições a definição dos componentes curriculares que serão substituídos, a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas, bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

III - No que se refere às práticas profissionais de estágios ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da substituição de que trata o caput deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE. [...]

IV - A aplicação da substituição de práticas profissionais ou de práticas que exijam laboratórios especializados, de que trata o § 3º, deve constar de planos de trabalhos específicos, aprovados, no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos e apensados ao projeto pedagógico do curso.

VI - As instituições deverão comunicar ao Ministério da Educação - MEC a opção pela substituição de atividades letivas, mediante ofício, em até quinze dias após o início destas.

Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.

I - As atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas, para fins de cumprimento da carga horária dos cursos, conforme estabelecido na legislação em vigor.

II - As instituições poderão, ainda, alterar o calendário de férias, desde que cumpram a carga horária dos cursos, consoante estabelecido na legislação em vigor. (BRASIL, 2020).

Em razão da impossibilidade de realizar os encontros presenciais entre professores e alunos, as aulas remotas surgiram como alternativa para reduzir os impactos negativos no processo de aprendizagem. Com as aulas suspensas, muitas escolas, educadores, pais e alunos tiveram que passar do ensino presencial para o ensino remoto sem muito tempo de preparação, o que foi um grande desafio para todos. Por conta da pandemia, os recursos digitais foram responsáveis por abrir novas possibilidades de comunicação entre escola, professores e alunos o que possibilitou que não houvesse uma paralisação total no calendário escolar. No entanto, a adaptação ao ensino remoto não foi uma tarefa fácil, especialmente diante de uma situação de muita insegurança e impossibilidade de afirmar o quanto aquela situação ainda iria durar.

Na prática, o ensino remoto é feito por um professor que ministra as aulas, sejam elas ao vivo ou gravadas, por meio de videoconferência ou recurso similar. A carga horária é a mesma das aulas presenciais, mantendo a frequência. Porém, tanto os educadores quanto os estudantes enfrentaram grandes desafios com as aulas remotas, afinal, as mudanças foram

abruptas. Adaptar toda a dinâmica da sala de aula presencial para os ambientes virtuais demanda investimento de tempo e em tecnologia.

Nesse contexto de ensino *on-line* é importante compreender que ensino remoto se diferencia da Educação a Distância (EaD), pois o ensino EaD é considerado uma modalidade de ensino e possui a mediação dos processos de ensino e aprendizagem com o uso de meios e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), “[...] com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis” (BRASIL, 2017, p. 3). De acordo com as novas portarias publicadas em 2020 no art. 32, inciso IV, o ensino remoto deverá ser “utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 2020c, p. 24). Por situações como essas:

Não se pode confundir educação a distância (EaD) com atividade remota pela internet em situação de crise grave. EaD é toda uma concepção didática e de estudo e aprendizagem que envolve estrutura, conteúdos, formação e que abrange desde o desenho didático inicial adequado às características da área de conhecimento específica até as avaliações da aprendizagem discente, executada por equipe multidisciplinar treinada. [...]. Atividade remota é fazer alguma atividade temporária via internet, em situações precárias e emergenciais, para tentar reduzir danos da aprendizagem a partir de um sistema de ensino originalmente presencial. (JUNQUEIRA, 2020, p. 04).

Contudo, Cordeiro (2020), afirma que durante o processo de pandemia foi necessário repensar o processo de ensino-aprendizagem. Com adaptação do ensino remoto na pandemia vieram à tona a fragilidade e as desigualdades presentes no meio educacional.

Nesse contexto, Cordeiro (2020, p.1): ainda alerta sobre esse processo tecnológico durante a pandemia:

O impacto da pandemia na educação, traz à tona a discussão sobre a urgência de mecanismos para a implementação da educação a distância em nosso país. Sabe-se que a tecnologia é um fator primordial no que diz respeito à evolução digital, permitindo experiências proveitosas especificamente no âmbito educacional. No entanto, diante do contexto em que o mundo se depara, com uma realidade caótica sem precedentes de uma pandemia causada pelo COVID-19, que se instalou no mundo, fechando ou alterando diversos setores dentre eles o educacional, onde milhares de crianças ficaram impedidas de ir à escola. Contudo, as instituições educacionais se empenham na busca de novas modalidades de estudo, como o suporte das tecnologias digitais. Assim, professores e alunos tiveram que se adaptar às aulas a distância e utilizar toda a criatividade para dar continuidade às atividades escolares, utilizando para isso a Rede Mundial de Computadores, Internet que foi um diferencial neste processo e os diversos recursos tecnológicos disponíveis. (CORDEIRO, 2020, p.1).

Mesmo em tempos de normalidade, a adoção do ensino híbrido amplia as experiências de aprendizagem, aproximando a educação formal a um cotidiano permeado pela tecnologia.

No entanto, não se trata apenas de dar acesso à internet e computadores aos estudantes, mas de repensar a escola como um todo, reorganizar a sala de aula e realizar um novo planejamento pedagógico.

Segundo o Censo mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,9% dos lares brasileiros têm acesso à internet. No entanto, o acesso é desigual: o número vai para a faixa dos 40% em áreas rurais. Também é preciso levar em consideração que a forma como se dá o acesso à internet também é desigual: enquanto a maioria dos estudantes da rede particular possui computador em casa, na rede pública, um em cada três alunos dispõe apenas do telefone celular para realizar as atividades escolares.

Além da falta de aparelhos adequados para que os estudantes conseguissem acompanhar as aulas, outros fatores dificultaram o ensino remoto, tais como: dificuldades dos pais ou responsáveis em ajudar os alunos em casa, aumento da carga de trabalho dos professores, pois tiveram que se desdobrar e muitas vezes trabalhavam três vezes mais que o normal, além disso, a impossibilidade de acesso aos alunos que vivem em áreas isoladas ou que estão iniciando os estudos no fundamental foi um grande desafio nesse período de pandemia.

Ademais, essas carências no campo educacional ultrapassam a falta de recursos e materiais tecnológicos, pois também faltam subsídios humanos, já que o professor não consegue manter a proximidade com a rotina do aluno, como no ensino presencial, para auxiliar as dificuldades individuais de cada um. Diante do atual cenário, e todas as debilidades do ensino remoto durante a pandemia, é importante mencionar o papel do docente em mediar técnicas para fortalecer o processo de aprendizado dos alunos, com isso, se torna necessária a formação continuada que fornece a esses profissionais os conhecimentos e estímulos fundamentais para propiciar ao aluno o melhor desenvolvimento intelectual. Diante desses desafios mencionados anteriormente, Santos (2008) avalia que vivemos em uma era dominada pelo desequilíbrio entre experiências e expectativas, portanto (...) “necessitamos de uma sociedade mais justa.

As promessas da modernidade – liberdade, igualdade e solidariedade – continuam sendo uma aspiração para a população mundial” (SANTOS, 2008, p. 29), com isso, a escola tem que estar à altura das novas exigências sociais e históricas que vivenciamos, devendo se renovar com a presença dos instrumentos de comunicação atuais. Além disso, a maneira mais bem-programada, é a experiência do ato de conhecer ou a criação do novo conhecimento, como a pesquisa, a capacitação e a formação dos quadros que, aliás, pode se dar também fora da instituição, como acontece muito nos dias atuais.

Resumo do capítulo

No capítulo 4 dessa dissertação dividimos o capítulo intitulado "Cultura digital e sua influência no modo de ensinar e aprender" em quatro partes: A era digital, A tecnologia e alma humana; O digital seus efeitos no ensino; e Educação na pandemia: desafios e perspectivas.

No primeiro tópico apresentamos a evolução tecnológica a partir dos avanços das quatro fases da revolução industrial e de como esses movimentos interferem até os dias atuais.

Posteriormente estudamos a tecnologia a partir de uma perspectiva da essência humana proposta por estudiosos como Steiner (2007) e Bauman (2001) entre outros. E de como esses elementos tecnológicos afetam diretamente o indivíduo em sua individualidade e no coletivo.

No terceiro tópico apresentamos os efeitos da era digital no ensino a partir de autores como Moran (2000), Paulo Freire (2020), entre outros. Ademais, nesse tópico refletimos sobre as duas vertentes que a era tecnológica pode proporcionar à educação: o avanço e alienação, e a partir dessas perspectivas indagamos qual seria o caminho a percorrer para adquirir os benefícios dessa era tecnológica.

E por fim, no último tópico, realizamos um estudo mais recente sobre o acesso tecnológico durante a pandemia da covid-19, tendo como filtro os anos 2022 e 2021. Buscamos na legislação educacional os artigos e as leis criadas durante a pandemia com o intuito de utilizar o ensino remoto como uma ferramenta para manter as aulas em período de isolamento.

Em suma, esse capítulo nos proporcionou mergulhar entre os avanços tecnológicos e de como eles interferem no nosso dia a dia, sendo através de ações internas e também externas. Ademais, também foi possível adquirir um breve conhecimento sobre a era da educação em tempos de pandemia, e de como essa era alterou os novos formatos educacionais e nos demonstrou a importância de realizar pesquisas sobre esse período pandêmico em várias esferas do conhecimento.

5 A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NO ESPAÇO INDÍGENA: UM ESTUDO COM ESTUDANTES INDÍGENAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Nesse capítulo iremos apresentar os dados coletados durante a pesquisa de campo e também será realizado a análise dos dados coletados a partir de estudos e autores trabalhados na fundamentação teórica desse trabalho.

5.1 Descrição dos dados (entrevista, questionários e relatos através da observação do pesquisador).

O procedimento de análise dedicou-se a explorar fenômenos relacionados a avanços tecnológicos⁶, isso inclui internet e suas redes sociais, e também os dispositivos eletrônicos digitais, tais como: celulares e computadores. Paralelamente foi explorado o acesso tecnológico pelos estudantes indígena. Para formatar tal trabalho, delimitamos a investigação no período da pandemia de covid-19 2020 e 2021.

As delimitações no trabalho possibilitaram a formação da estrutura de investigação como objetivo de construir o conhecimento científico de forma sistematizada. Como base lógica para a investigação, consideramos o uso da internet e dos aparelhos tecnológicos pelos estudantes indígenas. Como método selecionado optamos pela abordagem fenomenológica. Com base nesse método foram traçadas as seguintes fases para a execução da pesquisa: construção do referencial teórico; coleta de dados e análise dos dados obtidos e considerações finais.

Para a coleta de dados acompanhamos as aulas remotas pelo *Google Meet* nos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

As interações dos participantes das pesquisas na entrevista e no questionário foram organizadas em tabelas e diante dessa classificação utilizaremos os dados para promover embasamento teórico ao fenômeno analisado.

Inicialmente a proposta era realizar a pesquisa de campo de forma presencial, no entanto, devido ao aumento de casos de covid-19 e de gripes nas aldeias, a FAINDI optou por deixar o semestre de 2022/1 ainda em formato remoto, o que foi interessante para a pesquisa pelo fato de que estamos analisando essa questão do uso tecnológico pelos estudantes indígenas, e com isso, foi possível ter mais proximidade em relação a como eles lidavam com esses meios tecnológicos.

As disciplinas nas quais tivemos contatos com os alunos foram de Estágio e de Temas Transversais.

⁶ Aqui lembramos que nos referimos a alta tecnologia, que envolve aparelhos eletrônicos e conexões de comunicação via rede de computadores e outros dispositivos de acesso. Livros e apostilas utilizados para suprir a carência das high tech, apesar de representarem um esforço docente para suprir essa carência, não foram parte da análise enquanto objeto de estudo.

O primeiro contato foi por meio da formação de grupos no WhatsApp, cada aluno se apresentou de forma individual e falou a qual aldeia pertencia. Esse espaço de interação no WhatsApp foi interessante pelo fato de que foi possível mergulhar no cotidiano dos alunos indígenas, pois eles mandavam áudios, vídeos e fotos contando como era a rotina, sendo através de trabalhos artesanais, de comidas típicas, de pinturas e etc.

As aulas no Google Meet foram disponibilizadas em dois turnos todos os dias durante uma semana (em cada disciplina), de forma a facilitar o acesso aos alunos que não conseguiram acessar determinado período.

Foi possível acompanhar os alunos durante as aulas, compreendendo de modo mais geral como foi a questão do estudo durante a pandemia, quais foram as experiências tecnológicas e midiáticas e de como isso os afetou em relação às atividades acadêmicas.

Na disciplina de estágio foi quando nos foi disponibilizado um encontro no período vespertino para conversar com os alunos sobre a temática da pesquisa. Ao total 25 alunos se apresentaram no WhatsApp, no entanto apenas 20 alunos conseguiram acessar o Google Meet, isso ocorreu devido à falta de conexão com a internet e também devido à dificuldade de alguns alunos acessarem a plataforma com o e-mail institucional da universidade.

Fomos muito bem recebidos perante os alunos, o que resultou em um sentimento de responsabilidade em representar a comunidade indígena em uma pesquisa de grande relevância para a preservação cultural deles.

Durante a tarde de encontro, 11 alunos estiveram presentes na entrevista realizada no Google Meet. Inicialmente foi realizada uma apresentação da pesquisa em andamento, também foi disponibilizado o link e a explicação de como acessar o questionário para responder as questões do *Google Forms*.

A entrevista ocorreu de maneira aberta, com um roteiro previamente estabelecido em relação aos assuntos a serem abordados. A pergunta para iniciar o diálogo foi: Como foram seus estudos e dia-a-dia no ensino remoto? E diante das respostas dos entrevistados foram surgindo outras perguntas para direcionar o assunto, tais como: como foi o acesso tecnológico durante essa pandemia? As tecnologias afetam as práticas culturais em sua aldeia? Quais foram os aprendizados e as dificuldades encontrados durante a pandemia?

Cada aluno teve a oportunidade e a liberdade de se expressar da maneira que fosse confortável.

Questões que foram abordados pelos alunos:

- De modo geral, a maioria dos alunos disseram ter acesso à internet pelo celular e notebook recebidos pelo governo durante a pandemia;
- Em relação ao modo de vida durante esse período da pandemia os alunos relataram que o que dificultou a realização das práticas culturais foi o isolamento decretado pela FUNAI e pela OMS para evitar a propagação da Covid-19;
- Em relação ao âmbito acadêmico, os alunos citaram que quem não tinha o acesso à internet ou não tinha uma qualidade de internet suficiente para acessar as atividades teve um amparo da FAINDI através dos conteúdos acadêmicos em formato impresso;
- Os acadêmicos mais jovens se demonstraram mais adeptos às tecnologias, citando até mesmo a criação de grupos no WhatsApp para se comunicar com indígenas de outras aldeias;
- Uma aluna participante da pesquisa, compartilhou que a experiência do ensino durante a pandemia foi um incentivo em lidar com as tecnologias;
- Foi apresentado também que a ajuda de professores foi primordial no auxílio a lidar com essa era digital, sendo que devido as dificuldades em escrever as pastas de estágio no word, os professores também ampliaram a possibilidade de entregar a pasta de forma manuscrita;
- Durante a conversa com um dos entrevistados, foi realizada a seguinte indagação: você acha que as tecnologias afetam as práticas culturais de sua aldeia? O aluno respondeu reconhecer que a tecnologia tem ganhado espaço ultimamente em todos os lugares, sendo na sociedade e nas aldeias e que é necessário se familiarizar com essas novas ferramentas.

Observações iniciais sobre os relatos dos alunos:

Inicialmente foi possível compreender que apesar dos alunos terem o acesso tecnológico, não são todos que tem a facilidade de lidar com essas ferramentas. No entanto, a partir dos relatos dos alunos foi possível perceber que as crianças e os adolescentes das aldeias já estão em um sistema cultural diferente, ou seja, as novas gerações mesmo dentro das aldeias já estão mais “conectadas”. Porém esse "conectado" atua de forma que não seja prioridade no dia a dia desses indígenas. Eles demonstraram como as práticas culturais são presentes e importante em suas vidas. E que o uso dessas ferramentas tecnológicas pode ser

utilizado como meios para preservar o espaço do índio na sociedade, através dos registros das culturas, da preservação da língua e dos direitos que muitas das vezes são violados.

A apropriação tecnológica pelos indígenas se manifesta de formas diferentes em relação aos outros indivíduos da sociedade, ou seja, as ferramentas tecnológicas devem ser utilizadas e dominadas para promover a questão democrática e dar visibilidade aos povos indígenas. O que não se pode fazer é usar as ferramentas tecnológicas como um meio de colonização, impondo aos indígenas modos de vida através de um modelo pronto que muitas das vezes se apresenta no meio virtual.

Uma educação tecnológica voltada exclusivamente para os indígenas com o intuito de promover a preservação cultural desses povos, amparada pelos processos educacionais que proporcionam uma educação diferenciada para os indígenas seria uma proposta a ser trabalhada

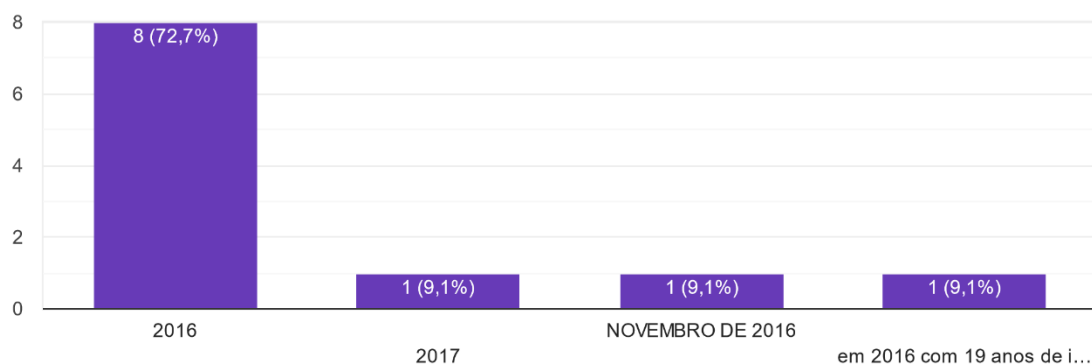
E essa educação tecnológica midiática exclusiva para as comunidades indígenas se enquadra na Constituição Federal no art. 210, sobre a política de educação escolar indígena nas seguintes questões:

- A legislação da educação escolar orienta que as escolas indígenas devem sistematizar os conhecimentos e os saberes para aproximar as comunidades indígenas;
- A garantia do direito a programas e ações para contribuir com a qualificação das políticas escolares específicas e diferenciadas para as comunidades indígenas;
- O reconhecimento do direito de manter a identidade cultural dos povos indígenas;
- O direito de as comunidades indígenas terem acesso a projetos educacionais com princípios e epistemológicos específicos.

TABELA 1 – REFERENTE AO ANO DE INGRESSO

Em que ano você entrou na graduação?

11 respostas



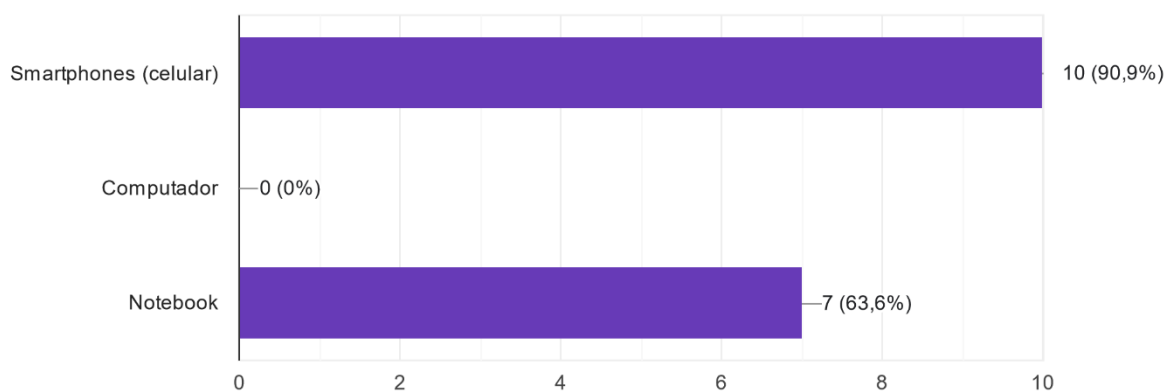
Fonte: Tabela elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Através dos dados obtidos é possível identificar que a maioria dos participantes que responderam ao questionário ingressaram no ano de 2016, portanto os mesmos estariam na fase final da graduação.

TABELA 2 – TECNOLOGIAS MAIS UTILIZADAS

Dentre as tecnologias, quais você mais utiliza?

11 respostas



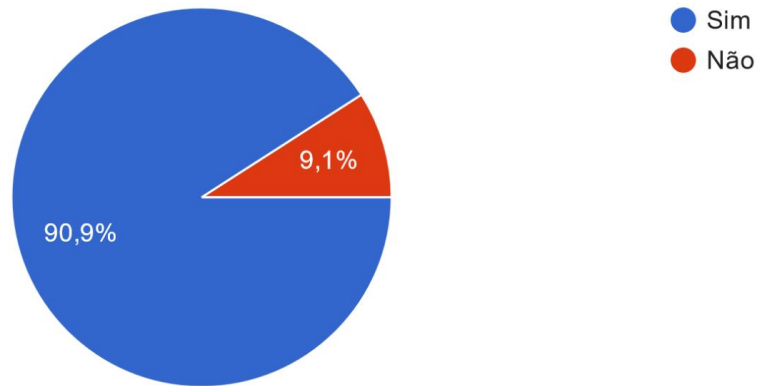
Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Dentre os aparelhos mais utilizados pelos estudantes, está o *smartphone*. Alguns alunos mencionaram também o *notebook*, porém não são todos que possuem a facilidade para manusear os equipamentos.

TABELA 3 – ACESSO À INTERNET

A sua aldeia tem acesso à Internet?

11 respostas



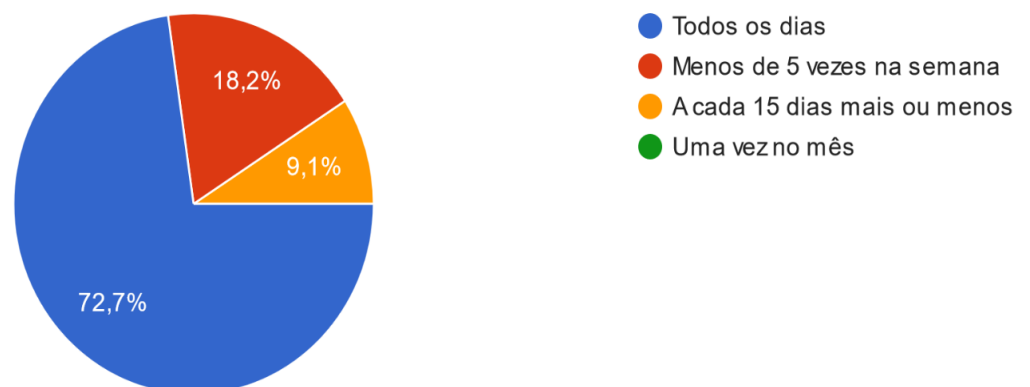
Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados coletados.

Em relação à disponibilidade da internet nas aldeias, a maioria dos alunos mencionaram que possuem acesso de forma regular nas aldeias, os que não possuem acesso mencionaram que conseguem acessar a internet quando vão na cidade.

TABELA 4 – FREQUÊNCIA DE ACESSO À INTERNET

Você tem acesso à Internet com que frequência ?

11 respostas



Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos dados coletados.

A maioria dos alunos mencionaram ter acesso regularmente a internet por terem a disponibilidade da rede em suas aldeias. Os demais alunos mencionaram ter o acesso à internet mais ou menos a cada 15 dias ou menos de cinco vezes na semana, os que não tem acesso

regularmente a internet todos os dias geralmente têm acesso quando vão à cidade, na universidade ou em aldeias vizinhas com o acesso à rede.

Para a coleta de dados através do questionário construímos as seguintes perguntas:

QUADRO 4 – PERGUNTAS ABERTAS NO QUESTIONÁRIO

PERGUNTAS ABERTAS
1 – Como foram desenvolvidas suas atividades da faculdade durante a pandemia?
2 – Na sua opinião, as tecnologias exercem influência na sua aldeia? De que forma?
3 – Você, enquanto futuro professor ou já professor, utiliza as tecnologias em sala de aula?

Fonte: Quadro elaborado pela autora

Iremos apresentar agora as respostas coletadas através do questionário.

QUADRO 5 – ENTREVISTADO 1

ESTUDANTE 1
1 - Foram feitos de forma remoto.
2 - Sim, notícias, pesquisas, rede social, WhatsApp.
3 - Às vezes, na escola não tem internet quem tem é particular paga por ela... Só se for para ver vídeos... No notebook. E mandar mensagem do celular para alguns alunos que tem dúvidas, mas isso é pra quem tem acesso.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados

O primeiro participante evidenciou ter familiaridade com internet e com os aparelhos digitais. No entanto apresentou que o acesso à internet ainda é escasso em sua aldeia. O estudante ainda mencionou que na escola onde realiza o estágio não tenho acesso à internet, e que por conta dessa falta de acesso a comunicação fica prejudicada.

QUADRO 6 – ENTREVISTADO 2

ESTUDANTE 2
1 - Foi difícil.

2 – Ajuda de alguma forma sim.
3 – Sim.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante 2 demonstrou que o período remoto resultou em algumas dificuldades, mas que em sua aldeia possui o acesso à internet e que isso contribuiu e contribui para o ensino e aprendizagem.

QUADRO 7 – ENTREVISTADO 3

ESTUDANTE 3
1 - Com dificuldade, mais com ajuda de tecnologia eu consegui fazer todos as atividades.
2 - Aqui na minha comunidade não influencia.
3 - Sim, uso para tirar foto, fazer gravação, digitar o trabalho e também para fazer pesquisa.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante 3 demonstrou que a tecnologia foi uma ajuda durante o período da pandemia e que apesar das dificuldades conseguiu manter a rotina de estudos.

QUADRO 8 – ENTREVISTADO 4

ESTUDANTE 4
1 - Foi no modo específico remota, porém na aldeia onde trabalho tem internet mais não é de boa qualidade, só consigo entrar na internet para acessar, somente quando eu venho pra cidade.
2 - Sim. Celular, internet, televisão, computadores.
3 - Não, porque na escola não tem internet.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados

O estudante 4 apresentou as dificuldades em relação ao acesso à internet durante a pandemia, demonstrando a pouca utilização durante o período pandêmico.

QUADRO 9 – ENTREVISTADO 5

ESTUDANTE 5
1 - Foi muito complicado por que não estive em sala de aula, durante a pandemia as minhas atividades foram desenvolvidas em casa juntamente com os meus filhos que são alunos, aí os trabalhos que tinham que fazer dentro da sala de aula com os alunos eu fazia em casa junto com eles, até por que durante a pandemia as aulas foram suspensas por tempo indeterminado aí muito complicado.
2 - Na minha opinião sim, exercem influência, principalmente entre os jovens, que muitas vezes precisam estudar, fazer suas atividades, fazer suas pesquisas e muitos estão estudando on-line, aqui todas as casas têm acesso a internet.
3 - Eu quando futura professora pretendo estar utilizando as tecnologias dentro da sala de aula, por que isso é muito importante para ter um pouco mais de conhecimento sobre a tecnologia.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 5 demonstrou que os estudos durante a pandemia foram mediados através do acesso à internet, e reconhece a importância de saber lidar com as tecnologias dentro do ambiente escolar para ampliar os conhecimentos.

QUADRO 10 – ENTREVISTADO 6

ESTUDANTE 6
1 - Foi desenvolvida pela aula remota específico em casa e foi um grande desafio, mesmo sem internet eu me esforço para fazer trabalho em fora da casa e da aldeia. sempre vou para num vilarejo que se chama vila matinha que fica bem próximo da reserva Pimentel Barbosa. tem uns 4 km para minha aldeia e vila matinha.
2 - Sim, de forma as tecnologias mais usadas na aldeia, com total autoridade das lideranças para geração de educadores, tecnologias é lideranças aceitam para registrar coisas importante das comunidades, como cerimônia ritual e outros.
3 - Às vezes eu utilizar com mais controlado, mas sempre utilizo para fazer plano de aula e dentro da sala de aula, fico foco com alunos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 6 relatou a dificuldade em ter o acesso à internet durante a pandemia e relatou que para realizar os trabalhos on-line tinha que ir em uma aldeia vizinha.

QUADRO 11 – ENTREVISTADO 7

ESTUDANTE 7
<p>1 - Nesse tempo que foi muito turbulento e de muita insegurança nessa pandemia eu tentei fazer um pouco das atividades, porém tive muita dificuldade para realizar as entrevistas com as pessoas par o meu TCC, por causa do isolamento dentro da aldeia. Eu tinha um notebook da positivo, daí deu problema, comprei outro com o dinheiro do governo que foi depositado na conta dos professores e então tive que organizar formulário das perguntas e enviar para as pessoas, mas elas tinham vergonha de fazer a gravação para eu transcrever, isso foi muito dificultoso. Também os estágios ficaram atrasados, porque mesmo que os professores da FAINDI organizaram outro meio de realizarmos os estágios, eu não consegui organizar certinho, as datas, horários, fotos para poder concluir as 420 horas. Eu sempre tive dificuldades para manusear o notebook, tinha que pedir ajuda par outra pessoa, mas no momento não podia sair da casa. E aí aconteceram as aulas remotas, e os trabalhos foram só acumulando, não conseguia realizar, porque também tinha os trabalhos da escola, da aldeia e mais as formações online que a Seduc falava para participar. Tive formação online fornecida pela Seduc para aprender a trabalhar com a tecnologia usando os aplicativos classroom e jamboard, porém, as vezes a internet estava muito ruim ou acabava energia no período da formação e não dava para participar. Mesmo assim consegui realizar alguns trabalhos das faculdades, no entanto algumas atividades ainda estão atrasadas precisando concluir.</p>
<p>2 - Sim, principalmente celular, notebook, computador, agora elas ajudam muito quando conseguimos manuseá-los direito. Para os professores, elas são bem práticas no dia a dia, porque se pode fazer, pesquisa, organizar trabalho, apresentações e muitas outras atividades que nos são favoráveis e proveitoso. Porém, quando não se faz um bom uso dessas tecnologias gera vícios que atrapalham nos trabalhos e geram afastamento de aprender ou conhecer muitos aprendizados da cultura do povo, porque afasta as pessoas, principalmente jovens e crianças das riquezas culturais que são os saberes e valores tradicionais dentro da aldeia.</p>

<p>3 - Sim, esse ano que estive como professora, utilizei muito o notebook trabalhando com produções de apostilas, para digitar, imprimir, também no segundo semestre voltou a aula presencial, utilizei para fazer pesquisa com as crianças, apresentar vídeos, filmes entre outros. O celular também como ótima ferramenta para fazer registros dos alunos, das atividades, marcar horários e também pesquisar.</p>
--

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 7 relatou que o período da pandemia proporcionou maior proximidade com o manuseio das tecnologias digitais, e que apesar das dificuldades foi possível trabalhar e estudar. Mas também o estudante chama atenção para a necessidade de saber manusear as tecnologias de forma correta para evitar vícios e outros transtornos causados pelo excesso da tecnologia.

QUADRO 12 – ENTREVISTADO 8

ESTUDANTE 8
1 - Foram feitas via online, no notebook, celular.
2 - Sim. Facilita o meio de comunicação e organização através de internet.
3 - Sim utilizo algumas vezes para fazer o trabalho.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 8 confirmou ter o acesso aos meios tecnológicos e ainda concordou que os meios tecnológicos facilitam a organização do trabalho.

QUADRO 13 – ENTREVISTADO 9

ESTUDANTE 9
1 - Através da aula remota, utilizei celular e computador para realizar os trabalhos, baixei em PDF as atividades propostas, passei para computador e digitei todos os trabalhos realizados durante as semanas das aulas remotas, assim encaminhei para os professores responsáveis pela disciplina no formato de word, Via WhatsApp.

2 - Sim, porque na atualidade usamos as tecnologias como meio de comunicação e realizar os trabalhos na sala de aula e fora dela, bem como para registrar vários momentos do cotidiano, como foto e vídeos.

3 - Com certeza, porque é o meio que facilita nós realizar as atividades proposta, como computador podemos produzir slide, usar Datashow.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 9 descreveu que durante as aulas remotas o computador e o celular foram elementos primordiais para a realização de trabalhos da faculdade e ainda relatou que os meios tecnológicos facilitam os meios de comunicação e também proporcionam a possibilidade de registros.

QUADRO 14 – ENTREVISTADO 10

ESTUDANTE 10

1 - Foram feitas as atividades no computador no word e depois passava no celular e enviava pelo WhatsApp para os professores.

2 – Sim, elas ajudam para fazer trabalhos e ajudam aprender coisas novas e também nos defender.

3 - Sim uso televisão para assistir um filme com as crianças, celular não uso nem computador.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

Já o estudante número 10 demonstrou ter um acesso mais restritos em relação às tecnologias.

QUADRO 15 – ENTREVISTADO 11

ESTUDANTE 11

1 - Estou trabalhando e continuando estudando.

2 - A tecnologia da minha aldeia somente da escola a internet /Wi-fi, as pessoas usam somente os celulares para conversarem.

3 - Sim, todos os dias ou por anos os tempos está mudando, as tecnologias já entraram nas nossas aldeias, até agora as crianças já sabem mexendo celulares. A visão dos professores

formandos no futuro dentro das escolas vai ter muitos as tecnologias como computadores, data show.
--

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados coletados.

O estudante número 11 demonstrou a necessidade do conhecimento das tecnologias e do manuseio das mesmas no ambiente educacional.

Na perspectiva da análise fenomenológica podemos identificar o fenômeno do acesso tecnológico a partir das perplexidades do cotidiano dos estudantes indígenas, e fica evidente que esse acesso não se restringe apenas a disponibilidade dos recursos tecnológicos, mas também carece de uma educação tecnológica que possibilite a inserção desses estudantes indígenas na era digital.

Nesse contexto, Bicudo (2011, p. 29), afirma ainda que “fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção”. Merleau-Ponty (1994, p. 6) também apresenta suas considerações de que a “percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”.

Seguimos uma análise de dados de acordo com as perspectivas da fenomenologia para que fosse possível buscar a essência do acesso tecnológico pelos estudantes indígenas a partir dos relatos dos estudantes durante a coleta dos dados. Diante disso, ao descrever os dados demonstramos que um objeto pode ser visto sob diversos ângulos de acordo com a percepção do mundo vivido de cada indivíduo.

Portanto, ao aplicar a fenomenologia nessa pesquisa, descrevemos os relatos da vivência das experiências dos pesquisados sem trazer julgamentos interpretativos. Essa descrição do olhar dos entrevistados é utilizada para construir a visão descrita pelos sujeitos entrevistados. “A interrogação que expressa a perplexidade do pesquisador orienta os passos a serem dados em busca da compreensão e explicitação do compreendido e interpretado” (BICUDO, 2011, p. 38). Assim, a interrogação expressa um discurso de articulados sobre um determinado tema (BICUDO, 2011, p. 39).

5.2 O dilema da inclusão da tecnologia na educação indígena

Tendo em vista que a legislação prevê a efetivação da educação indígena diferenciada, se torna necessário compreender os objetivos e as especificidades desse modelo de educação.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) essa educação pode ser descrita da seguinte forma:

Específica e diferenciada: Porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não indígena. (Brasil, 1998)

Dessa forma, é compreendido que as comunidades indígenas têm o direito de participar ativamente da elaboração e execução das políticas públicas dirigidas exclusivamente para a educação escolar diferenciada.

Nesse contexto, os estudos de Brandão (1989) contribuem significativamente para o conceito de "educação diferenciada". A partir dos dados coletados identificamos a necessidade de demandas específicas nas comunidades indígenas para fortalecer as tradições e os conhecimentos indígenas. Além do mais é de suma importância a participação das comunidades indígenas na construção de projetos e políticas educacionais que promovam o protagonismo e respeitem as particularidades dos estudantes indígenas.

A legislação determina que todos os estudantes possuam o direito a uma educação de qualidade, o uso das tecnologias está ligado a essa questão da qualidade do ensino aprendido. Ao analisarmos o objeto de estudo dessa pesquisa que é o acesso tecnológico por estudantes indígenas durante a pandemia é possível identificar que apesar da qualidade de ensino não depender apenas do uso das tecnologias, essas ferramentas propiciam a efetivação dos direitos individuais, do acesso à educação, da diminuição das desigualdades sociais e ampliação da educação inclusiva.

Nesse sentido, Melgueiro (2012, p. 25), descreve que o artigo 232 da CF de 1988:

O Art. 232, propõe para os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. A partir da década de 80, emergiram muitas organizações indígenas no Brasil. Com a Federação, os indígenas obtiveram conquistas importantes, como a demarcação de terras e a educação escolar indígena, as quais foram as principais bandeiras de luta, desde o início do processo.

Nesse contexto, a legislação garante o direito da educação indígena e da educação escolar indígena. Pensando no contexto do acesso à tecnologia, diante os dados obtidos através da construção do referencial teórico e dos dados coletados dessa pesquisa é possível observar que o sistema de ensino indígena ainda se demonstra ineficiente em relação à utilização e a disponibilidade do uso das ferramentas tecnológicas.

Além dos equipamentos tecnológicos e do acesso à internet os estudantes indígenas ainda carecem de um processo de orientação de como utilizar esses meios digitais. Nascimento e Hetkowski (2009, p. 400) descrevem que além de disponibilizar esses recursos é necessário conduzir os estudantes para que eles consigam ter o domínio dessas tecnologias.

Inserir a Informática na educação não é apenas adquirir equipamentos e programas de computador para a escola. O sucesso e a eficácia de um projeto educacional que utiliza a informática como mais um recurso, no processo pedagógico, exige capacitação e novas atitudes dos profissionais da educação diante da realidade e do contexto educacional. Conhecimento, visão crítica e consciência do educador em relação ao seu papel são fundamentais. O(a) professor(a) deverá estar capacitado(a) para fazer a integração da informática com sua proposta de ensino e da escola, devendo estar aberto a mudanças e disposto a assumir um novo papel: o de facilitador(a) e coordenador(a) do processo de ensino-aprendizagem.

Wagner (2010) compartilha do mesmo posicionamento de Nascimento e Hetkowski (2009)

[...] a inclusão digital não significa apenas ter acesso a um computador e à Internet. É preciso saber utilizar esses recursos para atividades variadas, classificadas em três diferentes patamares, segundo sua relação com o exercício da cidadania. Num primeiro nível, a Internet, hoje especialmente através das redes sociais, permite a comunicação entre as pessoas, o que já potencializa formas de articulação em torno de demandas sociais variadas. Num segundo nível, a Internet viabiliza a obtenção de informações e a utilização de serviços de interesse público. Num terceiro patamar, no entanto, certamente ainda mais importante para a cidadania e a nação, a inclusão digital deve permitir a geração e a disponibilização de conteúdo, através das mais diferentes formas – geração de conteúdo multimídia, digitalização de conteúdos variados, criação de páginas e de blogs etc. (WAGNER, 2010, p.47-51).

Nesse sentido, vale ressaltar a necessidade de ampliar o ensino tecnológico para propiciar aos estudantes indígenas o conhecimento sobre o planejamento e administração das ferramentas tecnológicas. E ainda se torna necessário maior investimento em recursos materiais que respeitem a diversidade dos costumes indígenas.

Os indígenas devem usufruir dos meios tecnológicos para preservar e compartilhar seus conhecimentos, crenças e culturas. E para que isso ocorra é fundamental projetos políticos pedagógicos que priorizem o desenvolvimento das habilidades através do manuseio dos recursos tecnológicos.

A partir dos estudos de Paulo Freire mencionados no referencial teórico dessa pesquisa podemos relacionar com os dados obtidos dessa pesquisa que é a necessidade de ampliar a relação entre indígena e a tecnologia para fortalecer um processo de transformação social, emancipação e superação das condições de opressão e injustiça. Além do mais, compreendemos a importância de refletir sobre as estruturas sociais e políticas que cercam a vida dos indígenas.

Embora Paulo Freire não tenha se dedicado exclusivamente a educação indígena, podemos compreender a importância de fortalecer as culturas para promover a superação das desigualdades.

Costa (2010) reforça os principais pontos a serem fortalecidos entre a tecnologia e as comunidades indígenas:

A utilização das mídias também passa na concepção dos índios como instituições importantes de divulgação de identidades e de visibilidades. É interessante destacar que os indivíduos e as formas de relação entre eles são alimentados pela mídia porque a maior parte dos conhecimentos acerca do mundo, dos modelos de papel, dos valores e dos estilos de comportamento chega à mente humana não pela experiência direta do mundo físico e das relações com os outros, mas cada vez mais pela mediação dos meios de comunicação. E diversas questões passam a habitar a mente humana, a partir da discussão por esses meios. Esses meios se tornam fundamentais como suportes de inclusão e exclusão sociais e de controle das coisas que acontecem no mundo. (COSTA, 2010, p. 62).

Diante dessas observações, consideramos que durante a pesquisa foi constatado que os estudantes indígenas não estão sendo inseridos de forma adequada do ambiente digital, visto que, para incluir a tecnologia na educação desses povos originários é necessário orientações de como utilizar os equipamentos, e quando falamos em "utilizar" não estamos falando apenas no ato de ligar ou desligar um computador, mas sim de utilizar e adaptar as tecnologias para promover inclusão cultural e preservar os costumes indígenas.

Conforme visto anteriormente no referencial teórico dessa pesquisa, a Educação Escolar Indígena ainda apresenta lacunas na execução de um currículo específico e diferenciado. Martins e Knapp (2013) descreve a necessidade de o poder público garantir condições necessárias que amparem legalmente as diretrizes da CF de 1988:

[...] é preciso ter clareza de que não é todo o conhecimento indígena que pode ser posto para dentro da escola, ou escolarizado. Por conta disso, temos que considerar que existem certas práticas culturais que devem ser realizadas em locais e horas específicas, assim como também não podem ser realizadas por qualquer pessoa. Dessa forma, o que estamos colocando, com relação às especificidades dos currículos das escolas indígenas, no que diz respeito aos professores, é que esses devem saber valorizar e reconhecer nos rezadores/caciques/xamãs um saber que vai além dos saberes ocidentalizados, tomados como convencionais, mas não no sentido de tomar os espaços dessas pessoas. Assim, deve ser garantido o espaço para a participação das pessoas que detêm um conhecimento maior, e são reconhecidas nas comunidades como porta-vozes do saber de seu grupo, lembrando que isso está preconizado no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. (KNAPP; MARTINS, 2017, p. 100-101).

Diante tal pressuposto, ao analisar o processo de inclusão tecnológica dentro do espaço escolar indígena é possível identificar a necessidade de propostas educativas que conduza os

estudantes indígenas a terem o domínio desses meios tecnológicos para que eles consigam ampliar a qualidade da formação escolar.

Os meios tecnológicos vêm transformando a sociedade e atuando como um agente construtor do conhecimento, no entanto, o processo de inclusão da tecnologia dentro dos ambientes educacionais se configura de maneira lenta, e dentro dos espaços das escolas indígenas o processo é ainda mais lento.

A era da Informação, de maneira geral, constitui o novo momento histórico em que a base de todas as relações se estabelece através da informação e da sua capacidade de processamento e de geração de conhecimentos. A este fenômeno Castells (1999) denomina “sociedade em rede”, que tem como lastro revolucionário a apropriação da Internet com seus usos e aspectos incorporados pelo sistema capitalista.

Lévy (1999) analisa a rede sob o codinome de “cibercultura”, sendo, pois, este novo espaço de interações propiciado pela realidade virtual (criada a partir de uma cultura informática). Ao explicar o virtual, a cultura cibernética, em que as pessoas experienciam uma nova relação espaço-tempo, Lévy (1998) utiliza a mesma analogia da “rede” para indicar a formação de uma “inteligência coletiva”. (SIMÕES, 2009, P. 1).

Dessa forma, para que ocorra uma inclusão digital é necessário além de disponibilizar computadores e uma infraestrutura tecnológica adequada, é fundamental disponibilizar um ambiente de aprendizado com suporte técnico digital, cursos de informática e direcionamento de uma didática adequada aos conhecimentos adquiridos para que possam ser colocados na prática no cotidiano das aldeias indígenas.

Acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...) devemos antes entender um acesso de todos os processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de auto-cartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no virtual, nem a que um deles imite o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro”. (LÉVY, 1999, p.196).

A inclusão digital deve ser vista como uma forma de incluir os indígenas no espaço virtual e ainda disponibilizar ferramentas para que os mesmos consigam propagar e registrar sua cultura. Nesse contexto, Sorj (2003, p.14) afirma que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade elas constituem hoje uma das condições fundamentais de integração na vida social”. Dessa forma, é necessário pensar que a tecnologia nos espaços indígenas irá propiciar a inclusão social e digital desses povos.

Segundo Pischetola (2016, p. 55):

Em sociedade cada vez mais fundamentadas no compartilhamento de saberes, a tecnologia digital insere o sujeito em um novo contexto cultural, em que não somente ele transforma a tecnologia, mas é por ela transformado, através de seus hábitos de consumo, de trabalho, de comunicação e de acesso à informação. Ao mesmo tempo, a possibilidade de interação em tempo real, as iniciativas de governo eletrônico e a convergência dos diferentes formatos midiáticos, orientados a facilitar a mobilidade e a ubiquidade dão à internet o potencial de tornar-se um novo contexto de participação democrática.

Nessa perspectiva, a inclusão digital nas comunidades indígenas é considerada uma forma de combater estereótipos e proporcionar a possibilidade desses sujeitos sociais terem o acesso e se apropriarem das tecnologias digitais e atuarem como autores e produtores de conhecimentos intervenções.

Diante o exposto, podemos relembrar a pedagogia Waldorf trabalhada por Steiner, que apesar de não estar diretamente voltada para educação indígena pode ser utilizada para enfatizar na importância de uma educação que cultiva a imaginação, o pensamento e a criatividade, com isso, a educação indígena deve promover a valorização da expressão artística, criativa e cultural das comunidades indígenas. A conexão com a natureza também é um aspecto de suma importância e que proporciona uma forte ligação entre a natureza e o desenvolvimento do ser humano.

Resumo do capítulo

Nesse capítulo apresentamos o percurso da coleta de dados, bem como todas as etapas e procedimentos adotados para análise de dados.

Primeiramente, descrevemos a partir dos moldes da pesquisa fenomenológica as entrevistas coletadas e os questionários aplicados com os estudantes indígenas da FAINDI, relatando com o máximo de fidelidade as percepções e experiências mencionadas pelos alunos.

Posteriormente apresentamos os dados através de quadros contendo as respostas dos questionários aplicados aos 11 participantes da pesquisa, e também foi construído gráficos através das respostas objetivas dos alunos sobre questões do acesso à internet e a frequência do uso das tecnologias.

Diante a exposição dos dados usamos as informações coletadas juntamente com um referencial teórico trabalhado ao longo da dissertação para discorrer sobre a inclusão da tecnologia na educação indígena.

Em suma, as considerações obtidas através da pesquisa de campo e do olhar sobre a realidade dos sujeitos pesquisados, identificamos a necessidade da criação de uma educação tecnológica diferenciada para amparar os estudantes indígenas e promover um acesso democrático e que também promove a valorização das culturas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser pesquisador em tempos de pandemia em uma era marcada pelo desgoverno foi um dos maiores desafios da vida acadêmica, diante das incertezas do futuro da pesquisa científica veio a insegurança. Ademais, produzir uma pesquisa científica sobre as comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso foi uma responsabilidade e um dever por dar voz aos silenciados e visibilidade às situações educacionais que os indígenas foram submetidos durante a pandemia.

Muito se fala em democratizar, mas é necessário lutar para que essa democratização não fique apenas no papel, mas que a educação indígena diferenciada chegue de fato às escolas indígenas com uma educação pautada na interculturalidade que preserve essa cultura.

Diante da coleta dos dados foi possível identificar a necessidade de uma educação tecnológica específica para os estudantes indígenas para ampliar o processo de aprendizagem. A partir disso, ficou evidente a necessidade de ampliar as políticas públicas voltadas para a educação indígena diferenciada que inclua a tecnologia nas práticas educacionais sem prejuízo das práticas culturais do povo indígena.

Sobre a metodologia adotada para esta pesquisa podemos destacar que a abordagem fenomenológica na pesquisa educacional possibilita o processo de construção do saber. Foi através dos métodos fenomenológicos que conseguimos descrever as experiências dos entrevistados para compreender a relação desses estudantes com a tecnologia, demonstrando a realidade das comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso.

Dentre os objetivos específicos buscamos identificar a relação entre o indígena e a tecnologia, compreender como foi o acesso tecnológico dos estudantes indígenas durante a pandemia e apresentar os principais pontos que orientam a dimensão indígena as questões

tecnológicas. Ademais dentro da proposta da pesquisa foi possível identificar que o acesso tecnológico dos indígenas durante a pandemia ainda carece de um processo de democratização, com isso chegamos a uma possível proposta de implantar uma educação tecnológica diferenciada para os indígenas para contemplar as dimensões digitais.

Diante dos estudos, foi pensada a construção de um produto para ampliar a educação indígena tecnológica diferenciada que propomos anteriormente, esse produto seria um site com uma plataforma interativa voltada exclusivamente para os estudantes indígenas da UNEMAT. A partir desses enfoques, foi possível identificar que esse período pandêmico revelou a estrutura frágil de um sistema educacional tecnológico que atende as comunidades indígenas, portanto, necessitando de políticas que repensem a forma de introduzir a era digital nas aldeias.

Apesar do tópico aqui ser considerações finais, a temática aqui estudada não está finalizada, são necessárias mais pesquisas sobre a educação tecnológica indígena para propiciar que a lei da educação diferenciada se cumpra. Debater sobre a tecnologia é necessário, é fundamental para a construção do ser humano do século atual, pois vivemos em uma era digital e precisamos saber lidar com essas transformações, precisamos ter o controle e não ser controlados pelo sistema de alienação digital. Portanto, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para futuros estudos relacionados à tecnologia e educação indígena.

7 REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A.J. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso. Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.
- ARANHA, m. l. a.; MARTINS, m. H. p. **Filosofando: introdução à filosofia.** São Paulo: Moderna, 1993.
- ARAÚJO, Elândia Gomes, FERST, Enia Maria, e SANTOS, Alessandra de Souza. **"Fronteiras da educação: alunos indígenas e imigrantes em tempos de aulas remotas, um olhar reflexivo ao projeto "@prendendoemcasabv."** Revista Pedagógica (Chapecó) 23 (2021): 1-23. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6289>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BICUDO, M. A. V. **A contribuição da fenomenologia à educação. In: BICUDO, M.A.V. e CAPPELLETTI, I. F. Fenomenologia: uma visão abrangente da Educação.** 1ª Edição. São Paulo: Olho d'Água, v.1, Cap 1, p. 11-55, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. **Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.** Relator: Raul Henry Parecer do Relator da Comissão de Educação – Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <http://www.câmara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594056> Acesso em 29 de maio de 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRUN, J. **Sócrates, Platão, Aristóteles.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.
- BURCI, T. V. L.; COSTA, M. L. F. A Inclusão Educacional dos povos indígenas pelo Ensino Superior à Distância: a contribuição da tecnologia para a democratização da Educação. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 64, p. 141-157, 19 nov. 2021
- BURKHARD, Gudrun. **Bases Antroposóficas da metodologia biográfica.** São Paulo. Antroposófica, 2011.
- CARVALHO, I. C. M.; MACHADO, F. V. **A regulação da pesquisa e o campo biomédico: considerações sobre um embate epistêmico desde o campo da educação.** Práxis Educativa, v.9, n.1, p.209-34, 2014.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. **Métodos de pesquisa** (7a ed.). Porto Alegre: Bookman. 2003.

COSTA, A. C. **A comunidade indígena e o mundo tecnológico: reflexões sobre os impactos das mídias sociais na vida dos Aikewára.** Anais Eletrônicos. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. Redes sociais e aprendizagem., p. 5 e 62. 2010.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade.** IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2013.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

FERREIRA, F. G. .; FELZKE, L. F. . **A inserção dos conhecimentos indígenas na escola: possibilidades por meio de um blog.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, [S. l.], v. 35, n. Especial, p. 107-114, 2021. DOI: 10.11606/issn.1981-4690.v35inespp107-114. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/187917>. Acesso em: 27 out. 2022

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica.** In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

FREIRE, Paulo. **Entrevista com Paulo Freire: a educação neste fim de século.** In M. Gadotti. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e Sociedade.** São Paulo: Edart – São Paulo Livraria e Editora Ltda., 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOETHE, Johann Wolfgang von (1993a), **A metamorfose das plantas.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

GOETHE, Johann Wolfgang von (1993b), **Doutrina das cores.** São Paulo: Nova Alexandria.

GUIMARÃES, M.; MEDEIROS, H. Q. **Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, ed. especial, p. 50-67, 2016.

HENRIQUES, Ricardo. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad3_ed_indi_div_esc.pdf>. Acesso em: 23/07/2022.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

KNAPP, C.; MARTINS, A. M. S. **Alguns apontamentos para a efetivação de uma educação escolar indígena específica e diferenciada: identificando os desafios e construindo possibilidades.** In: LANDA, M. B.; HERBETTA, A. F. (org.). Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

KIRK, J. & MILLER, M. L. (1986). **Reliability and validity in qualitative research: qualitative research methods.** Newbury Park: Sage, 1.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança.** Educação & Sociedade, Campinas, v.20, n.68, p.239-77, 1999.

LUCIANO, G. J. dos S. **Um A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia.** **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 20, n. 43, 2021. DOI: 10.29286/rep.v20i43.11772. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11772>. Acesso em: 27 out. 2022.

LUCIANO, Gersem, dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional: Brasília. 2006.

MARTINS, J., BICUDO, M.A.V. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos.** São Paulo: Educ/Moraes, 1989.

MASINI, E. F. S. **Enfoque Fenomenológico de Pesquisa em Educação.** In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

MELGUEIRO, Z. H. **A situação sociolinguística nas escolas indígenas. Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM) / Zilma Henrique Melgueiro.** – Recife: O Autor, p. 25. 2012.

MENDONÇA, Dener Guedes. OLIVEIRA, Ramony Maria da Silva. **Educação indígena no Brasil: Entre legislações, formação docente e tecnologias.** Research, Society and Development, v. 9, n. 8, e515985564, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5564>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/5564-Article-28177-1-10-20200715.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

MIALARET, Gaston. **A formação de professores.** Coimbra: Almeida, 1991.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAN, José; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. São Paulo: Angra, 2000.

NASCIMENTO, A. D.; and HETKOWSKI, T. M., orgs. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, p. 400. 2009. ISBN 978-85-232-
NOGUEIRA, José Francisco Sarmiento; PALMIERE, Júlia Arruda da Fonseca. **Relações Multi/interculturais em tempos de pandemia: reflexões identitárias com acadêmicos indígenas no ambiente universitário**. *Rev. Polis Psique*, Porto Alegre, v. 11, n. spe, p. 204-226, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2021000200011&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, R.J. **Bachelard: o filósofo professor ou o professor filósofo** In OLIVEIRA, R.J. **A escola e o ensino de ciências**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: A nova cultura da sala de aula**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2016.

PLATÃO. **Alcibíades I e II**. Lisboa: Inquérito. 1997.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. S. Paulo: Abril Cultural, 1985.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Buenos Aires – Argentina, setembro 2005.

ROCHA, Patrícia Graciela. MORAES, Tânia Milene Nugoli . **"Educação Escolar Indígena Em Mato Grosso Do Sul Em Tempos De Pandemia: Estratégias, Dificuldades E Possibilidades."** Fórum Lingüístico 18.4 (2021): 6878-892. Web.

ROTHBARD, Murray. **Education: free and compulsory**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1999. Original em 1972.

SANGALLI, A.; SOUSA, N. M. de. **In(formação), interculturalidade e a Covid-19 em territórios indígenas de Mato Grosso do Sul**. Liinc em Revista, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e5384, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5384. Disponível em: <http://revista.br/liinc/article/view/5384>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SCHIEREN, Jost. **Anschauende Urteilskraft: methodische und philosophische Grundlagen von Goethes naturwissenschaftlichem Erkennen**. Düsseldorf; Bonn: Parerga, 1998

SCHIEREN, Jost.. **Goethes meditatives Naturerkennen**. In: SCHIEREN, J. (Hsrg.). **Rationalität und Intuition in philosophischen und pädagogischen Perspektive**. Frankfurt, Deutschland: Peter Lang, 2008.

SILVA, Edson. **"Povos Indígenas e Educação no Semiárido Pernambucano em Tempos Da Pandemia do Coronavírus: Desafios E Perspectivas."** Revista Brasileira Do Ensino Médio 3 (2020): Revista Brasileira Do Ensino Médio, 2020-10-01, Vol.3. Disponível em: <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM>. Acesso em: 21 jan 2022.

SILVEIRA, M. A. **O que é epistemologia?** In: Anais do I CIEPC. Colóquio em Epistemologia e Pedagogia das Ciências. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2005.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. **A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação.** Revista Temática. Ano V, n. 05 – Maio/2009.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UNESCO, 2003.

STEINER, Rudolf. **Verdade e ciência: prelúdio a uma "filosofia da Liberdade".** São Paulo: Antroposófica, 1985.

STEINER, Rudolf. **A obra científica de Goethe.** São Paulo: Antroposófica, 1984.

STEINER, Rudolf. **Linhas básicas para uma teoria do conhecimento na cosmovisão de Goethe.** São Paulo: Antroposófica, 1986.

STEINER, Rudolf. **O conhecimento dos Mundos Superiores: a iniciação.** São Paulo: Antroposófica, 1983.

STOLTZ, Tania; VEIGA, Marcelo da (orgs.). **O Pensamento de Rudolf Steiner no Debate Científico.** Campinas: Alínea, 2014.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** São Paulo: Atlas, 1987.

Vianna, João, Afonso Fontes, and Ilda Da Silva Cardoso. **"A Doença Do Mundo": Xamanismo Baniwa Contra a Pandemia.** Mana (Rio De Janeiro, Brazil) 28.1 (2022):

WAGNER, Flávio R. **Habilidade e inclusão digital - o papel das escolas.** In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2009. São Paulo, 2010.

ANEXOS

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso.

Pesquisador: LALESKA LETICIA FALICO

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 4

CAAE: 53797221.0.0000.5166

Instituição Proponente: UNEMAT

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.510.134

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1865141.pdf, gerado em 17/03/2022 na Plataforma Brasil).

INTRODUÇÃO

Em maio de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações referentes ao isolamento social como proposta para evitar a propagação do coronavírus. Desde então, com isolamento, os meios virtuais se tornaram ferramentas poderosas no processo de transmissão de informações. Na educação não foi diferente, o remoto substituiu o presencial, pois essa foi uma alternativa encontrada pelo Ministério da Educação (MEC), como uma forma de não prejudicar os estudantes do país. No entanto, o ensino remoto exige alguns requisitos e que nem sempre estão disponíveis para todos os estudantes do Brasil. No caso dos estudantes indígenas que moram em comunidade isoladas e levando em consideração esse contexto digital durante a pandemia, surge a seguinte indagação: quais os reflexos do uso tecnológico durante a pandemia por estudantes indígenas no estado de Mato Grosso? Embora a tecnologia tenha sido colocada como recurso pedagógico central durante as aulas remotas, é evidente que o seu acesso não tenha sido democratizado de forma eficiente. A partir disso, buscaremos identificar a tecnologia como

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

instrumento didático utilizado durante a pandemia por estudantes indígenas da Faculdade Indígena Intercultural - FAINDI, ligada ao Câmpus Universitário Deputado René Barbours, no município de Barra do Bugres. A FAINDI entrou em funcionamento no Estado de Mato Grosso a partir do ano de 2001, tendo como proposta a valorização da diversidade cultural brasileira. Atualmente, a faculdade indígena possui a responsabilidade em qualificar professores para atuarem em aldeias indígenas, a partir dos cursos superiores de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas, com habilitações em três áreas: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais e também é disponibilizado o Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Intercultural Indígena (PPGecii). Desde então, a Educação Escolar Indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), vem desenvolvendo ações para continuação de formação de professores indígenas para atuarem das aldeias. As atividades desenvolvidas pela FAINDI, contribuem para a valorização das práticas culturais indígenas, de modo que, além das atividades acadêmicas que envolvem a leitura e escrita, também são desenvolvidas atividades práticas na aldeia. Desse modo, buscaremos através desta pesquisa identificar qual o impacto do uso das tecnologias por esses estudantes indígenas durante a pandemia. Esperamos que a pesquisa possa ser de grande relevância para comunidade científica pelo fato de trabalhar com a temática que possui pouco referencial teórico sobre o trabalho com a diversidade no estado de Mato Grosso.

HIPÓTESE

Há Interferências das tecnologias durante a pandemia por estudantes indígenas da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI, no município de Barra do Bugres.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa optamos por uma abordagem fenomenológica, pois, a pesquisa educacional nos moldes da fenomenologia contribui para ampliação de métodos de pesquisa que permite que o pesquisador percorre novos caminhos através de olhares e movimentos dentro do fenômeno educativo. Segundo Gil “Trata-se de uma pesquisa que busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.” (2010.p.39). A pesquisa fenomenológica vai além da aparência externa do fenômeno, ela busca entender todo o contexto social que norteia o fenômeno estudado, e com isso trazendo à tona a compreensão do sentido real do fenômeno. Para a sustentação da pesquisa bibliográfica iremos utilizar artigos científicos, dissertações, teses, livros e revistas. Devido a temática da pesquisa ser recente, também utilizaremos sites oficiais

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conepe@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

como fonte de informação, tais como, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Educação (MEC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outros que se fizerem necessários:

1º etapa: Levantamento bibliográfico - através de pesquisas na plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscaremos trabalhos referente ao nosso objeto de pesquisa, além do mais, tendo em vista que é uma temática recente estaremos atentos a notícias em sites oficiais vinculadas ensino remoto no contexto da pandemia. E por fim, e não menos importante selecionaremos autores para que possamos dialogar com os dados coletados na pesquisa.

2º etapa: base teórica da pesquisa - nessa fase da pesquisa iremos realizar a construção teórica da pesquisa, para isso iremos utilizar os materiais coletados na primeira fase do processo produção. Tendo em vista, a necessidade de trabalhar com conceitos que reforçam o objetivo da pesquisa.

3º etapa: pesquisa de campo - nessa etapa iremos a campo para iniciar o processo de coleta de dados através das entrevistas. Primeiramente pretendemos conhecer o campo e os possíveis indivíduos para a pesquisa como objetivo de facilitar a aproximação para a coleta dos dados, desse modo pretendemos que o entrevistado se sinta confortável em participar da pesquisa e evitando riscos. Como exposto anteriormente a proposta é que a pesquisa seja realizada de forma presencial, no entanto caso o país ainda esteja em isolamento devido a pandemia, estaremos pelos meios virtuais Google Meet e WhatsApp. Desse modo, colocamos duas possibilidades de coletas de dados, através do contato presencial ou virtual. Serão adotadas todas as medidas de prevenção contra o coronavírus, se a coleta foi realizada de forma presencial. Tendo em vista, que mesmo com o retorno presencial ainda precisamos nos proteger para não propagar o coronavírus. A coleta de dados será realizada através de entrevista semiestruturada em profundidade composta por cinco perguntas, com 20 estudantes (10 mulheres e 10 homens), os entrevistados não terão seu nome divulgado, tendo em vista que esse método para a coleta de dados permite liberdade de expressão ao entrevistado e ao mesmo tempo o gerenciamento do foco pelo entrevistador (GIL, 2010, p. 137).

4º etapa: análise de dados - após a coleta de dados, iniciaremos a organização das informações apresentadas pelos entrevistados, pretendemos utilizar tabelas para facilitar a identificação de entrevistados por gênero, idade e curso. Em suma, através do percurso metodológico proposto, esperamos elaborar uma pesquisa que seja de relevância para comunidade científica. De modo que possamos contribuir para a visibilidade das comunidades indígenas em relação aos meios digitais.

Roteiro das perguntas:

1 – Como é a sua relação com a tecnologia?

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conepe@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

- 2 – Dentre as tecnologias existentes, quais você mais utiliza?
- 3 – Como foram desenvolvidas suas atividades de estudo durante a pandemia?
- 4 – Como foi seu acesso à internet durante a pandemia?
- 5 – Na sua opinião, como as tecnologias exercem alguma influência sobre as práticas indígenas?

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Serão incluídos como sujeitos no estudo alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), a partir de 2020/1. Estarão inclusos nesse critério alunos acima de 18 anos.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Serão excluídos dessa pesquisa os estudantes alunos matriculados nos cursos de graduação da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI) antes de 2020/1. Estarão excluídos da pesquisa alunos menores de idade.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Analisar os efeitos do uso das tecnologias em estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever a relação dos indígenas com os meios tecnológicos durante a pandemia;
- Identificar os reflexos do uso das tecnologias sociais por indígenas;
- Citar os principais desafios entre o ensino remoto e os estudantes indígenas;
- Investigar como foi o uso das tecnologias durante a pandemia de covid-19, para identificar quais os meios mais utilizados por esses estudantes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Como estamos lidando com uma pesquisa que envolve seres humanos é necessário estar atento aos riscos de pesquisa, desse modo devemos estar atentos as medidas de prevenção desses riscos. Dentre os riscos existentes na pesquisa, podemos citar:

- Cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista;

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

- Desconforto, constrangimento ao participar da pesquisa;
- Riscos psicológicos, tais como: ansiedade, vergonha e estresse.

Para evitar os riscos estaremos atentos para minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados (entrevista), garantindo que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes. Diante qualquer situação em que o participante não se sinta confortável, ele poderá se ausentar da entrevista, quando assim lhe for conveniente. A coleta das entrevistas será realizada respeitando o distanciamento social para evitar a propagação de covid-19. As entrevistas serão aplicadas de acordo com o horário estabelecido pelo sujeito entrevistado, podendo ele alterar o horário caso ocorra algum imprevisto. Iremos atuar com ética preservando a identidade e respeitando a privacidade dos entrevistados.

BENEFÍCIOS

A pesquisa irá trazer contribuições sociais e culturais para a comunidade que está inserida a pesquisa, de modo que irá possibilitar a valorização da diversidade indígena no Mato Grosso. Afim de contribuir com o fortalecimento de reflexões da pesquisa científica acerca das práticas pedagógicas em tempos de ensino remoto e o uso das tecnologias pelos alunos da FAINDI, a pesquisa poderá auxiliar com estratégias e políticas para aprendizagem de qualidade, aperfeiçoando e inovando as práticas educacionais e intervindo em políticas que visam a garantia do direito e os meios de acesso tecnológicos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional e unicêntrico, de enfoque qualitativo e abordagem fenomenológica. Prevê a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com estudantes indígenas dos cursos de graduação da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), com 18 anos ou mais, no município de Barra do Bugres, em Mato Grosso, com o objetivo de conhecer as questões em torno do uso de tecnologias por esses estudantes no campo educacional indígena do estado. As entrevistas serão prioritariamente presenciais, mas, caso o país ainda esteja em isolamento devido à pandemia, serão realizadas de modo virtual por aplicativos como Google Meet e/ou WhatsApp.

Caráter acadêmico, realizado para obtenção do título de mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Financiamento próprio.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

Número de participantes incluídos no Brasil: 20 (10 mulheres e 10 homens)

A pesquisadora comprometeu-se a dar início à pesquisa somente após aprovação final do sistema CEP/Conep.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 5.390.153, emitido pela Conep em 10/05/2022:

1. Quanto ao Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo TCLEnovo.pdf, submetido em 17/03/2022:

1.1. Na página 1 de 4, lê-se: "ou também falar para seu RESPONSÁVEL realizar essa comunicação" (destaque nosso). Considerando que ter menos de 18 anos é um critério de exclusão, e que o consentimento do responsável deverá ser obtido apenas quando houver participante com menos de 18 anos, não haverá obtenção de assentimento e, logo, não haverá também necessidade de falar com responsáveis por participantes. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Trecho "ou também falar para seu RESPONSÁVEL realizar essa comunicação" excluído do TCLE.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2. A Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17, Inciso I, prevê que o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, em suas diferentes formas, deve conter "a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa". Considerando a entrevista semiestruturada em profundidade:

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "Para realização da coleta de dados optamos pela entrevista semiestruturada (5 perguntas abertas) que pode ocorrer de duas formas: presencial e on-line. O que vai definir a escolha desse processo será a situação da pandemia de covid-19 no país, ou seja, se até a etapa dos dados as aulas já terão retornado de forma presencial, ou se ainda estaremos de forma remoto. Portanto, devido a esse futuro incerto colocamos essas duas possibilidades para coletar as entrevistas dos sujeitos participantes, no caso

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

aqui em específico dos alunos indígenas da FAINDI.

Diante essas duas possíveis propostas, se for possível realizar o contato com os participantes de forma presencial iremos observar inicialmente a participação dos alunos no ambiente acadêmico, posteriormente a pesquisadora irá se apresentar juntamente com a professora responsável pela disciplina que estiver sendo ministrada, irá explicar os principais pontos da pesquisa em andamento e o convite será feito aos estudantes para participar da entrevista (coleta apenas de áudio para fins de transcrição da pesquisadora, ou seja, o áudio não será divulgado a terceiros em hipótese alguma. E também esse processo de gravação de som da voz segue todas as normas estabelecidas pela Portaria nº 177/PRESI/2006, Artigo 6º, da Funai "Atendendo ao direito à participação e consulta dos povos indígenas em atividades que digam respeito à integridade, valores, práticas e instituições desses povos; E visando assegurar aos povos indígenas a condição de igualdade e justiça quanto aos direitos e oportunidades outorgadas por legislação nacional aos demais membros da sociedade"). A participação da pesquisa de forma presencial, se for o caso não garante ao sujeito participante gratificação, dessa forma os entrevistados que aceitarem participar dessa pesquisa serão voluntários. Tendo em vista que se a coleta de dados for realizada de forma presencial ela será realizada no horário em que os alunos estiverem no Campus da FAINDI, portanto, não haverá custos de despesas para participar da pesquisa.

A escolha da entrevista semiestruturada se justifica através da finalidade de obter informações através de um processo de interação social centrada em um roteiro com tópicos sobre o objeto estudado, ou seja, o sujeito participante da pesquisa tem a possibilidade de expor suas experiências a partir do objeto central proposto pelo pesquisador. Conforme explica Duarte (2005), esse tipo de entrevista é: "[...] um recurso metodológico que busca, com bases em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (DUARTE, 2005, p. 62)".

Se não for possível o contato presencial com os alunos indígenas, iremos realizar os contatos iniciais através do WhatsApp para convidar os alunos a participarem e responderem as perguntas da pesquisa pelo Google Forms. A pesquisadora irá se comprometer com a descrição e a preservação dos nomes e imagens dos sujeitos participantes em todas as fases da pesquisa."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2.1. O documento apresentado não informa ao participante de pesquisa sobre a estimativa de TEMPO dispensado para sua participação no estudo. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "O tempo estimado para

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

participar do estudo é de 10 a 15 minutos.”

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.2.2. Solicita-se esclarecer se há intenção de gravar a voz dos participantes. Se for o caso, ressalta-se a necessidade de prever a gravação no registro de consentimento, solicitando anuência do participante. Considerando os direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 9º, de terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais e de decidirem, dentre as informações que fornecem, aquelas que podem ser tratadas de forma pública, solicita-se inserir opções excludentes (por exemplo, “sim, autorizo a gravação da minha voz para fins de análise” e “não, não autorizo a gravação da minha voz para fins de análise”, com os devidos ajustes) no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, para que os participantes possam exercer tais direitos.

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado “ (coleta apenas de áudio para fins de transcrição da pesquisadora, ou seja, o áudio não será divulgado a terceiros em hipótese alguma. E também esse processo de gravação de som da voz segue todas as normas estabelecidas pela Portaria nº 177/PRESI/2006, Artigo 6º, da Funai “Atendendo ao direito à participação e consulta dos povos indígenas em atividades que digam respeito à integridade, valores, práticas e instituições desses povos; E visando assegurar aos povos indígenas a condição de igualdade e justiça quanto aos direitos e oportunidades outorgadas por legislação nacional aos demais membros da sociedade”).”

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.3. Os campos “Critério de inclusão”, “Critério de exclusão” e “Instrumento de coleta de dados (roteiro da entrevista)” são importantes para o Projeto Detalhado, porém não há necessidade de se incluir no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido para o potencial participante. Recomenda-se remover.

RESPOSTA: Campos “Critério de inclusão”, “Critério de exclusão” excluídos do TCLE.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.4. Solicita-se incluir no Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido o compromisso da pesquisadora de divulgar os resultados da pesquisa em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 3º, Inciso IV).

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado “Os resultados da pesquisa será

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conepe@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

disponibilizado em formato acessível para a população pesquisada. Garantindo assim o compromisso e a responsabilidade da pesquisa científica como forma democrática".

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.5. Considerando que a coleta de dados em campo será prioritariamente presencial, deve-se assegurar de forma clara e afirmativa a garantia de ressarcimento ao participante da pesquisa e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17, Inciso VII). Solicita-se incluir no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, os possíveis gastos e o seu reembolso, quando houver (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 2º, Inciso XXIV).

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "A participação da pesquisa de forma presencial, se for o caso não garante ao sujeito participante gratificação, dessa forma os entrevistados que aceitarem participar dessa pesquisa serão voluntários. Tendo em vista que se a coleta de dados for realizada de forma presencial ela será realizada no horário em que os alunos estiverem no Campus da FAINDI, portanto, não haverá custos de despesas para participar da pesquisa."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

1.6. Solicita-se, para melhor informar os participantes de pesquisa, que seja incluída no Registro do Consentimento uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato, conforme Resolução CNS nº 510/2016, Art. 17, inciso IX [Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h].

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "Antes de apresentar os instrumentos de coleta dos dados dessa pesquisa é importante salientar que todo esses procedimentos foram elaborados seguindo as normas éticas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP e pelo Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. O CEP e o CONEP são comissões do conselho Nacional de saúde que tem a função de implementar normas e diretrizes éticas para pesquisas envolvendo seres humanos.

Todas as técnicas foram pensadas de maneira que preservasse os direitos individuais do ser humano, respeitando as diversas crenças, opiniões e culturas. Além do mais, no Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento está descrito todos os direitos do sujeito participante e

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

também todas as características da pesquisa. Em momento algum os participantes serão obrigados a participar desta pesquisa, será solicitado para quem quiser participar de forma voluntária, respeitando o horário, e outras particularidades do entrevistado que pode ocorrer durante a coleta de dados. Contato CONEP: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 – Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h. Contato CEP UNEMAT: Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavalhada. CEP 78.200-000, Cáceres/MT Tel: (65) 3221-0067. E-mail: cep@unemat.br. Horário de atendimento: 09h às 18h.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2. Quanto ao Termo de Autorização para uso de imagem e som de voz, arquivo Termoautorizaodeimagemesomdavoiz.pdf, submetido em 16/12/2021:

2.1. A coleta de imagens e áudios nas entrevistas não está prevista no Projeto Detalhado e tampouco no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido. Solicita-se esclarecer se há intenção de coletar imagens e áudios e adequar todos os documentos do protocolo, de forma a padronizar esta informação. Solicita-se, ainda, explicitar se há intenção divulgar a imagem e a voz dos participantes.

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "Para realização da coleta de dados optamos pela entrevista semiestruturada (5 perguntas abertas) que pode ocorrer de duas formas: presencial e on-line. O que vai definir a escolha desse processo será a situação da pandemia de covid-19 no país, ou seja, se até a etapa dos dados as aulas já terão retornado de forma presencial, ou se ainda estaremos de forma remoto. Portanto, devido a esse futuro incerto colocamos essas duas possibilidades para coletar as entrevistas dos sujeitos participantes, no caso aqui em específico dos alunos indígenas da FAINDI.

Diante essas duas possíveis propostas, se for possível realizar o contato com os participantes de forma presencial iremos observar inicialmente a participação dos alunos no ambiente acadêmico, posteriormente a pesquisadora irá se apresentar juntamente com a professora responsável pela disciplina que estiver sendo ministrada, irá explicar os principais pontos da pesquisa em andamento e o convite será feito aos estudantes para participar da entrevista (coleta apenas de áudio para fins de transcrição da pesquisadora, ou seja, o áudio não será divulgado a terceiros em hipótese alguma. E também esse processo de gravação de som da voz segue todas as normas estabelecidas pela Portaria nº 177/PRESI/2006, Artigo 6º, da Funai "Atendendo ao direito à

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

participação e consulta dos povos indígenas em atividades que digam respeito à integridade, valores, práticas e instituições desses povos; E visando assegurar aos povos indígenas a condição de igualdade e justiça quanto aos direitos e oportunidades outorgadas por legislação nacional aos demais membros da sociedade")."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.2. Caso se confirme o interesse em coletar imagens e áudios nas entrevistas, solicita-se que as informações descritas no Termo sejam incluídas no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, de modo a compor UM ÚNICO documento para o participante, e detalhar a intenção de uso, inserindo opções excludentes (por exemplo: "sim, autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e da minha voz" e "não, não autorizo a gravação e a divulgação da minha imagem e da minha voz").

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

2.3. Ressalta-se, ainda, que, como o estudo envolve população indígena, o uso de imagem e/ou som deverá contemplar também a Portaria nº 177/PRESI/2006, Artigo 6º, da Funai e demais legislações pertinentes.

RESPOSTA: Adequação acrescentada no TCLE e Projeto detalhado "Diante essas duas possíveis propostas, se for possível realizar o contato com os participantes de forma presencial iremos observar inicialmente a participação dos alunos no ambiente acadêmico, posteriormente a pesquisadora irá se apresentar juntamente com a professora responsável pela disciplina que estiver sendo ministrada, irá explicar os principais pontos da pesquisa em andamento e o convite será feito aos estudantes para participar da entrevista (coleta apenas de áudio para fins de transcrição da pesquisadora, ou seja, o áudio não será divulgado a terceiros em hipótese alguma.

E também esse processo de gravação de som da voz segue todas as normas estabelecidas pela Portaria nº 177/PRESI/2006, Artigo 6º, da Funai "Atendendo ao direito à participação e consulta dos povos indígenas em atividades que digam respeito à integridade, valores, práticas e instituições desses povos; E visando assegurar aos povos indígenas a condição de igualdade e justiça quanto aos direitos e oportunidades outorgadas por legislação nacional aos demais membros da sociedade")."

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1865141.pdf	26/05/2022 15:29:22		Aceito
Outros	CartaRespostaCONEP.pdf	26/05/2022 15:28:07	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestradosemdestaque.pdf	26/05/2022 15:27:36	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestradocomdestaque.pdf	26/05/2022 15:27:23	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECONEPsemdestaque.pdf	26/05/2022 15:27:12	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECONEPcomdestaque.pdf	26/05/2022 15:26:57	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEnovo.pdf	17/03/2022 10:57:17	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termoinstituicoesalteradoparatenderpendenciasdocep.pdf	16/12/2021 15:37:14	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Outros	Termoautorizacaodeimagemesomdavoze.pdf	16/12/2021 15:36:52	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestradoAlteradoparatenderpendenciadoCEP.pdf	16/12/2021 15:36:19	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEalteradodeacordocomaspensadocEP.pdf	16/12/2021 15:35:45	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Outros	CurriculoLattesOrientadoraRosely.pdf	24/11/2021 17:45:20	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Outros	CurriculoLattesMestrandaLaleska.pdf	24/11/2021 17:44:22	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Outros	DECLARACAOQUEACOLETAEDEDADO SNAOFOIINICIADA.pdf	24/11/2021 17:42:55	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Outros	ParecerFavoravelcolegiadodaFaindi.pdf	24/11/2021 17:41:33	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMODECOMPROMISSODASINSTITUICOES.pdf	24/11/2021 17:40:43	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	24/11/2021 17:40:25	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	24/11/2021 15:26:12	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSETIMENTO.pdf	24/11/2021 15:23:21	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado.pdf	24/11/2021 15:22:59	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Brochura Pesquisa	OFICIO.pdf	24/11/2021 15:22:22	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAORESPONSABILIDADEDE OPESQUISADOR.pdf	24/11/2021 15:21:47	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAOINDIVIDUALDOPESQUISADOR.pdf	24/11/2021 15:21:34	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAOEAUTORIZACAOPARA OUSODAINFRAESTRUTURA.pdf	24/11/2021 15:19:54	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	24/11/2021 15:18:51	LALESKA LETICIA FALICO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 5.510.134

BRASILIA, 08 de Julho de 2022

Assinado por:
Lais Alves de Souza Bonilha
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-040

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br



ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



DECLARAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA O USO DA INFRAESTRUTURA

Declaramos que o projeto de pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini, Cáceres/MT, com realização da pesquisa intitulada “Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid19 no Mato grosso”. A pesquisadora Laleska Leticia Fálco e sua orientadora Rosely Aparecida Romanelli estão autorizada a utilizar-se da infraestrutura disponível na Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres/MT.

De acordo de ciente,

Cáceres/MT, 10 de novembro de 2021.

Prof.ª Dr.ª Mônica Cidele da Cruz

Diretora da Faculdade Indígena Intercultural

UNEMAT/FAINDI

Prof.ª Dr.ª Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

Coordenadora Pedagogia Intercultural

UNEMAT/FAINDI



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Eu, Laleska Leticia Falico, aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Jane Vanini, município de Cáceres/MT, responsável pela pesquisa intitulada “Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso”. Na linha de Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas na área de conhecimento das Ciências Humanas e sub-área Educação, declaro que me comprometo a seguir integralmente todos os dispositivos contidos na Resolução nº 466/2012 e a 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Cáceres/MT, 20 de novembro de 2021.

Laleska Leticia Falico
Mestranda em Educação – PPGEDU
UNEMAT – Cáceres/MT

Prof^a. Dr^a. Rosely Aparecida Romanelli
Pesquisadora Orientadora
PPGEdu – Unemat



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Olá, como vai? Venho lhe convidar para participar de uma pesquisa, de forma voluntária. Vamos conversar sobre isso? Serei rápido.

Se não quiser participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: “Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso”.

Responsável pela pesquisa: Laleska Leticia Falico

Endereço: Rua Maria Abadia de Oliveira, nº 378, Bairro: Vila Regina – Santa Rita do Araguaia GO - CEP: 75840-000.

Telefone: (65) 9 9670-0385

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosely Aparecida Romanelli

1. Descrição da Pesquisa:

A escolha do tema do projeto veio através de uma necessidade de estudar os reflexos na tecnologia durante a pandemia. A motivação pela escolha dos povos indígenas veio através dos dados divulgados pelo Censo IBGE em 2010, que demonstram que no Brasil existem mais de 240 povos indígenas, sendo que no Mato Grosso temos em média 43 desses povos. Com isso, se fazem necessárias pesquisas que valorizem a diversidade mato-grossense. Portanto, nessa pesquisa procuraremos compreender os reflexos das tecnologias em estudantes indígenas durante a pandemia, com a proposta de investigar como foi o processo de adaptação e as supostas dificuldades encontradas por esses estudantes. Nesse contexto, a pesquisa buscará compreender como o estudo sobre essa temática irá valorizar a cultura indígena da região, e também tentar contribuir para democratizar o acesso às informações sobre a diversidade indígena.

Antes de apresentar os instrumentos de coleta dos dados dessa pesquisa é importante salientar que todos esses procedimentos foram elaborados seguindo as normas éticas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. O CEP e o CONEP são comissões do Conselho Nacional de Saúde que têm a função de implementar normas e diretrizes éticas para pesquisas envolvendo seres humanos.

Todas as técnicas foram pensadas de maneira que preservasse os direitos individuais do ser humano, respeitando as diversas crenças, opiniões e culturas. Além disso, no Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento está descrito todos os direitos do sujeito participante e também todas as características da pesquisa. Em momento algum os participantes serão obrigados a participar desta pesquisa, será solicitado para quem quiser participar de forma voluntária, respeitando o horário, e outras particularidades do entrevistado que pode ocorrer durante a coleta de dados. Contato CONEP: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3º andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h. Contato CEP UNEMAT: Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavahada. CEP 78.200-000, Cáceres/MT Tel: (65) 3221-0067. E-mail: cep@unemat.br. Horário de atendimento: 09h às 18h.

Para realização da coleta de dados temos duas propostas: presencial e on-line. O que vai definir a escolha desse processo será a situação da pandemia de covid-19 no país, ou seja, se até a etapa dos dados as aulas já terão retornado de forma presencial, ou se ainda estaremos de forma remoto. Portanto, devido a esse futuro incerto colocamos essas duas possibilidades para coletar as entrevistas dos sujeitos participantes, no caso aqui em específico dos alunos indígenas da FAINDI.

Diante dessas duas possíveis propostas, se for possível realizar o contato com os participantes de forma presencial iremos observar inicialmente a participação dos alunos no ambiente acadêmico, posteriormente a pesquisadora irá se apresentar juntamente com a professora responsável pela disciplina que estiver sendo ministrada, irá explicar os principais pontos da pesquisa em andamento e o convite será feito aos estudantes para participar da entrevista (coleta apenas de áudio para fins de transcrição da pesquisadora, ou seja, o áudio não será divulgado a terceiros em hipótese alguma). A participação da pesquisa de forma presencial, se for o caso não garante ao sujeito participante gratificação, dessa forma os entrevistados que aceitarem participar dessa pesquisa serão voluntários. Tendo em vista que se a coleta de dados for realizada de forma presencial ela será realizada no horário em que os alunos estiverem no Campus da FAINDI, portanto, não haverá custos de despesas para participar da pesquisa.

Se não for possível o contato presencial com os alunos indígenas, iremos realizar os contatos iniciais através do *WhatsApp* para convidar os alunos a participarem e responderem as perguntas da pesquisa pelo *Google Forms*. A pesquisadora irá se comprometer com a descrição e a preservação dos nomes e imagens dos sujeitos participantes em todas as fases da pesquisa.

O lócus da pesquisa será na Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres – MT.

A participar deste estudo o Sr.(a) permitirá que a pesquisadora **Laleska Leticia Falico**, realize os procedimentos necessários de entrevista. Na entrevista utilizaremos como instrumento um roteiro de entrevista, sendo ainda que o Sr.(a) tem a liberdade de recusar a participar, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Caso aceite e esteja participando, sempre que necessitar poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (66) 996700385 ou pelo e-mail: laleska.falico@unemat.br. Permanecendo a dúvida poderá consultar o CEP: são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Os resultados da pesquisa será disponibilizado em formato acessível para a população pesquisada. Garantindo assim o compromisso e a responsabilidade da pesquisa científica como forma democrática.

Instrumento de coleta de dados (roteiro da entrevista)

Estudante:	Sexo: F () M ()
Idade:	
Curso:	
Ano de ingresso no curso:	
1 – Como é a sua relação com a tecnologia?	
2 – Dentre as tecnologias existentes, quais você mais utiliza?	
3 – Como foram desenvolvidas suas atividades de estudo durante a pandemia?	
4 – Como foi seu acesso à internet durante a pandemia?	
5 – Na sua opinião, como as tecnologias exercem alguma influência sobre as práticas	

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora.

2. Riscos:

Como estamos lidando com uma pesquisa que envolve seres humanos é necessário estar atento aos riscos de pesquisa, desse modo devemos estar atentos as medidas de prevenção desses riscos.

Dentre os riscos existentes na pesquisa, podemos citar:

- Cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista;
- Desconforto, constrangimento ao participar da pesquisa;
- Riscos psicológicos, tais como: ansiedade, vergonha e estresse.

Para evitar os riscos estaremos atentos para minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras, garantir que os pesquisadores sejam habilitados ao método de coleta dos dados (entrevista), garantindo que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes.

Diante qualquer situação em que o participante não se sinta confortável, ele poderá se ausentar da entrevista, quando assim lhe for conveniente. A coleta das entrevistas será realizada respeitando o distanciamento social para evitar a propagação de covid-19. As entrevistas serão aplicadas de acordo com o horário estabelecido pelo sujeito entrevistado, podendo ele alterar o horário caso ocorra algum imprevisto. Iremos atuar com ética preservando a identidade e respeitando a privacidade dos entrevistados.

3. Benefícios:

A pesquisa irá trazer contribuições sociais e culturais para a comunidade que está inserida a pesquisa, de modo que irá possibilitar a valorização da diversidade indígena no Mato Grosso. Afim de contribuir com o fortalecimento de reflexões da pesquisa científica acerca das práticas pedagógicas em tempos de ensino remoto e o uso das tecnologias pelos alunos da FAINDI, a pesquisa poderá auxiliar com estratégias e políticas para aprendizagem de qualidade, aperfeiçoando e inovando as práticas educacionais e intervindo em políticas que visam a garantia do direito e os meios de acesso tecnológicos.

4. Confidencialidade:

Os entrevistados terão acesso a todas as informações obtidas durante a entrevista, e também poderão verificar a coerência da análise realizada pela pesquisadora, sendo resguardada a identidade de todos os sujeitos participantes da pesquisa. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e sua orientadora terá acesso e conhecimento dos dados.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO


Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, declaro que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Declaro ainda que recebi uma via deste termo de consentimento e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG/CPF _____, abaixo assinado, aceito em participar do estudo como sujeito. Fui informado (a) sobre a pesquisa e seus procedimentos e, todos os dados a meu respeito não deverão ser identificados por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso. Ficarei com uma via do presente termo.

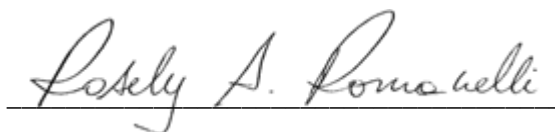
() autorizo a gravação da minha voz para fins de utilização de transcrição da pesquisadora.

Assinatura: _____



Pesquisadora: _____

Laleska Leticia Falico



Prof^a. Dr^a. Rosely Aparecida Romanelli
Pesquisadora Orientadora
PPGEdu – Unemat

Cáceres/MT, 20 de novembro de 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO “JANE VANINI”
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO



TERMO DE COMPROMISSO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ESTUDO

1. Título da pesquisa: “Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso”.

2. Nome e endereço da Instituição requerente e do responsável pela pesquisa:

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat

Av. Tancredo Neves, nº. 1095 - Bairro: Cavanhada - Cáceres-MT - CEP: 78.216-060

Pesquisador (a) responsável (mestranda)

Laleska Leticia Falico

Rua Maria Abadia de Oliveira, nº 378, Bairro: Vila Regina – Santa Rita do Araguaia GO - CEP: 75840-000.

3. Objetivo da pesquisa, metodologia, duração, orçamento, possíveis benefícios, formas de financiamento e local onde será realizada a pesquisa:

a) Objetivo da Pesquisa:

Analisar os efeitos das tecnologias em estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19.

b) Metodologia:

Abordagem Teórico-Metodológica

Para a realização da pesquisa optamos por uma abordagem fenomenológica, pois, a pesquisa educacional nos moldes da fenomenologia contribui para ampliação de métodos de pesquisa que permite que o pesquisador percorre novos caminhos através de olhares e movimentos dentro do fenômeno educativo. Segundo Gil “Trata-se de uma pesquisa que busca descrever e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção.” (2010.p.39). A pesquisa fenomenológica vai além da aparência externa do fenômeno, ela busca entender todo o contexto

social que norteia o fenômeno estudado, e com isso trazendo à tona a compreensão do sentido real do fenômeno.

Para a sustentação da pesquisa bibliográfica iremos utilizar artigos científicos, dissertações, teses, livros e revistas. Devido a temática da pesquisa ser recente, também utilizaremos sites oficiais como fonte de informação, tais como, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério da Educação (MEC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outros que se fizerem necessários

1º etapa: Levantamento bibliográfico - através de pesquisas na plataforma de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscaremos trabalhos referente ao nosso objeto de pesquisa, além do mais, tendo em vista que é uma temática recente estaremos atentos a notícias em sites oficiais vinculadas ensino remoto no contexto da pandemia. E por fim, e não menos importante selecionaremos autores para que possamos dialogar com os dados coletados na pesquisa.

2º etapa: base teórica da pesquisa - nessa fase da pesquisa iremos realizar a construção teórica da pesquisa, para isso iremos utilizar os materiais coletados na primeira fase do processo produção. Tendo em vista, a necessidade de trabalhar com conceitos que reforçam o objetivo da pesquisa.

3º etapa: pesquisa de campo - nessa etapa iremos a campo para iniciar o processo de coleta de dados através das entrevistas. Primeiramente pretendemos conhecer o campo e os possíveis indivíduos para a pesquisa como objetivo de facilitar a aproximação para a coleta dos dados, desse modo pretendemos que o entrevistado se sinta confortável em participar da pesquisa e evitando riscos. Como exposto anteriormente a proposta é que a pesquisa seja realizada de forma presencial, no entanto caso o país ainda esteja em isolamento devido a pandemia, estaremos pelos meios virtuais Google Meet e WhatsApp. Desse modo, colocamos duas possibilidades de coletas de dados, através do contato presencial ou virtual. Serão adotadas todas as medidas de prevenção contra o coronavírus, se a coleta foi realizada de forma presencial. Tendo em vista, que mesmo com o retorno presencial ainda precisamos nos proteger para não propagar o coronavírus. A coleta de dados será realizada através de entrevista semiestruturada em profundidade composta por cinco perguntas, com 20 estudantes (10 mulheres e 10 homens), os entrevistados não terão seu nome divulgado, tendo em vista que esse método para a coleta de dados permite liberdade de expressão ao entrevistado e ao mesmo tempo o gerenciamento do foco pelo entrevistador (GIL, 2010, p. 137).

4º etapa: análise de dados - após a coleta de dados, iniciaremos a organização das informações apresentadas pelos entrevistados, pretendemos utilizar tabelas para facilitar a identificação de entrevistados por gênero, idade e curso.

Em suma, através do percurso metodológico proposto, esperamos elaborar uma pesquisa que seja de relevância para comunidade científica. De modo que possamos contribuir para a visibilidade das comunidades indígenas em relação aos meios digitais.

Roteiro das perguntas:

- 1 – Como é a sua relação com a tecnologia?
- 2 – Dentre as tecnologias existentes, quais você mais utiliza?
- 3 – Como foram desenvolvidas suas atividades de estudo durante a pandemia?
- 4 – Como foi seu acesso à internet durante a pandemia?
- 5 – Na sua opinião, como as tecnologias exercem alguma influência sobre as práticas indígenas?

c) Duração da pesquisa:

A duração aproximada da pesquisa será de 24 meses (prazo previsto pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) para a conclusão do curso), e poderá se estender até março de 2023.

d) Orçamento – Equipamentos/Material bibliográfico:

FINANCIAMENTO PRÓPRIO

Material de consumo	Papel sulfite resma, tonner e matérias de escritório (artigos de papelaria).	500,00
Material bibliográfico	Livros, Revistas e Jornais	500,00
Transporte	Viagens e estadias	1.000,00
Manutenção de equipamentos	Computador e impressora	500,00
Total		2.500,00

e) Possíveis benefícios:

A pesquisa irá trazer contribuições sociais e culturais para a comunidade que está inserida a pesquisa, de modo que irá possibilitar a valorização da diversidade indígena no Mato Grosso. Os sujeitos participantes na pesquisa não receberão em nenhuma hipótese retribuição econômica pela participação nas entrevistas.

f) Formas de financiamento:

Financiamento próprio.

g) Local onde será realizada a pesquisa:

O lócus da pesquisa será na Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres – MT.

4- Segmentos sociais, grupos sociais e instituições envolvidas e seus representantes.

Os sujeitos da pesquisa serão estudantes indígenas da graduação, tendo como foco aqueles ingressos desde o início da pandemia, na Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), ligada ao Câmpus Universitário Deputado Renê Barbour, no município de Barra do Bugres – MT.

Teremos como critério de inclusão para realizar a entrevista: alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da Faculdade Intercultural Indígena (FAINDI), a partir de 2020/1. Portanto, alunos matriculados antes de 2020/1 será considerado critérios de exclusão.

5- Direitos e responsabilidades de cada uma das partes na execução do projeto e em seus resultados:

As pesquisadoras, tanto a orientanda quanto a orientadora dessa pesquisa se comprometem em cumprir o termo de consentimento livre esclarecido, com o intuito de garantir o anonimato e sigilo dos dados dos sujeitos participantes. Garantimos a saída dos participantes da pesquisa a qualquer momento, sem danos morais, econômicos, físicos e psicológicos. Seguiremos a execução da pesquisa conforme cronograma estabelecido.

Em relação aos resultados, estes deverão ser apresentados aos participantes e quando explanados em eventos científicos da área, tanto a orientadora quanto a orientanda deverão garantir o sigilo em relação dos participantes.

6- Modalidade e forma de repartição de benefícios:

A pesquisa não se propõe a trazer benefícios econômicos aos participantes e aos pesquisadores. São esperados benefícios de cunho social trazendo visibilidade para s

comunidades indígenas do estado de Mato Grosso. A pesquisa será disponibilizada para os públicos interessados após a finalização.

7- Impactos sociais, culturais, ambientais, fisiológicos, psicológicos e físicos do projeto:

De forma inicial a pesquisa não prevê tem um impacto ambientais, fisiológicos e físicos decorrentes da participação dos sujeitos. No entanto, como estamos lidando com seres humanos, é necessário que os pesquisadores adotem uma postura ética para diminuir o risco da pesquisa.

Dentre os possíveis riscos podemos citar:

- Cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista;
- Desconforto, constrangimento ao participar da pesquisa;
- Riscos psicológicos, tais como: ansiedade, vergonha e estresse.

Diante qualquer situação em que o participante não se sinta confortável, ele poderá se ausentar da entrevista, quando assim lhe for conveniente. A coleta das entrevistas será realizada respeitando o distanciamento social para evitar a propagação de covid-19. As entrevistas serão aplicadas de acordo com o horário estabelecido pelo sujeito entrevistado, podendo ele alterar o horário caso ocorra algum imprevisto. Iremos atuar com ética preservando a identidade e respeitando a privacidade dos entrevistados.

8. Nomes, endereço, telefone e e-mail da equipe de pesquisa

Pesquisadora responsável (mestranda)

Laleska Leticia Fállico

Endereço: Rua Maria Abadia de Oliveira, nº 378; Bairro: Vila Regina
Santa Rita do Araguaia - GO; CEP: 75.840-000
Telefone: (66) 9.9670-0385; E-mail: laleska.falico@unemat.br

Pesquisadora (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Rosely Aparecida Romanelli

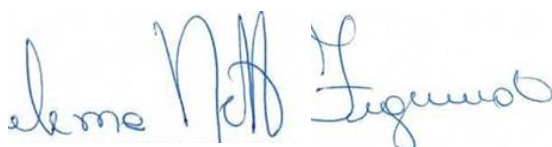
Endereço: Rua dos Aviadores, nº 163 apto 04, Bairro Santos Dumont;
Cáceres-MT; CEP: 78.211-352

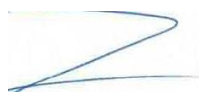
Telefone Residencial: (66) 98448-0549

Telefone Celular: (65) 98131-3647; E-mail: rosely.romanelli@unemat.br

Nestes termos, pede deferimento.

Cáceres-MT, 10 de novembro de 2021.





Zulema Netto Figueiredo
Diretora Político Pedagógico e Financeiro
Unemat – Campus Universitário “Jane Vanini”



Laleska Leticia Falico
Pesquisadora Mestranda
PPGEdu – Unemat



Prof.ª Dr.ª Rosely Aparecida Romanelli
Pesquisadora Orientadora
Coordenadora do Mestrado em Educação
PPGEdu – Unemat



Prof.ª Dr.ª Mônica Cidele da Cruz
Diretora da Faculdade Indígena
Intercultural
UNEMAT/FAINDI



Prof.ª Dr.ª Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira
Coordenadora Pedagogia Intercultural
UNEMAT/FAINDI



ESTADO DE MATO GROSSO
 SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO “JANE VANINI”
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____,
 autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado **“Democratização cultural: o uso das tecnologias digitais por estudantes indígenas durante a pandemia de covid-19 no Mato Grosso**, sob responsabilidade de **Laleska Leticia Fálco** à Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Para elaboração da pesquisa será coletada imagens e áudios das entrevistas, uma vez que as gravações das entrevistas serão apenas utilizadas pela pesquisadora Laleska Leticia Fálco e sua orientadora Rosely Aparecida Romanelli para quantificação de dados durante o processo de escrita da dissertação. Desse modo, as gravações não serão compartilhadas com terceiros. Nos comprometemos eticamente com sigilo e anonimato das entrevistas dos participantes.

Instrumento de coleta de dados (roteiro da entrevista)

Estudante:	Sexo: F () M ()
Idade:	
Curso:	
Ano de ingresso no curso:	
1 – Como é a sua relação com a tecnologia?	
2 – Dentre as tecnologias existentes, quais você mais utiliza?	
3 – Como foram desenvolvidas suas atividades de estudo durante a pandemia?	
4 – Como foi seu acesso à internet durante a pandemia?	
5 – Na sua opinião, como as tecnologias exercem alguma influência sobre as práticas	

Fonte: Roteiro de entrevista elaborado pela pesquisadora

Inicialmente a proposta é que a pesquisa seja realizada de forma presencial, no entanto caso o país ainda esteja em isolamento devido a pandemia, optaremos pelos meios virtuais Google Meet e WhatsApp. Desse modo, colocamos duas possibilidades de coletas de dados, através do contato presencial ou virtual. Serão adotadas todas as medidas de prevenção (uso de máscara, distanciamento, álcool) contra o coronavírus, se a coleta foi realizada de forma presencial. Tendo em vista, que mesmo com o retorno presencial ainda precisamos nos proteger para não propagar o coronavírus. A coleta de dados será realizada através de entrevista semiestruturada em profundidade composta por cinco perguntas, com 20 estudantes (10 mulheres e 10 homens), os entrevistados não terão seu nome divulgado.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente, e conforme minha autorização prévia.

Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de total responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador da pesquisa Laleska Leticia Falico.

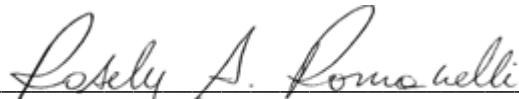
Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Cáceres/MT, 15 de dezembro 2021.



Laleska Leticia Falico
Mestranda em Educação – PPGEDU
UNEMAT – Cáceres/MT



Prof^a. Dr^a. Rosely Aparecida Romanelli
Pesquisadora Orientadora
PPGEdu – Unemat